



HISTÓRIAS PARA DESCOLONIZAR AS CIÊNCIAS:
INTERVENÇÕES FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS
PARA EDUCAÇÃO CRÍTICA

Camila Pereira Jácome
Loredana Marise Ricardo Ribeiro
[orgs.]





UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Reitora

Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora

Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitor de Administração

Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora da Cultura, Comunidade e Extensão

Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Honorly Kátia Mestre Corrêa

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Fabriciana Vieira Guimarães

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Kelly Christina Ferreira Castro

HISTÓRIAS PARA DESCOLONIZAR AS CIÊNCIAS:
INTERVENÇÕES FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS
PARA EDUCAÇÃO CRÍTICA

**EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (EDUFOPA)
COMITÊ CIENTÍFICO**

Abner Vilhena de Carvalho	Lilian Rebellato
Alan Augusto Moraes Ribeiro	Luamim Sales Tapajós
Alfredo Pedroso dos Santos Júnior	Luana Lorena Silva Rodrigues
Amanda Estefânia de M. Ferreira	Marcelino Silva da Silva
Ana Carla dos Santos Gomes	Marcos Gervânio de Azevedo Melo
Ana Maria Vieira Silva	Maria do Rosário da Silva
Anderson Alvarenga de Moura Meneses	Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
Andréa Simone Rente Leão	Marina Smidt Celere Meschede
Bruna Cristine Martins de Sousa	Maxwell Barbosa de Santana
Bruno Braulino Batista	Michelle Midori Sena Fugimura
Carla Marina Costa Pachiúba	Miguel Aparício Suárez
Charles Hanry Faria Júnior	Nelson de Souza Amorim
Cintya de Azambuja Marns	Odenildo Queiroz de Sousa
Claide de Paula Moraes	Patrícia Chaves de Oliveira
Diani Fernanda da Silva Less	Raimundo Nonato Vieira Costa
Doriedson Alves De Almeida	Raoni Fernandes Azerêdo
Edilan De Sant Ana Quaresma	Raphael Pablo Tapajós Silva
Élcio Meira da Fonseca Júnior	Renato Bezerra da Silva Ribeiro
Elder Koei Itikawa Tanaka	Renato da Silva Bandeira
Eleny Brandão Cavalcante	Ricardo Scoles Cano
Fábio Manoel França Lobato	Roberto do Nascimento Paiva
Felipe Holanda dos Santos	Rogério Henrique Almeida
Fernando Wallace Carvalho Andrade	Rose Caldas de Souza Meira
Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro	Rubens Elias da Silva
Gabriel Brito Costa	Sandra Maria Sousa da Silva
Gilson Cruz Junior	Sérgio de Melo
Helaine Cristina Moraes Furtado	Sheyla Regina Marques Couceiro
Heloisa do Nascimento de Moura Meneses	Suzete Roberta da Silva
Hergos Ritor Fróes de Couto	Tarcísio da Costa Lobato
Hugo Alex Carneiro Diniz	Thaisy Bentes de Souza
Itamar Rodrigues Paulino	Thiago Almeida Vieira
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa	Tony Marcos Porto Braga
José Mauro Sousa de Moura	Vinicius José Giglio Fernandes
Kauê Santana da Costa	Wania Alexandrino Viana
Lia de Oliveira Melo	Wilson Sabino

Pareceristas do Edital 01/2022-2023 - UFOPA/Edufopa

Andréa Simone Rente Leão
Abner Vilhena de Carvalho
Bruna Cristine Martins de Sousa
Edilan de Sant'Ana Quaresma
Eleny Brandão Cavalcante
Gabriel Brito Costa
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa
Jorgelene dos Santos Oliveira
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
Raimundo Nonato Vieira Costa
Renato da Silva Bandeira
Ricardo Scoles Cano
Rogério Almeida
Rubens Elias Duarte Nogueira
Tarcísio da Costa Lobato
Thiago Almeida Vieira
Vinicius Jose Giglio Fernandes
Wania Alexandrino Viana



HISTÓRIAS PARA DESCOLONIZAR AS CIÊNCIAS:

INTERVENÇÕES FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS PARA EDUCAÇÃO CRÍTICA

Camila Pereira Jácome
Loredana Marise Ricardo Ribeiro
[orgs.]



© 2025 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. a violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFOPA

Jorgiene dos Santos Oliveira – presidente
José Max Barbosa de Oliveira Junior
Luciana Gonçalves de Carvalho
Luiz Percival Leme Brito
Solange Helena Ximenes Rocha
Walace Gomes Leal

Imagem da capa

Colagem de Lara de Paula Passos

Revisão: Kdu Sena | MC&G Editorial

Normalização: Carlos Otávio | MC&G Editorial

Projeto gráfico: Glaucio Coelho | MC&G Editorial

Diagramação: Maria Clara Costa | MC&G Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

H673 Histórias para descolonizar as ciências: intervenções feministas e antirracistas para educação crítica / Organizado por Camila Pereira Jácome, Loredana Marise Ricardo Ribeiro . – Santarém (PA) : Edufopa , 2025.
1 recurso online (141 p.) : il., color. ; [formato PDF].

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-983951-5-5 (Livro Digital)

1. Educação descolonial. 2. Arqueologia. 3. Antropologia. 4. Antirracismo na educação. 5. Feminismo e Educação. I. Jácome, Camila Pereira, *org.* II. Ribeiro, Loredana Marise Ricardo, *org.* III. Título.

CDD: 23 ed. 306.07

Bibliotecário - Documentalista: Mayco Ferreira Chaves – CRB/2 1357

Direitos desta edição cedidos à

UFOPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Rua Vera Paz, s/nº – Salé

CEP 68.040-255 - Santarém/PA - Brasil

Tel.: +55 93 2101-3629

www.ufopa.edu.br/ufopa/

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Monumento a Pedro Álvares Cabral incendiado no Rio de Janeiro em 2021	25
Figura 2: Protesto indígena em Brasília contra restrições na demarcação de terras indígenas	26
Figura 3: Sátira da guerra filipino-estadunidense publicada pela Puck Magazine em 1901	27
Figura 4: Mapa das “cinco raças” da humanidade	28
Figura 5: Caricatura de Charles Darwin como homem-chimpanzé, ironizando a teoria evolutiva com a ideia equivocada de humano descendente do macaco	31
Figura 6: <i>Festa do chá em noite de verão</i> , fotografia, cerca de 1876	32
Figura 7: ‘Caridosas’ crianças brancas oferecem chocolate às crianças indígenas aprisionadas num dos numerosos ‘zoológicos humanos’ (1930)	34
Figura 8: Anúncio francês da década de 1930 vendendo sabão que “clareia tudo”	35
Figura 9: Anúncio publicitário da empresa Brasil Kirin, veiculada em dezembro de 2010, promovendo a cerveja escura ‘Devassa Negra’	36
Figura 10: Charge de Carlos Latuff, 2008	39
Figura 11: Igualdade X Equidade	56
Figura 12: Diferentes especialidades procuram por evidências que nos ajudam a montar o quebra-cabeças, que nos permite conhecer nossa história evolutiva	64
Figura 13: Cladograma ilustrado representando as relações e origens de espécies ao longo da evolução da Ordem Primata	67
Figura 14: Localização dos ossos de humanos mais antigos de que se tem registro	68
Figura 15: Árvore evolutiva com seus vários ramos conectando diferentes espécies, com destaque para o surgimento de características importantes ao longo do tempo	71
Figura 16: Dispersão da espécie humana a partir do continente africano	72
Figura 17: Localização de sítios arqueológicos brasileiros	75
Figura 18: Japiim tecendo seus ninhos	80
Figura 19: Mapa de localização da cidade de Santarém (PA), do sítio arqueológico de Taperinha (Santarém, PA) e da Caverna de Pedra Pintada (Monte Alegre, PA)	81
Figura 20a e 20b: Pinturas rupestres da região de Monte Alegre (PA) Foto 1, pinturas da Caverna da Pedra Pintada e, Foto 2, pinturas da Pedra do Pilão, outro sítio arqueológico próximo	82
Figura 21a e 21b: Diversidade das paisagens amazônicas em Monte Alegre	83

Figura 22: Conchas e fragmentos de vasilhas cerâmicas arqueológicas em Taperinha (Santarém, PA)	84
Figura 23: Sítio Arqueológico de Taperinha (Santarém, PA)	85
Figura 24: Sementes de buriti carbonizada encontradas no sítio Caverna da Pedra Pintada	86
Figura 25: Frutos do buritizeiro buritizeiro	87
Figura 26: Semente de bacaba carbonizada encontrada no Sítio Teotônio, bacia do rio Madeira, Rondônia	87
Figura 27: Frutos da bacabeira	88
Figura 28: Parede de escavação arqueológica (perfil estratigráfico) no sítio Hatahara, Iranduba (AM), próximo a Manaus	89
Figura 29: Outro perfil de escavação arqueológica no mesmo sítio	90
Figura 30: Etapas da manufatura de cerâmica por ceramista do povo Wai Wai	91
Figura 31: Cerâmicas arqueológicas Maracá e Aristé	93
Figura 32: Cerâmicas arqueológicas Pocó	93
Figura 33: Cerâmicas arqueológicas da Amazônia e sua diversidade, cerâmicas da Tradição Polícroma da Amazônia	94
Figura 34: Cerâmicas arqueológicas da Amazônia e sua diversidade, cerâmicas marajoaras,	95
Figura 35: Cerâmicas arqueológicas da Amazônia e sua diversidade, cerâmica arqueológica tapajônica de Santarém (PA)	95
Figura 36: Vaso cariátide, com três figuras femininas segurando o fundo da vasilha decorada com figuras de urubus-rei, de Santarém (PA)	96
Figura 37: Estatueta feminina, Santarém (PA)	96
Figura 38: O muiraquitã lítico, Santarém (PA)	97
Figura 39: Frente e costas de estatueta cerâmica de uma mulher sentada segurando um pote, Santarém (PA)	97
Figura 40: Os muiraquitãs cerâmicos na atualidade.	98
Figura 41: Grandes aldeias circulares comum entre os povos indígenas da região do Xingu	99
Figura 42: Geoglifos no Acre	100
Figura 43: Mapa de localização dos sítios arqueológicos Porto e Aldeia, na área urbana de Santarém (PA)	101
Figura 44: Matriz Nossa Senhora da Conceição, no centro de Santarém (PA)	101
Figura 45: Obra pública na Praça Rodrigues dos Santos, expondo o sítio arqueológico Aldeia	102
Figura 46: Palmeiras de açai	104

Figura 47: Processamento do açaí	104
Figura 48: Chico Mendes, representante dos seringueiros e símbolo da resistência dos Povos da Floresta	107
Figura 49: Sambaqui Cubatão I – Joinville/SC, construído sobre os terrenos arenosos relativamente planos	113
Figura 50: Sambaqui Garopaba do Sul I – Jaguaruna/SC, construído sobre a elevação de dunas	114
Figura 51: Hipóteses sobre a origem dos povos construtores de Sambaquis	115
Figura 52: Lâminas de machado em rocha	117
Figura 53: Artefatos - em sentido horário: pontas de artefatos em osso de fauna, anzol em osso de fauna, dentes de fauna	118
Figura 54: Exemplos de zoólitos	119
Figura 55: Templo da deusa Atena, conhecido como Partenon, na acrópole de Atenas, Grécia	129
Figura 56: Réplica de estátua de Artemis com suas cores originais	130
Figura 57: Quantas pessoas negras aparecem entre as pessoas bonitas do ano, da década ou de toda a história	132
Figura 58: Vaso grego usado para guardar óleos ou perfumes (aríbalo) em forma de cabeça de um homem africano	134

| LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População indígena em contexto urbano	44
Gráfico 2: Crescimento da população indígena entre 1957 e 2010	46
Gráfico 3: Demonstrativo do crescimento da população indígena em contextos urbanos e rural nos Censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010	48

| LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paleontologia X Arqueologia	66
Quadro 2: Evolução Humana: como as pessoas imaginam x como devemos imaginar	70
Quadro 3: Notas sobre nossas primeiras viagens	73
Quadro 4: A Beríngia	74
Quadro 5: Para defender a Amazônia	78

A stylized illustration in the background shows the back of a person's head with large, dark antlers. Three birds are perched on the antlers: a yellow bird at the top, a red bird on the left, and a blue bird on the right. The person is wearing a patterned garment. The entire scene is set against a light orange background.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ELEMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE METANARRATIVAS COLONIAIS-RACISTAS EM MATERIAIS DE ENSINO	13
<i>Loredana Marise Ricardo Ribeiro & Camila Jácome</i>	
SOBRE CABRAL, DARWIN E BRIDGERTON: REFLEXÕES PARA DESCOLONIZAR O CONHECIMENTO	25
<i>Loredana Marise Ricardo Ribeiro</i>	
POVOS INDÍGENAS NA SALA DE AULA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS DO BEM VIVER	43
<i>Emerson Souza Guarani</i>	
EU CREIO EM VOCÊ! TOLERÂNCIA E DIVERSIDADE RELIGIOSA	53
<i>Lara de Paula Passos</i>	
EVOLUÇÃO PARA TODES, DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO DE EVOLUÇÃO	61
<i>Mariana Inglez & Lisiane Müller</i>	
AMAZÔNIA - A FLORESTA DAS GENTES	77
<i>Camila Pereira Jácome</i>	
SAMBAQUIS SÃO UM MONTE DE COISAS	111
<i>Beatriz Ramos da Costa; Graciele Tules Almeida & Bruna Cataneo Zamparetti</i>	
A CONSTRUÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA E OS USOS DO PASSADO	125
<i>Michelle Borges Pedroso</i>	
SOBRE AS AUTORAS E AUTOR	137

A faint, stylized illustration in the background shows a person from behind, wearing a headpiece with large antlers. Two birds are perched on the antlers: a blue parrot on the right and a smaller bird on the left. The overall color palette is warm, with shades of orange and red.

INTRODUÇÃO ELEMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE METANARRATIVAS COLONIAIS-RACISTAS EM MATERIAIS DE ENSINO

Loredana Marise Ricardo Ribeiro & Camila Pereira Jácome

*Ô, cara, essa figura que você está vendo no espelho não sou eu não,
é você, esse espelhinho que você está me vendendo não sou eu,
isso é um equívoco!*
(Ailton KRENAK, 2015)

*As histórias importam. Muitas histórias importam.
As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também
podem ser usadas para empoderar e humanizar.
Elas podem despedaçar a dignidade de um povo,
mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.*
(Chimamanda ADICHIE, 2019)

Desde cedo somos acostumadas às histórias únicas e suas variantes. A longa história única do homem e sua evolução cultural e biológica rumo ao presente. A história única da mulher, lentamente abrindo espaço e se tornando independente de seus pais e maridos, conquistando o direito de lutar por igualdade com os homens em todas as esferas da vida. A história única do descobrimento das Américas e seus selvagens, que exibiam seus corpos de pele parda, dóceis, porém pouco afeitos ao trabalho. Ou a história única da África, escura, imensa, belicosa, homogênea. A maioria das histórias únicas não é elogiosa. Nenhum dos povos originários das terras conquistadas pela

Europa a partir do final do século XV tem uma história única engrandecedora. Geradas na comparação com a autoimagem do homem branco ocidental, as histórias únicas são estereótipos que mantêm e reproduzem identidades criadas pela colonização: o indígena, o negro, o europeu-eurodescendente, a mulher branca, as mulheres de cor. As histórias únicas (re)criam e (re)produzem narrativas eurocentradas que espalham e alimentam, ora o (auto)desprezo e a (auto)desvalorização, ora o paternalismo e a condescendência, enquanto, paralelamente, criam e mantêm a ideia de superioridade branca biológica, tecnológica, social e intelectual. Histórias únicas são maneiras pelas quais o discurso da modernidade colonial-capitalista é fixado na educação que recebemos – e oferecemos.

As histórias únicas promovem o branqueamento e falam diretamente com nosso inimigo interno, aquele opressor que vive dentro de nossos corpos colonizados, do qual falava Paulo Freire. Ao estereotipar e caluniar o outro, inferiorizando-o e bestializando-o, as histórias únicas auxiliam a privação de uma identidade própria e nos forçam a nos vermos e vermos o mundo como se fôssemos, nós mesmas/os, colonizadoras/es. Histórias únicas são instrumentos de manutenção da colonialidade.

O discurso hegemônico sobre a modernidade, que nos alcança desde os bancos escolares na infância, nos seduz através da televisão e da propaganda comercial, nos persegue cotidianamente com seus clichês de longo alcance, oculta e silencia um fato importante: modernidade e colonialismo são dois lados da mesma moeda, um não existe sem o outro. Abordagens alternativas sobre o passado e a colonização europeia sempre existiram e nas últimas décadas têm alcançado maior visibilidade e notoriedade. Como não poderia deixar de ser, elas têm sua origem justamente naqueles corpos e territórios explorados e degradados pelo colonialismo, como Américas e África. Hoje, o pensamento indígena, o pensamento negro pós-colonial e o pensamento latino-americano e caribenho confluem em alguns aspectos fundamentais em suas análises sobre a colonização, ao menos no que diz respeito à sua estrutura e temporalidade.

Nessas análises outras, a colonização implicou no estabelecimento de sistemas de controle de territórios, corpos, conhecimentos e subjetividades. A estrutura desse sistema reside na ideia de raças (biológicas e socioculturais), organizadas de modo hierárquico, e na ideia de gêneros opostos e hierarquizados. A inserção

de gênero e sexualidade nesta estrutura de poder fica inclusive óbvia, uma vez que se apreende a crítica: o controle dos corpos e dos territórios passa pela reprodução biológica (posto que não há território sem corpo), pelo domínio do útero e pela imposição da heterossexualidade como norma. Como sabemos por meio da iconografia, da documentação histórica e dos preconceitos que persistem na contemporaneidade, a feminização, a emasculação dos homens colonizados, ou, pelo contrário, sua hipersexualização, têm sido uma constante nos últimos séculos.

Outra característica da modernidade e da estrutura colonial de poder é uma nova forma de temporalidade que vê a passagem do tempo de modo linear, do primitivo (passado) ao desenvolvido ou à extinção (presente), estabelecendo também aí uma hierarquia. Então, se por um lado a Europa é definida como presente temporal e sinônimo de modernidade (onde modernizar-se é o mesmo que europeizar-se que é o mesmo que branquear-se), essa ideologia e suas práticas correlatas também criam os 'outros' da modernidade, seus opostos, sejam vistos como seus antagonistas, que recusam a europeização (enquanto modernização), sejam vistos como seus seguidores, eternos beneficiários dos caminhos à modernização abertos pela Europa. A percepção de tempo radicalmente distinta, característica dos povos nativos da Américas e da África, cíclica e espiralada, não se adequava à nova ideia de progresso ininterrupto e irreversível que mantinha a Europa no topo da escalada evolutiva sociocultural. Tanto que habitantes das terras invadidas logo foram considerados pré-históricos, sem contato com o ocidente e suas habilidades de organizar o tempo de forma linear, registrar o mundo e a própria história.

De fato, o colonizador foi/é pródigo na criação de separações e hierarquias. Inúmeras outras divisões além da raça, do gênero e do passado/presente foram criadas. O homem branco moderno é apresentado como o único capaz de perceber que natureza e sociedade-cultura são materialidades distintas, o primeiro termo como recurso de desenvolvimento para o segundo. Poderíamos duvidar da validade dessa separação, considerando que nosso corpo é também natureza, enquanto organismo vivo, não fosse a separação concomitante entre corpo e mente. O corpo passa a ser concebido como matéria bruta, também ele recurso, máquina de trabalho, sem nenhuma qualidade racional, tal como a natureza;

enquanto a mente, o pensamento, confere ao homem a possibilidade de controle e transformação do meio circundante, diferenciando-o dos outros animais. Correlata à separação corpo/mente, a divisão sujeito/objeto confere igualmente ao homem (branco, moderno, racional) a posse exclusiva da subjetividade, da possibilidade de constituição como pessoa, e o poder de objetificar todo o resto, inclusive os corpos de mulheres brancas.

Sociedades cujo pensamento se pauta por temporalidade cíclica, por histórias de origem, injustamente tratadas pelo ocidente como mito e fantasia, e por comunicação e troca com outros seres do mundo (animais, plantas, espíritos, materiais e paisagens que falam, sentem, desejam e têm sabedoria) são então tachadas de ignorantes e supersticiosas, têm sua racionalidade própria negada e seus processos de produção de conhecimento atacados, interrompidos, proibidos. Foi também separando, des-envolvendo, que a colonização se efetivou.

Se o genocídio se refere ao assassinato de populações inteiras, o colonialismo também trouxe o epistemicídio. Como ensina Sueli Carneiro, filósofa e ativista social brasileira, por epistemicídio entendemos as ações diretas e indiretas, promovida pelas coroas, impérios e repúblicas europeias e eurodescendentes, que resultaram na negação de povos colonizados como sujeitos históricos, por meio do apagamento de seus conhecimentos. Epistemicídio é o assassinato de saberes não ocidentais, dito de outra maneira, a morte intencional de conhecimentos não brancos pela colonização. A ciência ocidental e sua cosmologia (as verdades científicas) são então difundidas como a única fonte legítima de conhecimento.¹

Processos de exclusão como o epistemicídio são tão naturalizados e introjetados que raramente nos damos conta deles. As práticas silenciosas de apagamento e domesticação são tão reiteradas e se dão em tantos planos e níveis que passam despercebidas, supostamente invisíveis, ainda que seus efeitos práticos sejam sensíveis: o conhecimento hegemônico, produzido em laboratórios

1 Desde a pandemia de COVID-19 tem se popularizado uma apropriação distorcida do conceito de epistemicídio, que prega que as ciências estariam sistematicamente negando a validade de saberes bíblicos como o criacionismo e de postulados europeus antigos como o terraplanismo. A discussão falaciosa tenta denunciar uma suposta perseguição e intolerância ao cristianismo. Com apoio também do movimento antivacina, tais posições anticiência silenciam a própria filiação da ciência moderna à cristandade europeia dos séculos XVII ao XIX e tentam ampliar as bases da argumentação sobre o historicamente impossível racismo reverso.

e núcleos de pesquisa e que circula na educação básica e entre o público leigo de modo geral, é produzido essencialmente por corpos brancos, masculinos e ocidentais. E tais práticas assim permanecem, acompanhadas pelo entendimento da prevalência e superioridade masculinista branca. É o mesmo entendimento subjacente que guia as práticas explícitas de apropriação, depredação e destruição de corpos não normativos – como o racismo, o machismo, o feminicídio, a LGBTQIAP+fobia, o capacitismo e mais.

É urgente, portanto, que façamos o caminho inverso: des-emprender, nos desligarmos da matriz eurocentrada e androcêntrica de produção de conhecimento que ainda predomina nos materiais didáticos produzidos para educação básica e no próprio conhecimento produzido nos laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa nas universidades. As alternativas sempre estiveram aí, hoje podem ser acessadas por meio de abordagens como a afrocentricidade, o pensamento indígena, o projeto descolonial, entre outras.

Histórias para descolonizar as ciências é nossa contribuição nessa direção. O livro reúne textos produzidos para uso em sala de aula nos anos finais da educação básica e semestres iniciais da educação superior. A organização do livro, assim como a produção de alguns de seus textos, resulta das atividades de um grupo de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes universidades públicas brasileiras, sobretudo das áreas da arqueologia e antropologia, reunidas(os) por meio do Acervo Multimídia de Arqueologia e Antropologia (AMAA), projeto de extensão da UFPel, coordenado por uma das organizadoras deste livro.²

Voltado à divulgação de pesquisas e debates científicos e produção de materiais educativos em linguagens alternativas, o AMAA busca avançar na avaliação crítica de apagamentos e distorções de raça, gênero e classe em relatos sobre o passado no Brasil. A arqueologia e a antropologia, como quaisquer outras disciplinas modernas, são exemplares da relevância da ciência como uma das

2 Participam do grupo de trabalho Bruno Sanches Ranzani da Silva (UFES), Camila Jácome (UFOPA), Camila Wicher-Moraes (UFG), Lara de Paula Passos (UFMG), Loredana Ribeiro (UFPel), Lúcio Flávio Costa Leite (IEPA) e Maurício André da Silva (MAE/USP). Com apoio financeiro do CNPq, em 2020 e 2021 produzimos três roteiros de vídeos e duas *cyberexposições*, além desta coletânea, cujos textos articulam e complementam vários dos outros materiais, disponíveis no site do projeto (www.amaacervos.com.br). Ao longo do tempo, atraímos novas e novos colegas para atuar em produções específicas, caso deste livro, aumentando o número de pesquisadoras e pesquisadores envolvidas/os, assim como as áreas disciplinares.

mais eficientes instituições que atuam na manutenção e propagação do pensamento moderno capital-colonialista por intermédio da colonialidade. Assim, nossos materiais operam como intervenções descoloniais na educação, oferecendo narrativas críticas e alternativas à lógica modernizante da colonização, destacando os conteúdos opressivos e eurocentrados, que teimam em permanecer no ensino das ciências humanas, e valorizando eventos, práticas e discursos anticoloniais sistematicamente anulados e silenciados no decorrer dos últimos séculos.

Os materiais que temos produzido têm potencial para atuar criticamente, intervindo na comunicação científica e ensino sobre práticas socioculturais como produção de conhecimento, religiosidade, tecnologia, papéis sociais e mais. Nosso público-alvo é a rede básica de ensino público, de modo que todos os materiais produzidos se voltam ao uso em sala de aula e ao atendimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas. O cumprimento da legislação, como se sabe, ainda esbarra tanto na falta de informação quanto na resistência de famílias e, muitas vezes, das próprias escolas, em assumir integralmente o compromisso de dar espaço e visibilizar, nas práticas de ensino, outras narrativas e outros lugares de fala. Para viabilizar o respeito às diferenças culturais é necessária informação de qualidade e disponível para acesso amplo e irrestrito. Daí a importância de ações que conjuguem a comunicação científica e a produção de materiais de apoio à educação, concebendo ambas, divulgação científica e educação, como críticas. Desnecessário dizer que materiais de qualidade voltados ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são igualmente bem-vindos no ensino superior, sobretudo em cursos fora das ciências sociais e humanas que não costumam dispor de docentes com formação em arqueologia ou antropologia.

Nessa perspectiva, bens patrimoniais, principalmente arqueológicos, são recursos para nossas discussões. Considerando a abordagem descolonial do AMAA, elencamos temas gerais para amarrar a concepção dos materiais que temos produzido nos últimos anos. Com discussões sobre raça e gênero/sexualidade, os audiovisuais e textos produzidos pelo grupo são material de apoio para ensino e pesquisa de temas relacionados a questões sociais atualmente

relevantes, analisando-as em suas raízes coloniais a partir de dados e debates científicos e acadêmicos. Seguindo a didiscência de Paulo Freire (1996) e o diálogo da feminista estadunidense negra bell hooks (2013) com a obra do educador brasileiro, lidamos com os processos de pensamento e crítica como prática libertadora, um caminho para o entendimento do que ocorre com o mundo e com nossas subjetividades; um entendimento que promove a cura e a emancipação:

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para docentes que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual de nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (bell HOOKS 2013:25)

Os materiais concebidos e produzidos nos últimos anos têm um forte componente crítico e de denúncia de vieses masculinistas e eurocentrados dos conteúdos curriculares tradicionais, mas não oferecem respostas únicas e inequívocas para as novas questões levantadas, pelo contrário. O objetivo aqui é instrumentalizar a práxis, o refletir e o agir no mundo a fim de modificá-lo. Explicar, de modo descontraído e multimodal, como e por que algumas situações e circunstâncias específicas da realidade social brasileira são como são, recorrendo sempre à colonialidade como a força que sustenta hoje tais estruturas. Fazemos isso sobretudo com narrativas produzidas com multimídia digital, como pode ser observado nos vídeos e nas ciberexposições disponibilizadas no site e canal Youtube do projeto.³ Narrativas textuais, como as que compõem este livro, também têm por objetivo preparar docentes e estudantes para uma melhor experiência e uso didático dos materiais multimídias que produzimos.

Este livro apresenta narrativas que se propõem a pensar a descolonização da ciência. Alguns dos temas já estão há muito

3 Ver por exemplo o vídeo-ensaio *A Igualdade é Branca* e as ciberexposições *Vira Homem!* e *O Sexo dos Anjos*.

tempo presentes nos currículos escolares, como a Grécia antiga e a evolução humana, mas aqui surgem atravessados por reflexões sobre racismo e sexismo na própria produção destes conhecimentos. Histórias menos frequentes em livros escolares, como as vivências indígenas nas cidades e nos seus territórios ancestrais de Abya Yala (Américas) também são apresentadas e ricamente ilustradas. O debate sobre racismo e antirracismo suleia a maioria dos textos, presente na história das ciências ocidentais e suas representações; na trajetória de um estudante indígena na universidade; na discussão sobre racismo religioso, tema fundamental em tempos de fundamentalismos ideológico e religioso. Essa é uma pequena amostra da diversidade de temáticas trazidas nos sete capítulos deste livro.

Com exemplos históricos e contemporâneos, Loredana Marise Ricardo Ribeiro, no texto *Sobre Cabral, Darwin e Bridgerton: reflexões para descolonizar o conhecimento*, pontua questões que ajudam na compreensão da persistência da colonialidade nas estruturas sociais e na produção de conhecimento. Dos conquistadores (sejam navegantes, sejam bandeirantes), ‘heróis’ de uma civilização que matou, roubou e estuprou pessoas indígenas e africanas, aos homens das ciências e sua (nenhuma) neutralidade, vemos trajetórias marcadas por privilégios de raça, gênero e classe. O texto traz um debate sobre como colonialismo e ciências, juntos, forjaram o racismo e outras formas de produzir desigualdades de gênero, sexualidade e classe, que são pilares da modernidade capitalista. Fundamentos de um conhecimento homogeneizante que precisam ser criticados e superados.

O texto de Emerson Souza, do povo Guarani Nhandeva, intitulado *Povos indígenas na sala de aula: aspectos históricos e atuais do bem viver*, mostra como a temática indígena ainda é negligenciada em salas de aula da educação básica à universitária, sendo muitas vezes tratada de maneira inadequada, como cultura (no singular) do passado, reforçando estereótipos racistas. Segundo ele, essa perspectiva eurocêntrica se reflete não só nos conteúdos, mas também na falta de políticas públicas voltadas para a educação indígena em centros urbanos, incluindo a maior cidade do Brasil, São Paulo. Sua contribuição mostra como a educação pode também operar como as ‘caravelas’, perpetuando o epistemicídio dirigido aos povos indígenas.

A prosa poética antirracista de Lara de Paula Passos em *Eu creio em você! Tolerância e Diversidade religiosa*, mostra como a ideia de tolerância religiosa pode servir como um filtro que escamoteia as desigualdades de tratamento entre pessoas de diferentes matrizes religiosas, especialmente pessoas não brancas e não cristãs. A autora questiona como pode haver liberdade religiosa se de fato não há equidade entre diferentes formas de religião. Isso fica evidente nos riscos que as casas de religião de matriz africana sofrem com vilipêndios e/ou depredações. Além disso, as espiritualidades indígenas e de matriz africana são frequentemente associadas a expressões pejorativas como ‘demoníacas’, ‘primitivas’ ou ‘charlatãs’. O texto traz preciosas reflexões para tratar da temática religiosa na educação básica; também carrega a semente da construção coletiva e mútua de respeito e ética para lidar com a diferença.

O complexo tema da evolução humana pode ser debatido de uma maneira didática e não redutora, como propõem Mariana Inglez e Lisiane Müller em *Evolução para todes. Diversidade e inclusão no ensino de Evolução*. As autoras mostram que os estudos evolutivos, desde o século XIX, foram dominados por homens brancos (europeus e estadunidenses), oriundos de classes privilegiadas. Mesmo considerando que o consenso sobre a origem africana da espécie *Homo sapiens* seja relativamente recente, datando do último quarto do século XX, ainda é assombroso o quão minoritárias são as pessoas negras tanto na condução das pesquisas quanto no protagonismo das narrativas científicas sobre evolução humana. As autoras trazem muitos dados sobre o longo e complexo processo evolutivo iniciado na África e a dispersão humana pelo planeta, incluindo as primeiras ocupações na América e no Brasil.

Amazônia - a floresta das gentes, de Camila Pereira Jácome, traz um panorama amplo, em termos territoriais e cronológicos, do conhecimento sobre o passado antigo dos povos indígenas da Amazônia, discutindo lugares, plantas e objetos. O texto busca mostrar como os povos indígenas ao longo de milênios de vivência na floresta contribuíram sobremaneira para sua biodiversidade e agrobiodiversidade com suas formas tradicionais de lidar com plantas e animais. Uma das propostas do texto é mostrar que a longa duração do conhecimento indígena não se materializa somente em objetos ou lugares arqueológicos, mas na própria floresta em si, e como esse modo tradicional de se relacionar com as florestas

foi incorporado por outros povos, como quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, que contribuíram e contribuem para a persistência e resistência da Amazônia.

Também na temática da história indígena de longa duração, as autoras Beatriz Ramos da Costa, Graciele Tules Almeida e Bruna Cataneo Zamparetti apresentam o texto *Sambaquis são um monte de coisas*, uma contribuição sobre a diversidade e antiguidade dos sambaquis, tipo de sítio arqueológico exemplar de formas indígenas de relação com os ambientes marinhos. O texto é rico em exemplos de cultura material, tecnologias e tratamento funerário de ancestrais por povos sambaquieiros.

O livro finaliza com o texto de Michelle Borges Pedroso, *A construção da Grécia antiga e os usos do passado*. Como mostra a autora, a imagem da Grécia antiga como berço da civilização europeia é uma construção cultural, iniciada na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Agrega-se a essa construção a ideia de que no centro da sociedade grega estavam homens livres e cultos. A Grécia antiga era uma sociedade múltipla em termos populacionais, composta também por pessoas vindas da África e do Oriente Médio, nada como a noção de ‘cultura pura’ e ‘homens superiores’ que o ocidente criou. Inclusive as brancas estátuas de mármore que hoje vemos em museus do mundo todo são *fake news*: hoje se sabe que originalmente elas eram coloridas. O branqueamento das imagens da Grécia antiga pelos europeus modernos faz parte da construção de um padrão estético privilegiado. Isso porque, como já cantou Caetano Veloso, “é que Narciso acha feio o que não é espelho”...

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DANNER, Leno Francisco, Fernando DANNER, and Julie DORRICO. Pacificando o branco: uma história da modernidade contada pelos indígenas. **Trans/Form/Ação**, n. 45, p. 379-414, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes (2013).

KRENAK, Ailton. **Encontros - Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

RIBEIRO, Loredana; da SILVA, Bruno Sanches Ranzani; LEITE, Lucio Costa; da SILVA, Maurício André. Sexo dos Anjos (ciberexposição). **AMAA**, 2023. Disponível em: <http://www.amaacervos.com.br/osexodosanjos/>

RIBEIRO, Loredana; LEITE, Lucio Costa; PASSOS, Lara de Paula. A igualdade é branca. **YouTube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n-FnDG4yzVqU>.

SOBRE CABRAL, DARWIN E BRIDGERTON: REFLEXÕES PARA DESCOLONIZAR O CONHECIMENTO

Loredana Marise Ricardo Ribeiro

Figura 1: Monumento a Pedro Álvares Cabral incendiado no Rio de Janeiro em 2021, em protesto contra o marco temporal para demarcação de terras indígenas.



Fonte: Reprodução redes sociais

Você já viu alguma das numerosas manchetes de jornais ou *posts* em redes sociais virtuais que desde 2020 têm mostrado monumentos de ‘heróis civilizadores’ sendo derrubados no Brasil e mundo afora durante protestos populares? Você ouviu a multidão clamando pelo fim do culto a personagens históricos escravagistas e colonialistas?

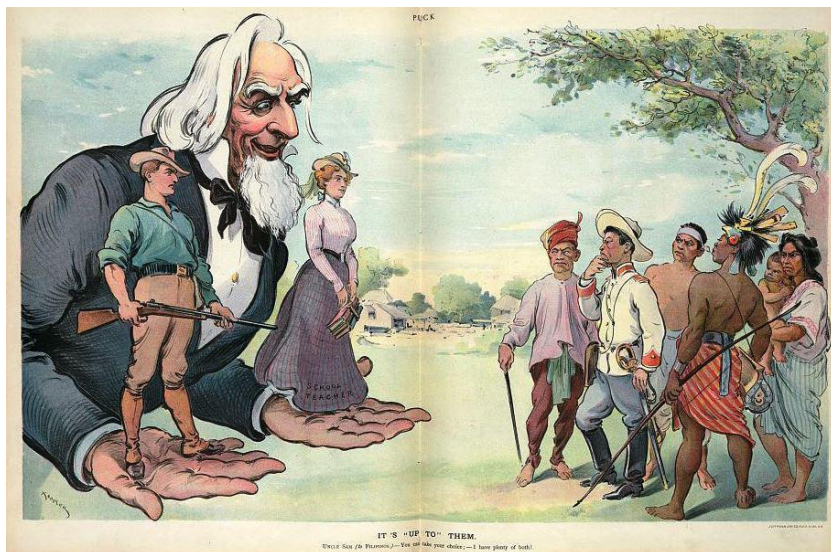
Se sim, você já teve algum contato com as discussões contemporâneas anticoloniais ou com as descoloniais (ou decoloniais). Estas discussões se debruçam sobre os efeitos duradouros do colonialismo mesmo após a ruptura formal dos laços administrativos e militares entre as antigas colônias e as metrópoles. E o que personagens históricas como ‘descobridores’, bandeirantes e escravagistas têm a ver com a permanência do colonialismo? Tudo. Independentemente do país onde ocorrem, os atos de derrubada de estátuas de personagens colonialistas têm em comum o fato de associarem as opressões do presente com o colonialismo (que no senso comum está no passado) e com a manutenção de interesses específicos de grupos seletos de pessoas. Os monumentos, foco dos protestos, são vistos como celebração do sujeito histórico que, continuamente, controlou, explorou e agrediu pessoas oriundas dos territórios colonizados: homens brancos e abastados, heróis encarregados do fardo de domesticar e civilizar os selvagens habitantes dos territórios conquistados com a expansão europeia para as Américas. As ciências médicas e disciplinas como antropologia, arqueologia, história e filosofia foram muito importantes na construção desse sujeito, de modo que **discutir decolonialidade é produzir a descolonização do conhecimento**.

Figura 2: Protesto indígena em Brasília contra restrições na demarcação de terras indígenas. Em agosto de 2021, milhares de indígenas de mais de 170 povos acamparam em Brasília para acompanhar a votação do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Crédito: Foto de Leopoldo Silva/Agência Senado. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/51412418077/in/photostream/>

Figura 3: Sátira da guerra filipino-estadunidense publicada pela Puck Magazine em 1901. A imagem mostra o imperialismo dos Estados Unidos, representado como um homem branco e velho, o Tio Sam, oferecendo ‘presentes’ aos nativos e colonos: a mulher branca professora (repare nos livros que ela carrega) e o homem branco defensor (armado) de valores ocidentais. Note como raça e gênero são articulados na representação do eurodescendente x nativos-mestiços.



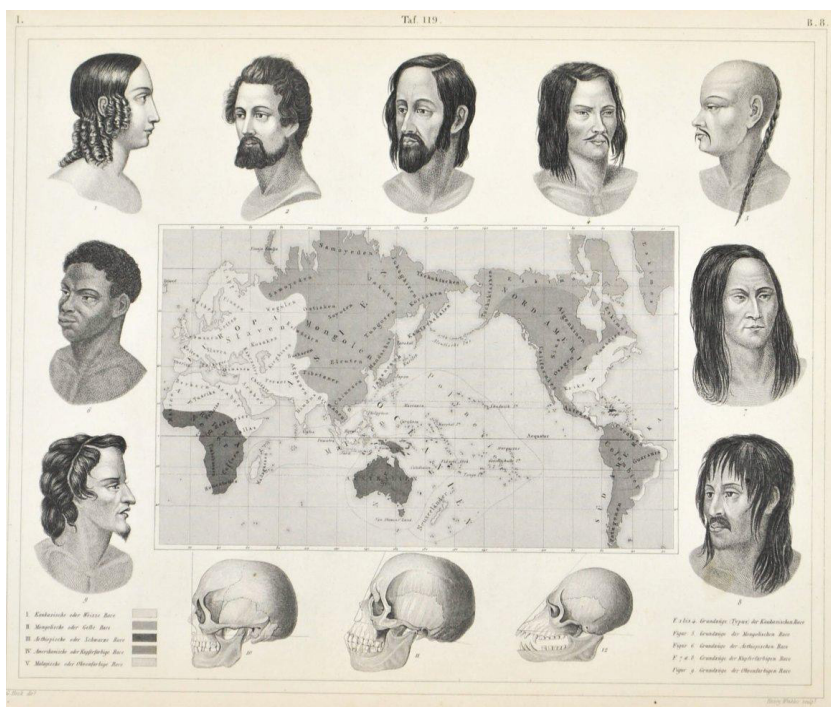
Fonte: Puck Magazine (1901).

A ideia de um ‘nós’, europeu e branco, *versus* um ‘outro’, não europeu e não branco, esteve na base da identidade europeia que se forjou no mundo colonial e influenciou substantivamente a noção de humanidade que a filosofia e a ciência ocidentais vinham desenvolvendo. O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot defendeu que o colonialismo nas Américas criou o ‘selvagem’, uma categoria de humanidade fundamental para a noção de humano que se desenvolvia na Europa desde a revolução científica e o renascimento – noção que ainda hoje sustenta o pensamento ocidental moderno. Não por acaso, o pensamento humanista surge junto com a revolução científica, o renascimento e, logo depois, a invasão das Américas. O novo homem que os sábios europeus anunciavam desafiava o poder das instituições religiosas, era completamente guiado pela razão e racionalidade, livre de qualquer controle ou influência divina ou sobrenatural. O desenvolvimento das ciências, filosofia e artes europeias a partir de então carregava os entendimentos sobre o mundo e a vida formulados por um

grupo reduzido de pessoas, aquelas que podiam se dedicar às artes e às ciências entre os séculos XV e XVII: majoritariamente homens brancos e abastados.

De fato, a partir do contato colonial com os povos nativos das Américas, os europeus começaram a produção da identidade europeia baseada na definição de seus outros (não europeus). Isso implicou no estabelecimento de características morais, físicas e intelectuais para as populações que iam sendo conquistadas e controladas pelas potências europeias, levando às construções, ainda vigentes, de raça e gênero. A primeira grande pergunta acerca dos povos originários das Américas era uma pergunta sobre a humanidade destas populações: “essas pessoas teriam alma”? Como poderiam aqueles corpos nus, de pele escura, serem humanos se não se via ali sinais de civilização, se suas condutas eram entendidas como promíscuas e pecaminosas, se não havia ali homens e mulheres, apenas machos e fêmeas, incontrolavelmente sexuais e selvagens?

Figura 4: Mapa das “cinco raças” da humanidade



Fonte: Henry Winkles e Johann Georg Heck, 1851.

Antropologia e arqueologia são disciplinas que se formalizam no século XIX, também a serviço do colonialismo. Enquanto a antropologia identificava, descrevia e organizava os povos do mundo na pirâmide evolutiva cultural e racial, a arqueologia e a bioarqueologia buscavam, no passado, as origens e etapas evolutivas humanas, supostamente provando que os europeus haviam cumprido todo o processo evolutivo, já tendo superado o nível tecnológico e cultural das sociedades colonizadas. Ou seja, enquanto a antropologia descrevia e justificava o ‘outro’ cultural, racializado, hipersexualizado e atrasado, a arqueologia identificava e descrevia outra forma de alteridade: o passado, vencido e superado pelos europeus, mas uma etapa na qual ainda se localizava seu outro biológico e cultural. Na genealogia do racismo, não podemos esquecer suas bases morais e religiosas. São estas bases que alicerçam a ideia de uma evolução cultural em etapas, na qual a Europa teria atingido o topo e os outros povos não. A fenotipia não branca não pode ser dissociada das impressões iniciais europeias sobre suas religiões (não cristãs) e entendimentos culturais sobre relações interpessoais. No século XIX, muitas das ‘descobertas’ da ciência ocidental não passavam de justificativas da nova razão europeia para entendimentos sociais que se firmavam desde os primórdios do colonialismo.

Homens de ciência como Charles Darwin construíram poderosos argumentos científicos que encontravam na natureza equivalências para os entendimentos europeus sobre a hierarquia entre os povos e culturas do mundo. A noção social de evolução cultural, a qual exibia a sociedade de homens como Charles Darwin no topo – uma sociedade detentora de uma tecnologia tão eficiente que era capaz de materializar o que quer que sua imaginação criasse – é bem mais antiga que a noção científica de evolução biológica, a qual coloca a espécie humana no topo da cadeia evolutiva – mas não qualquer humano, o homem no singular e com inicial em maiúscula. Homens como Charles Darwin: branco, masculino, dotado de razão avançada e organismo plenamente capacitado, *ops*, adaptado. A criação da teoria evolutiva estava bêbada de crenças europeias humanistas sobre raça, gênero e sexualidade.

Se de um lado Darwin se alinhava ao humanismo da época, elaborando uma teoria que explicava a presença, o sucesso e o fracasso humanos no planeta de forma independente da religião e da divina providência, ele também vivia em conflito com a formação cristã que

recebeu e que alimentava a fé de sua família; o quê, junto ao receio do repúdio de seus pares, o levou a atrasar por anos e anos a publicação de seus estudos evolutivos. Darwin era um homem preso a seu tempo e sociedade, com seus valores e moral. Por exemplo, sua discussão sobre seleção sexual estabelecia como fato biológico a promiscuidade masculina e a relutância sexual feminina, comportamento supostamente observável em todas as espécies animais com reprodução sexuada. Tal premissa carregava junto com ela os preconceitos vitorianos de gênero. Charles Darwin, como seus pares, era extremamente influenciado pelos preceitos morais de sua sociedade. Para a Inglaterra oitocentista, o 'homem' (branco, cristão e heterossexual) era ativo, adaptável, avançado e complexo. Já a 'mulher' (também branca, cristã e heterossexual) era passiva, constante, tinha o desenvolvimento equivalente ao de uma criança e não tinha interesse em sexo. Hoje diferentes cientistas têm exposto o conteúdo sexista dessa teoria. Sabemos agora que as fêmeas não são biologicamente monogâmicas; que os óvulos não são passivos como se acreditava e que eles escolhem espermatozoides de acordo com sua carga genética. Sabemos também que o sêmen possui compostos complexos que apresentam gasto de energia para o organismo e que a produção de esperma não é ilimitada como se imaginava antes.

Não se trata aqui de negar a validade da teoria evolutiva, sobretudo considerando seus desenvolvimentos posteriores ao século XIX e a inclusão da genética. Trata-se de discutir como o conhecimento científico é impregnado de vieses sociais oriundos do contexto cultural ao qual pertence a pessoa que o formula. É impossível escapar do contexto. O modo como vivemos, o que valorizamos, como vemos o mundo interfere inclusive no modo como aprendemos. É assim conosco, foi assim com Darwin.

Diferentes setores abastados das sociedades europeias da época se encarregaram de impor seus estereótipos e valores sobre outras classes sociais e outras culturas. A família de Charles Darwin é um bom exemplo. Josiah Wedgwood, o avô de Darwin, não era cientista, era um rico empresário, fundador de umas das maiores indústrias de louça da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Capitalista e abolicionista, Wedgwood só pensava em ampliar os mercados de consumo de suas louças finas, até então reservadas às salas de jantar das ricas famílias. Os navios mercantes atravessavam os oceanos rumo às Américas e à África abarrotados de louças a serem vendidas por preços módicos, já

que a rainha Charlotte, aquela, da série *Bridgerton*, havia intermediado um grande incentivo real para ampliar a produção de suas fábricas e assim baratear o custo da fabricação das peças.

Nada inocentes, travessas, xícaras e bules de chá tanto ajudaram a internacionalizar o capitalismo industrial europeu quanto a interiorizá-lo nas colônias sob a bandeira da modernidade. As delicadas peças carregavam valores, hábitos e práticas europeias sobre conduta doméstica e moral civilizadas. Para serem usados devidamente, os belos aparelhos importados de jantar exigiam a presença da família burguesa à mesa na hora das refeições, sob a condução do chefe e provedor. Nas terrinas e sopeiras, eram também servidas lições sobre o que é família e o papel nela reservado a homens, mulheres e crianças. Sentado à cabeceira, o pai de família chefiava o ritual do jantar, exibindo à mesa suas habilidades de provedor. Para os estratos sociais intermediários das colônias, o consumo destas peças muitas vezes resultava da imitação dos costumes das famílias ricas e europeizadas, uma forma de ostentação do estilo de vida almejado. Quanto mais o custo das louças se barateava, mais se popularizavam os costumes domésticos da burguesia capitalista europeia – e os valores por trás deles, incluindo o modelo de família nuclear (pai, mãe e filhas e filhos), consolidado a partir do século XIX.

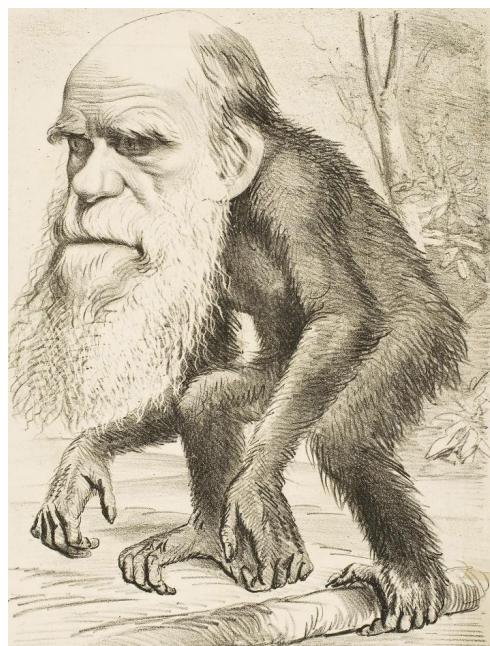


Figura 5: Caricatura de Charles Darwin como homem- chimpanzé, ironizando a teoria evolutiva com a ideia equivocada de humano descendente do macaco. Autoria Desconhecida, originalmente publicado em “The Hornet Magazine”.

Crédito: Imagem disponibilizada pela University College London Digital Collections (1886), Domínio público via Wikimedia Commons.

Quando as primeiras fábricas de louças foram abertas no Brasil, na primeira metade do século XX, bem depois de Wedgwood, o avô de Darwin, vemos um desenvolvimento dessa aliança inusitada entre louças de mesa e a modernidade colonialista racista. Na cidade de São Paulo daquela época a produção e o consumo de louças brancas se relacionavam com o racismo e a ideologia higienista. O arqueólogo Rafael de Abreu e Souza mostra como a moda da louça branca reforçava a imagem do branco limpo e publicamente exposto, em oposição ao negro sujo e retirado da vista. O operariado das fábricas de louças, imigrantes europeus em sua maioria, assim como o público e atendentes de bares e cafés ‘de fino trato’ primavam pela ‘boa aparência’, expressando o branqueamento de corpos e coisas característico da modernização.

Figura 6: Meninas brincam de tomar chá e aprendem a se comportar como mulheres ‘civilizadas’. *Festa do chá em noite de verão*, fotografia, cerca de 1876,



Crédito: Foto da Library of Congress Prints and Photographs Division Washington, D.C. 20540 USA., autoria desconhecida.

Vamos agora pensar um pouco nas séries *Bridgerton* e *Rainha Charlotte*, esta última derivada da primeira. Os programas da *Netflix* mostram uma rainha e vários homens nobres e poderosos de pele negra na Inglaterra do começo do século XIX, sugerindo fortemente igualdade racial. A partir do discutido nesse texto, quais as chances, imagina você, disso ser possível? Enquanto a rainha Charlotte detinha a coroa da Inglaterra, experiências científicas usavam corpos negros e indígenas como cobaias, pessoas africanas eram traficadas e escravizadas, exibidas em ‘shows de aberrações’. A Europa, que se beneficiava da recente ‘idade da razão’ e dos clarões de sabedoria de seus homens sábios, se assombrava com os avanços da ciência. Enquanto isso, milhões de vidas eram apagadas e as terras coloniais embebidas pelo sangue de suas gentes de pele escura. A indústria do entretenimento sempre esteve repleta de exemplos que tanto distorcem quanto apagam fatos e eventos históricos, reforçando estereótipos e iludindo mentes desavisadas. A quem interessa apagar a história do racismo e supor que ele seja um fenômeno do presente e das sociedades ultramodernas?

Mas o que o entretenimento faz além de mostrar as tendências da vez, os interesses do público? A série *Bridgerton* colore seu elenco porque hoje as reivindicações de representatividade racial são cada vez mais aceitas. A ausência de reflexão sobre as repercussões de representar um passado de igualdade racial, no lugar de um passado extremamente racista e supremacista branco, é, talvez, um sintoma da apropriação de pautas antirracistas. A representatividade está se tornando hegemônica e com isso esvaziada de seu conteúdo crítico. Quando a história e a genealogia de uma estrutura social são apagadas, quando ela é firmada no presente, ela assume uma efemeridade possível e seu aspecto estrutural é dissolvido. O mesmo gesto que atende as reivindicações sociais de representatividade racial segue reforçando o racismo ao negar suas origens.

Uma série de *streaming* pode parecer um exemplo extremo, mas de fato ele é corriqueiro e banal, um de muitos numa lista muito vasta. De modo cada vez mais intenso a partir do século XVIII, folhetos, jornais, almanaques, romances, propagandas de mercadorias, teatro, cinema, televisão e até gibis foram fecundos em mensagens que banalizavam o racismo - ou o negavam, em prol do discurso falacioso da democracia racial.

Figura 7: ‘Caridosas’ crianças brancas oferecem chocolate a crianças indígenas aprisionadas num dos numerosos ‘zoológicos humanos’, populares na Europa do final do século XIX. A base do chocolate, sabemos, é o cacau, planta conhecida por povos ameríndios desde muito, muito tempo antes das caravelas desembarcarem por aqui. Além do cacau, diversas outras plantas nativas também foram sequestradas para uso comercial na Europa, como o tabaco, a batata, a abobrinha, o milho, a mandioca... a lista é enorme.



Fonte: Imagem publicitária veiculada em 1895 pelo fabricante francês Maison Trébucien. Académie de Poitiers, Espace pédagogique - <https://ww2.ac-poitiers.fr/>

Figura 8: Anúncio francês da década de 1930 vendendo sabão que “clareia tudo”. A associação entre pele escura e sujeira fazia as pessoas (brancas) rirem.



Crédito: Foto de Savon la Perdrix SDC © DR.

Figura 9: Anúncio publicitário da empresa Brasil Kirin, veiculado em dezembro de 2010, promovendo a cerveja escura 'Devassa Negra'. Objetificação e hipersexualização do corpo da mulher negra são formas de abuso em curso há séculos.



Fonte: Reprodução Redes Sociais.

As discussões atuais sobre descolonização partem da noção de que as relações coloniais de poder seguiram em atuação no plano individual e coletivo mesmo após o rompimento dos vínculos formais colônia/metrópole. Com as emancipações políticas na América Latina e no Caribe se estabeleceram os estados locais, quase sempre laicos e democráticos, mas nas sociedades locais as escalas de comando social não sofreram muita perturbação e não houve mudanças bruscas. Os setores dominantes de tais sociedades seguiram se beneficiando do racismo, do sexismo e da classificação social em estratos; formas cruzadas de opressão que já desde os tempos anteriores da colônia garantiam a manutenção de privilégios sociais de elites e indivíduos dominantes nas Américas. Durante os dois séculos seguintes, com mudanças de governo e até de Estado e muitas transformações sociais, os mesmos marcadores sociais, raça, gênero/sexualidade e classe, seguiram sendo estruturais e organizadores das hierarquias sociais locais. A implantação dessa estrutura ao longo do tempo foi tão bem-sucedida que foi internalizada por muita gente, ajudando a mantê-las “em seus devidos lugares” na pirâmide social, sem questionamento ou recusa. Na parte superior

da pirâmide, o ser humano perfeito, que goza todos os privilégios: branco, masculino, (cis)heterossexual e rico. Essa introjeção das normas também desperta o desejo de máxima equiparação com esse sujeito ideal. Paulo Freire, o educador brasileiro, descreve bem esse movimento: sem autoconsciência e pensamento crítico, o ideal da pessoa oprimida é ser opressora.

Não foi à toa que Paulo Freire associou a manutenção do desejo de oprimir com uma forma específica de educação formal, que ele chamou de bancária. Inertes e passivas/os, estudantes se sentam imóveis e silenciosas/os enquanto assimilam sem questionar os ensinamentos recebidos, os ativos depositados por educadoras e educadores. A estrutura opressiva das sociedades se renova e se mantém com a participação (muitas vezes inconsciente) das pessoas. A escola é uma instituição fundamental para favorecer a internalização de valores hegemônicos. E isso ocorre de um modo não muito sutil. Na educação infantil temos sobretudo professoras. Historicamente, a educação formal de crianças foi uma das primeiras profissões caracteristicamente femininas. Ao longo da nossa vida escolar assistimos a uma gradual entrada de professores homens em sala de aula até chegarmos à universidade, onde a situação se inverte totalmente. A sala de aula universitária é a antessala dos laboratórios e centros de pesquisa, onde são feitas as descobertas científicas ‘sérias’, onde as ‘verdades’ da natureza são traduzidas em termos sociais. É, portanto, normal, no pensamento dominante, colonial, que esses espaços sejam controlados sobretudo por homens. Homens brancos.

Da educação infantil à formação superior estudamos conteúdos que esmiúçam vidas e obras de homens brancos: os heróis da história e das ciências e seus feitos estão próximos de nós ao longo de toda nossa vida estudantil. Pouco aprendemos nos bancos escolares sobre a resistência indígena e negra ao colonialismo, sobre os grandes nomes da resistência, sobre ciência indígena ou africana, sobre mulheres cientistas, guerreiras, governantes, seja do ocidente, sejam de outras regiões. Enquanto assimilamos inertes todos esses conteúdos, a certeza de que o melhor tipo de humano, a humanidade que se deve almejar compartilhar, é branca e masculina, se constrói em nós.

Em todas as áreas dominantes das sociedades latino-americanas e caribenhas, os postos de influência tendem a ser ocupados

por homens brancos e já influentes de antemão. É difícil furar os bloqueios, principalmente quando não temos consciência deles. Vejamos um exemplo específico da academia. Boaventura de Souza Santos, um sociólogo português, fez uma importante pesquisa no começo dos anos 2000 sobre o ensino de ciências humanas nas universidades ocidentalizadas – ou seja, de antigas colônias. Ele descobriu que todo o conhecimento ensinado naquelas universidades provinha de homens brancos de apenas cinco países: Inglaterra, França, Estados Unidos, Itália e Alemanha. Chamamos isso de conhecimento canônico, padrão.

Agora reflita, se não podemos escapar do nosso contexto social e seus valores e interesses, que tipo de sujeito, que sociedades o conhecimento produzido por homens privilegiados ajuda a criar? Sujeitos que acreditam na superioridade de homens brancos abastados; sociedades onde o racismo, o (cishetero) sexismo e o elitismo são naturais, expressões de uma realidade que apenas pode mudar no plano individual, com ascensão social. Como se uma pessoa preta rica escapasse do racismo, como se uma mulher rica, seja cis ou trans, não pudesse ser vítima de feminicídio ou transfeminicídio. Todas as disciplinas científicas têm contas a prestar no que se refere à formulação das questões centrais que sustentam a estrutura hierárquica e opressiva das sociedades ocidentais e ocidentalizadas atuais. Chegou a hora das cobranças. E elas estão sendo feitas, doa a quem doer. Passadas duas décadas, Boaventura de Souza Santos, o famoso sociólogo antes citado, foi afastado no começo de 2023 dos cargos institucionais que ocupava por denúncias de assédio sexual e abuso de poder sobre ex-alunas e orientandas. Que ironia.

Este texto é construído em torno de sobrenomes europeus e não é por acaso. É por rancor colonial. Há alguns anos tenho buscado minha família em registros paroquiais e arquivos de documentos notariais. Já estava preparada para a dificuldade em recuar muito no tempo através de documentos escritos, as histórias que cresci ouvindo têm raízes indígenas e negras; são, portanto, povoadas por pessoas muitas vezes mantidas fora tanto do antigo sistema eclesiástico de registro quanto do mais recente registro civil. Talvez meus antepassados de 150 anos ou mais estejam em alguns dos inúmeros lançamentos de batismo “do inocente Beltrano filho natural da negra Fulana”, com os quais me deparei. Sem menção ao pai, mas apadrinhado por um ou outro homem de nome completo

que aparece em vários registros cartoriais e paroquiais da mesma época, sugerindo ser alguém bem relacionado na comunidade. Talvez o padrinho fosse o pai branco buscando as bênçãos da igreja para um filho que não reconheceu.

Mas difícil mesmo, nessa minha aventura nos arquivos, tem sido lidar com a total ausência de sobrenomes que me permitam identificar minhas ancestrais, inclusive mais recentes, por elas mesmas. Quando muito, elas são mencionadas nos documentos de seus maridos e filhos. Todas têm apenas o primeiro nome, eventualmente acompanhado por “de Jesus” ou “do Espírito Santo”. Minha bisavó indígena, por exemplo, teve seu próprio nascimento certificado em 1921, pois o documento era necessário para o registro cartorial de seu matrimônio. Em sua página no livro de registros do cartório consta uma observação: data provável de nascimento em 1904. Sua mãe e suas avós listadas são todas “de Jesus”. Somente avançado o século XX as mulheres da minha família aparecem com sobrenomes na documentação cartorial e paroquial. Quem são as minhas antigas avós indígenas e negras? De onde elas vieram, quais seus povos de origem? Elas são ainda mais invisibilizadas nos arquivos que os meus ancestrais homens. Muitas mães que vieram antes de mim vivem apenas na certeza que temos da existência delas. Até nossas genealogias documentais são masculinas.

Figura 10: Charge de Carlos Latuff, 2008.



Crédito: Ilustração de Carlos Latuff (2008).

Os sobrenomes eram prerrogativas masculinas no mundo ocidental até aproximadamente o século XIX. Os nomes de família vão lentamente começar a ser assumidos por mulheres a partir daquela época, e começando pelas famílias brancas e ricas. Há muito jogo de poder, influência e controle social por trás dessa mudança. Também há a consolidação e valorização da família nuclear, no lugar da família estendida, escondida na adoção de sobrenomes por mulheres. Por mais voltas que a gente dê quando discutimos descolonização, sempre voltamos à construção do sujeito moderno europeu, branco, masculino, individualizado e conquistador. Monumentos, sobrenomes, ciências, mercadorias, estados nacionais, praticamente tudo que é valorizado no mundo em que vivemos tem sua história facilmente rastreada de volta aos colonizadores e sua influência. Há muita reparação a ser feita.

Sorte nossa que podemos construir nossa personalidade, nossa subjetividade, a partir de referenciais coletivos, em vez de individualizados. Só assim podemos manter vivas em nós as Annas, Marias e Amélias de Jesus que nos antecederam.

*Quero escrever um conto de amor.
Um conto verdadeiro, com eletricidade de ser.
Quero um conto, um canto, um ponto na trajetória do devenir
Para um futuro mais belo.
Futuro que vislumbro na cor dourada do sol da janela dos Arquivos
Arquivo casa onde eu morei e que em mim mora.
Quero escrever um conto ao silêncio dos documentos.*

(Beatriz Nascimento, 1984)

Materiais audiovisuais complementares

MÜLLER, Lisiane; INGLEZ, Mariana; PEREZ, Raul. **Nossa origem** | Série Evolução para Todes - Ep. 02. YouTube, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rc2vA5UkMFY&list=PLAudUnJeNg4sZlqcUD7p5WyOUPz09u5TC&index=2>.

RIBEIRO, Loredana. **Requentando o gênero** – a história social do micro-ondas. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8zgDsp14PbA&t=1s>.

RIBEIRO, Loredana; da SILVA, Bruno Sanches Ranzani; LEITE, Lucio Costa; da SILVA, Maurício André. **Sexo dos Anjos** (ciberexposição). AMAA, 2023. Disponível em: <http://www.amaacervos.com.br/osexodosanjos/>

RIBEIRO, Loredana; LEITE, Lucio Costa; PASSOS, Lara de Paula. **A igualdade é branca**. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nFnDG4yzVqU>.

RIBEIRO, Loredana; WICHES-MORAES, Camila. **Vira Homem!** (ciberexposição). AMAA, 2023. Disponível em <http://www.amaacervos.com.br/virahomem/>.

Referências

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MELLO, Marcelo Moura; PIRES, Rogério Brittes W. **Trouillot, o Caribe e a Antropologia**. Afro-Ásia, n. 58, 2018.

PASSOS, Laura de Paula. Como representamos? Analisando as narrativas tradicionais. In: Loredana Ribeiro e Rafael Milheira. (Orgs.). **AMAA naque do Pluricentênário de Pelotas** [recurso eletrônico]: textos sobre patrimônio, arqueologia, identidade e outros temas. Pelotas: PPGAnt-UFPEL, 2018.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 210–234, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Una epistemología del sur**. México: Siglo XXI: CLACSO, 2009.

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo Mudou a Ciência?** Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Materialidades discriminatórias: racismo concretizado no cotidiano. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 9, n. 1, p. 63-91, 2021.

A faint, stylized illustration in the background shows a person from behind, wearing a necklace and having antlers on their head. Two birds are perched on the antlers. The overall color scheme is a warm, muted orange.

POVOS INDÍGENAS NA SALA DE AULA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS DO BEM VIVER

Emerson Souza Guarani

Desde 2006, tenho observado a ausência e desconhecimento sobre a presença indígena nos conteúdos e disciplinas da rede pública em esfera nacional. A ausência de uma atividade contínua e incluída nas diferentes disciplinas do currículo nacional é talvez o maior gargalo da discussão sobre esse conteúdo. Em 2006 adentrava o universo universitário e buscava compreender as diversas questões que envolviam a presença indígena nas diferentes regiões do Brasil. Um país pluriétnico, país da multiplicidade cultural e um dos maiores do mundo. Esse é o Brasil.

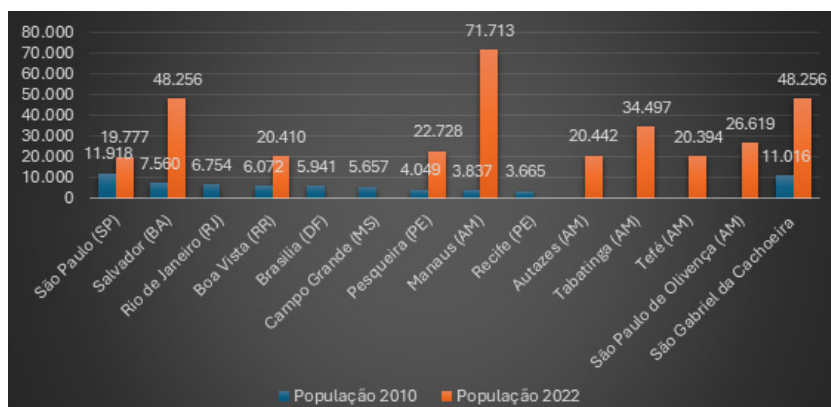
Desde então, com um grande estalo, eu tive uma ideia para abordar a temática indígena em sala de aula. Minha ideia foi aprofundar aspectos relevantes que me colocassem diante de fatos históricos e norteadores da presença de uma parcela significativa de indígenas nas grandes cidades.

Em 2000, um grande movimento se dava na população indígena presente na cidade de São Paulo. Os Guarani buscavam garantir seus direitos tradicionais em duas regiões da periferia da cidade. Minha vida me enquadrava em dois aspectos importantes da vida indígena no Brasil atual: primeiro, a vida nas aldeias indígenas; segundo, a vida nas grandes metrópoles e a invisibilidade na qual os povos indígenas são colocados. Minha história se ligava aos Guarani

Nhandeva do interior de São Paulo e como Guarani vivia (e vivo) na metrópole paulista, em um bairro distante do centro de São Paulo, no extremo da periferia. Como disse, o estalo dado ia no sentido de compreender dois aspectos, a realidade das cidades do Brasil e a vida indígena em diferentes perspectivas. A primeira, ser indígena na/da cidade; e o segundo, como indígena fruto de um processo histórico que conduziu meu núcleo familiar da aldeia para uma metrópole.

O desconhecimento de aldeias e terras indígenas soma-se a este perspectivismo e proximidade com novas realidades. Quero dizer que neste momento as muitas possibilidades de existir se somavam a uma vida junto à comunidade indígena e cidade. Foi durante este processo, na década de 2000, que pude compreender duas lutas distintas, foi preciso compreender que estava diante de novas possibilidades da existência na maior cidade do Brasil em população indígena em contexto urbano, segundo o Censo de 2010.

Gráfico 1: População indígena em contexto urbano 2010-2022



Fonte: Censo 2010-2022

[Obs: Em São Paulo incluí as aldeias Guarani Mbya que estão em contexto urbano].

Neste sentido, minhas buscas por um (des)conhecimento sobre essa realidade me despertavam para a presença de centenas de indígenas nas mesmas condições de minha família. Muitos deles transformados em substratos da população periférica do Brasil e, de certa forma, esquecidos pelo Estado. São Paulo possui essa característica.

O isolamento se dá aos indígenas de várias formas, seja na falta de políticas públicas para os povos isolados das grandes cidades, seja pela maneira como se propaga a ideia de que os povos indígenas vivem a quilômetros de distância das grandes cidades.

Existe, por assim dizer, um grande equívoco por parte de muitos educadores que propagam e reproduzem o preconceito quase que de forma simultânea. Queria eu, aqui, dizer que esse é apenas um caso de senso comum, mas não é. A educação perpassa grandes acontecimentos e mudanças constantes e o conhecimento adquirido nas universidades propaga a invisibilidade de muitos povos. Existe muito pouco conteúdo sobre os indígenas nas escolas e universidades de nosso país. Portanto, mais do que descolonizar estes currículos, é preciso descolonizar muitos espaços, até mesmo a descolonização de muitos núcleos de pesquisas no interior das universidades. A exceção talvez seja a área da antropologia e etnologia indígena.

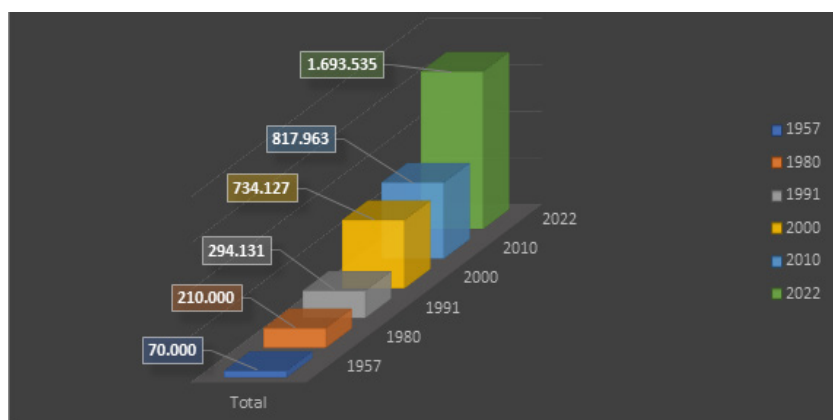
Junto às escolas, as muitas caravelas da educação refletem e propagam inúmeras violências, o desconhecimento total sobre a multiplicidade cultural dos povos indígenas perpassa ciclos de ensino sem muitas inserções e questionamentos. Sendo assim, as diferentes disciplinas que deveriam ser capazes de discutir de forma sistemática as diversas manifestações culturais, políticas e sociais continuam a refletir sobre a perspectiva europeia, deixando de lado a perspectiva atual e particular dos diferentes grupos étnicos do país. Os povos indígenas assumiram, nas três últimas décadas, importantes lutas, a favor do meio ambiente, pela demarcação de suas terras tradicionais, pela escola diferenciada, por artigos constitucionais importantes que garantem o direito à diversidade, entre outras. Essa luta se manifesta na educação através da Lei n. 11.645/08 que inclui a temática indígena em sala de aula nos ambientes públicos e privados de ensino.

A luta indígena reflete e discute de forma sistemática, sobretudo, o direito de existir, seja em qual região for do Brasil. Portanto, é preciso ampliar essa discussão uma vez que a lei existe e cria um universo de possibilidades. As muitas possibilidades incluem repensar e refletir sobre o papel da educação frente à presença de diferentes povos indígenas.

Nesta linha do tempo que inclui minhas buscas étnicas, incluo minha trajetória pessoal junto à universidade, sendo este local um importante laboratório para repensar essa nova presença. Processo importantíssimo de descolonização de espaços. É importante destacar que a universidade à qual pretendo dar visibilidade é de origem privada, que criou uma discussão importante, que são as ações afirmativas junto aos povos indígenas na cidade de São Paulo. Mas vamos primeiro ver de perto como foi isso.

Também por volta do ano 2000 discutíamos em São Paulo a presença de diferentes grupos étnicos que se espalhavam nas periferias da cidade e se encontravam em diferentes locais de luta. Articulações indígenas discutiam a presença, na metrópole, de grupos diversos vindos de diferentes regiões do país que lutavam por um lugar ao sol em meio ao grande caos da cidade de São Paulo. Pankararu, Pankararé, Fulni-ô, Atikum, Terena, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Xavante, Pankará, Potiguara, entre outras etnias, se reuniam em diferentes locais da cidade e buscavam a garantia de direitos dos povos indígenas.

Gráfico 2: Crescimento da população indígena entre 1957 e 2022.



Fonte: Fundação Nacional do Índio – dados de 1957 e 1980. E Censo: 1991, 2000, 2010 e 2022.

Neste contexto, conheci na Universidade o Programa Pindorama, que recebia pessoas exclusivamente de substratos da população indígena que viviam espalhados nos diferentes bairros periféricos da cidade. A PUC-SP foi decisiva na formação de inúmeros indígenas em contexto urbano. As articulações e a presença indígena na universidade se transformavam em uma realidade nova na metrópole. Capital cultural importante e que buscava mais do que o direito à universidade, buscavam o direito de existir, uma vez que as diferentes realidades mostravam as inúmeras violações de direitos humanos. A presença de diferentes grupos étnicos na grande cidade era, e é, parte de um processo de retirada de territórios tradicionais em diferentes épocas, de diferentes formas, por diferentes agentes e diferentes meios. Mas a certeza é: todas elas de forma muito violenta. Portanto, o que se vê no horizonte das grandes cidades e dos bairros periféricos é cada vez mais a presença indígena. É um

alerta para o que começo a temer (espero realmente estar errado) para os próximos séculos: a história não pode se repetir. É imprescindível que a educação deixe de lado imediatamente suas caravelas e pare de reproduzir questões que custam muito caro aos povos indígenas. Que os educadores compreendam que os povos indígenas, ao perderem seus territórios tradicionais, irão de fato formar bolsões de pobreza em todo território nacional.

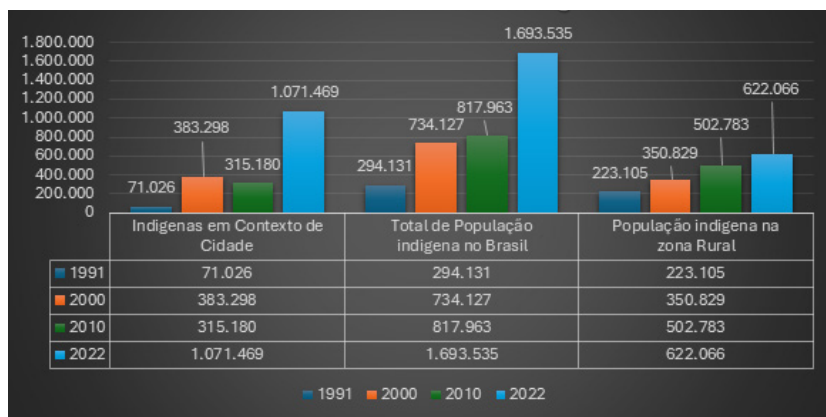
Sendo assim, destaco e reafirmo: é preciso descolonizar e ressignificar a presença indígena, o educador contemporâneo possui meios para tanto e é de extrema importância neste processo. É na sala de aula que as diferentes visões e realidades aparecem, é na sala de aula que a educação não indígena possibilita pensar presenças diversas e múltiplas. A educação é um caminho importante para a busca de novas possibilidades didáticas, a educação nos diferentes ciclos de alfabetização perpassa e entrecruza os diferentes aprendizados, a educação possui inúmeras e diversas possibilidades de desconstruir a imagem estereotipada dos indígenas. A educação nos últimos anos, como disse, avançou com a lei, mas, continua a ser o local isento de responsabilidades, esquivando-se de um tema tão importante e caro para as mais de 305 etnias presentes no Brasil e que falam 274 línguas indígenas. 'Tá' certo isso?

O etnocídio promovido pelas 'caravelas da educação' necessita urgentemente de erradicação. Plugando-se e conectando-se a novas realidades, professores necessitam de uma atualização das antigas práticas. É preciso renovar-se e entender que a existência dos diferentes grupos indígenas depende das novas gerações, capazes de incluir a diversidade dos povos indígenas nas diferentes disciplinas. É preciso compreender que é mais do que interdisciplinaridade, é preciso construir conhecimento interétnico e transversal. A educação possui militância de professores (que ótimo isso), mas é preciso avançar e ocupar novos espaços nas escolas e universidades. É preciso implantar a Lei nº 11.645/08 em todos os estabelecimentos de educação do país e nas diferentes disciplinas. É preciso abandonar a ideia de que existe democracia racial. Para os povos indígenas, o que existe e sempre existiu na história foi preconceito e racismo desacerbado. São séculos de genocídio indígena, de violação de direitos, de retirada de territórios, de destruição da natureza dos povos indígenas, de seus rios, de suas línguas, de suas criações de mundo, de suas artes e tecnologias, de sua alimentação tradicional,

de suas manifestações religiosas, de apropriação cultural de vários elementos indígenas, sem sequer mencioná-los junto à sociedade.

Portanto, a cada ano tenho me preocupado com as questões que envolvem os direitos indígenas à educação. Existe uma barreira a se quebrar na sala de aula, temos um longo percurso. Até o ano de 1970, muitos pesquisadores compreendiam que o século seguinte seria o século da total ausência dos povos indígenas. O genocídio dos séculos anteriores (e de hoje) demonstrou que as políticas indigenistas levaram à eliminação dos elementos culturais, sociais e políticos dos povos indígenas. A trama entre Estado e elite brasileira ditou todas as regras para a eliminação. Sendo assim, após artigos importantes da Constituição Brasileira em 1988 (artigos 231 e 232) as retomadas étnicas ressurgem e se espalham em todo o país. Foi neste contexto que muitos povos indígenas buscavam, na década de 2000, direitos e condições necessárias para viver na maior cidade do país. Foi fruto de muitas lutas indígenas do século anterior e que se transformou na retomada necessária de muitos povos. Desta maneira, a partir de 1970 a população indígena do Brasil ressurgiu e busca novas possibilidades do bem viver. E deu um salto em 1980 de 210.000 para em 1991 atingir quase 300.000 mil indígenas. As décadas de 2000 apresentam números expressivos que chegam a 734.127 e uma década depois, 2010 salta para 817.963 mil indígenas em todo Brasil. Surpreendentemente somaram 1.693.535 milhões de indígenas no Censo de 2022.

Gráfico 3: Demonstrativo do crescimento da população indígena e sua localização em contexto urbano e rural entre 1991 e 2022.



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991, 2000, 2010 e 2022.

Neste sentido, posso afirmar que durante as últimas décadas acompanhei as inúmeras lutas indígenas no Brasil. Na capital e no interior de São Paulo, minhas pesquisas demonstram articulações e movimentos importantes na luta e na garantia de direitos indígenas. Quanto à educação, em 2015 fui o coordenador geral da conferência de Política Indigenista, realizada na sede do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo, e acompanhei de perto as inúmeras discussões apresentadas pelos indígenas em contexto urbano da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. As organizações de defesa dos interesses indígenas discutiam a educação e a implementação da Lei n. 11.645/08. Apresento algumas das questões discutidas para a educação:

- Quanto à aplicação da Lei nº 11.645 nas instituições de ensino, deveria ser garantido: a) Que se fale a respeito do indígena atual, tal como vive hoje; b) Que haja projetos educacionais permanentes em relação aos povos indígenas; c) Que os materiais de ensino utilizados sejam regionais, havendo reconhecimento dos povos indígenas de cada lugar;
- Que haja abertura para a questão indígena nas universidades em seus vários cursos;
- Que as figuras históricas responsáveis por assassinato de indígenas, como os bandeirantes, sejam desconstruídas na educação oficial;
- Que haja um resgate da história e das diversas culturas indígenas para que os povos que vivem na cidade encontrem uma referência de vida;
- Criação de lugares de memória indígena, como centros de memória, museus e monumentos que sejam marcos da luta indígena e de violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas;
- Renomeação de logradouros públicos que homenageiam bandeirantes e ditadores;
- Retificação de placas de identificação de pessoas (exemplo: ao lado da estátua de bandeirantes, colocar uma placa falando dos males que estes cometeram).

São apenas alguns aspectos da grande diversidade brasileira e das muitas possibilidades de se compreender que os povos indígenas continuam existindo e mostrando a todos seu modo de ser e viver. Sendo assim, as novas existências dependem da possibilidade de

adentrar o universo das escolas, seus espaços e locais de construção de conhecimento. As muitas outras formas de existir devem não só estar nos livros do passado, devem estar nos livros do hoje e nas histórias do amanhã, permanecendo vivas em sintonia com o bem viver de nossos ancestrais.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

CONSELHO DE ARTICULAÇÃO INDÍGENA. **Carta dos Indígenas de São Paulo**. São Paulo, Encontro de Formação abril de 2009.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil** – Dados de 2011. Brasília. DF.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO **Indígenas e Psicologia: A Procura do Bem Viver**. São Paulo: CRP SP, 2016.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios na Cidade de São Paulo**. São Paulo: CPI-SP, 2005.

ESCRITÓRIO DO CIMI E DA PASTORAL INDIGENISTA. **Povos Indígenas na Grande São Paulo**. Cúria Arquidiocesana de São Paulo, [2007] 1 folder.

GUARANI, Emerson & PREZIA, Benedito. **A criação do mundo e outras belas histórias Indígenas**. São Paulo: Formato/Saraiva, 2011.

GUARANI, Emerson. Educação – Lei n. 11.645/08: Sonho ou Realidade. Os desafios para se trabalhar a temática indígena na Sala de Aula. **A gente não quer só verdade, a gente quer justiça**. São Paulo: Grappa Editora, Publicação oficial da Associação Juízes para a Democracia, 2013.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do Ciborgue**: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Indígenas: Primeiros resultados do universo Indígena. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

NUNES, Eduardo Soares. **Aldeias urbanas ou cidades indígenas?** Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

NUNES, Eduardo Soares. **Transformações Karajá: os “antigos” e o “pessoal de hoje” no mundo dos brancos**. 2016. vi, 609 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PREZIA, Benedito. **Programa Pindorama: Um programa de Inclusão na PUC de São Paulo**. Revista Mundo e Missão. São Paulo, janeiro/fevereiro, 2012, p. 14-15.

PREZIA, Benedito, FAUCETTA, Walter. Projeto Pindorama forma Universitários Indígenas. **REVISTA MISSÕES**. A missão no plural. São Paulo, Ano XXXIV, n. 3. p. 22-23, abril de 2007.

PREZIA, Benedito. **II Encontro de Lideranças Indígenas de São Paulo**. Porantim, Brasília, novembro de 2005. Ano XXVI, n. 280, Brasil, p. 6.

PREZIA, Benedito. O Colaboracionismo Kaingang: dos Conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no Século 19. *In*: PREZIA, Benedito; Veiga, J. *et al.* **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Piracicaba: Ed. Unimed, 1994.

FUNDAÇÃO SÃO PAULO, PUC-SP. **Relatório De Atividades Da Fundação São Paulo, PUC-SP** – Exercício 2008 para efeito de prestação de contas junto ao Conselho Nacional de Educação. Ministério da Justiça, 2009.

SOUZA, Emerson O. **Memória Guarani, História e Genealogia da Família Mboka da Reserva Indígena do Araribá**. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais – PUC- SP, São Paulo, 2010, mimeo.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. (tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales, São Paulo) São Paulo: Ubu Editora, 2007.

VÍDEO CULTURA. **A Universidade também é nossa aldeia**. Caminhos e parcerias. Produção de Neide Duarte: Tv Cultura, 2003.

A faint, artistic illustration in the background shows a person from behind, wearing a headpiece with large antlers. Several colorful birds are perched on the antlers and around the person's head. The overall color palette is warm, with shades of orange and red.

EU CREIO EM VOCÊ! TOLERÂNCIA E DIVERSIDADE RELIGIOSA

Lara de Paula Passos

■ CRENÇAS E VALORES

Pense no seu número favorito. Agora tente pensar em todas as equações matemáticas que podem ser feitas para chegar até ele como resultado. Escreva, se necessário, todas as somas, adições, subtrações, divisões e fórmulas mágicas que conseguir se lembrar. Como será possível observar, há diversas maneiras de chegar a uma mesma resposta. Além disso, há também diferentes respostas, a depender das perguntas. Tudo isso com números exatos. Por que seria diferente com os modos de ver e viver o mundo?

Assim é também com a questão da religiosidade. Diversas religiões possuem pontos convergentes, objetivos similares e ensinamentos parecidos, porém inseridos em seus universos particulares. Ao mesmo tempo, também existem outras diversas formas de ver o mundo que não passam por nenhuma religião. É preciso reconhecer a validade de todos esses caminhos. A intolerância religiosa funciona como um filtro que diz que apenas uma resposta é correta, e somente uma equação é válida. Mas, a partir de uma rápida reflexão é possível comprovar o quão falha é esta ideia. Pensemos:

Logo que começamos aprender a falar, já começamos a perguntar sobre tudo. “Por que o céu é azul? Por que as flores têm cheiro? Por que a Terra gira? Por que o sol brilha de dia e não de noite?” A cada pessoa que perguntarmos, receberemos uma resposta diferente de acordo com o modo como esta pessoa vê e aprendeu o mundo. E nós, logicamente, aceitaremos ou não essa resposta a partir do mesmo processo individual (e coletivo) de ver e aprender. Isso significa que não há uma resposta certa ou errada, apenas aquela que mais faz sentido para o nosso modo de olhar as coisas, acreditar nas coisas, crer.

Crer significa dar crédito a alguma coisa, reconhecer o valor que aquilo tem para nós. Uma crença é, portanto, algo que valorizamos por entendermos conter relevância em alguma medida. Mas o que seria o valor? Vamos desdobrar mais sobre isso...

O meu maior tesouro é a minha caixa de memórias. Nela é possível encontrar – dentre muitas outras coisas – papéis de bala, origamis mal dobrados, cacos de objetos quebrados, fitas de tecido coloridas, canetas sem tinta, fotos borradas e conchinhas do mar. Ainda que cada uma dessas coisas possa ter um preço de mercado (seja o produto ou a matéria-prima), para mim seria impossível estipular um custo total para as que são minhas. Seu valor para mim é inestimável, não pela pura materialidade, mas pela memória e pela história que é acessada a partir daquele objeto. Assim sendo, para mim, aquela caneta sem tinta vale muito mais do que a mais rara caneta tinteiro do mundo inteiro! Por quê? Porque tem valor e não somente preço.

E para você, o que não há dinheiro que pague?

A crença pode se apresentar de diversas formas, nos mínimos lugares. É um “Vai com Deus, minha filha”, até uma benção para curar uma doença, numa simpatia pra atrair dinheiro ou em virar o chinelo pra cima e não passar debaixo de escada. Está no “Amém” depois do “saúde” quando alguém espirra. Está no pedir licença para entrar na mata. Está no silêncio ao visitar o cemitério. Está na confiança que depositamos no mundo e nas coisas.

Aquilo em que acreditamos, temos fé, tem um valor inestimável para a gente. Talvez por motivos aparentes, talvez por razões secretas ou até mesmo por sentidos que nem sabemos nomear por quê. Independente da justificativa, o importante é reconhecer

que cada um tem a sua própria caneta sem tinta, e cabe a cada um decidir o que fazer com ela. Pode ser que, com o tempo, você a abandone, substitua, esqueça ou até mesmo (ops) venda, mas o que está em questão é o seu direito de tê-la e apreciá-la, enquanto fizer sentido para a sua pessoa.

A liberdade religiosa é um direito humano garantido dentro e fora do Brasil, pelo Art. XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

E, também o artigo 5º, inciso VI, da Constituição Nacional de 1988: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”

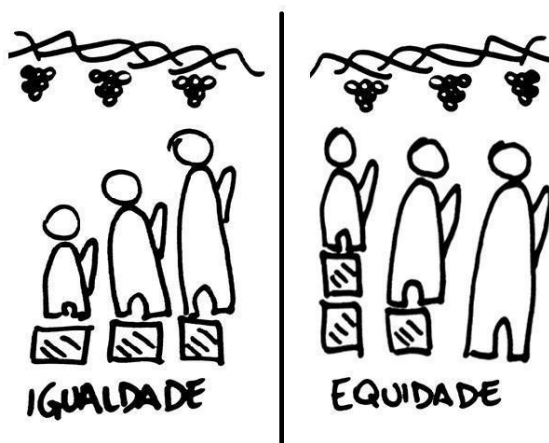
Trata-se, portanto, de uma matemática simples: a cada indivíduo cabe a liberdade de crer, às demais pessoas o dever de respeitar, e aos poderes públicos a obrigação de garantir a dinâmica coesa dessa equação.

■ IGUALDADE E EQUIDADE

Escutamos cotidianamente sobre a importância da igualdade. Direitos iguais, valores iguais, condições iguais. Mas pensemos um pouco. Usemos o exemplo de duas pessoas, uma no deserto do Saara e uma no Polo Norte. Faria pouco sentido oferecer às duas roupas iguais, não é mesmo? No entanto, me pareceria justo se fossem dadas às duas a oportunidade de acesso às vestimentas adequadas para cada um dos ambientes. Isso se chama equidade. Equidade é reconhecer a diferença e a partir dela fazer justiça conforme as particularidades. Vivemos em uma sociedade que tem um histórico de desigualdade. Não há como apagar o passado, o resultado de uma soma é feito a partir de todas as partes. Assim sendo, como conseguir igualdade em uma balança desregulada? A equidade, por

sua vez, pode ser alcançada em qualquer contexto, sendo necessário apenas olhar para as especificidades e reconhecer as diferenças de lugares, valores e privilégios. Desse jeito, não há um apagamento das diferenças a fim de nivelar tudo em um único padrão, mas a garantia de uma base justa e fértil onde diferentes coisas possam florescer e crescer de acordo com suas próprias singularidades.

Figura 11: Igualdade X Equidade.



Crédito: Arte de Lara de Paula Passos (2018).

Tendo isso em mente, é importante refletir: há equidade no modo como as diferentes religiões são tratadas na nossa sociedade? As leis de liberdade religiosa são de fato cumpridas? Padres, pastores, rabinos, monges, mestres, sacerdotisas, ialorixás e pajés têm o mesmo respeito e reconhecimento popular e apoio governamental? Muçulmanos, xintoístas, candomblecistas, católicos, bramanistas, budistas, protestantes, judeus, espíritas, esotéricos, agnósticos, umbandistas e ateus possuem seus direitos semelhantemente respeitados e valorizados?

■ ENTRE A GUERRA, A PAZ E O PÉ DE BAOBÁ

Milhares de conflitos já foram travados a partir de divergências religiosas ou tiveram esse aspecto usado como argumento. Alguns em maior escala, como as Cruzadas da Inquisição e a caça às bruxas na Idade Média, a perseguição aos judeus na II Grande

Guerra, a violência entre judeus e muçulmanos no Oriente Médio, ou mesmo as catequizações forçadas e assassinatos de indígenas e negros no período colonial no Brasil. Porém uma grande parte da intolerância também se apresenta na esfera cotidiana entre indivíduos. Nesse exato momento, enquanto você lê este texto, alguma pessoa, seja no Brasil ou na Tunísia, pode estar sendo oprimida, menosprezada e até violada pelo simples fato de pensar diferente de alguém. Professar uma fé que não é respeitada é ser obrigada/o a viver em eterno estado de guerra. Muitos desses conflitos fomentaram ou foram embasados por discursos de uma falsa busca pela paz, mas, o que seria então essa tal paz? Todos do planeta pensando do mesmo jeito, não por vontade própria, mas por imposições ofensivas e violentas de ideias que não lhes pertencem? Como pode haver paz sem o respeito à diferença? Sem equidade? Se não temos liberdade para pensar, decidir no que acreditar, como podemos dizer que não estamos em guerra? Olhando a nossa volta podemos ver lutas cotidianas em que o que está em jogo, mais do que o poder sobre um território e outro, um pensamento sobre outro, é a autonomia inerente a cada indivíduo e deveria ser garantida pelos demais nas esferas interpessoais e coletivas. O terceiro artigo da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas em Religião ou Crença, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1981, versa que:

A discriminação entre seres humanos por motivos de religião ou crença constitui uma ofensa à dignidade humana [...] e deve ser condenada como uma violação dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Porém, ferir alguém nesse sentido não vai apenas contra leis, tratados, combinados ou códigos de ética e boa conduta. Trata-se, em última instância, de querer ter controle sobre algo que é, em sua essência, livre e indomável. Seria como dizer ao vento para parar de soprar ou ao sol para não brilhar de dia. Tente contar seus pensamentos. Todos eles, cada mínima impressão ao longo do dia. Não apenas contá-los, mas direcioná-los. Se sentir frio, comande ao seu corpo que pare, que sinta calor imediatamente. Funcionou? Pois bem, se não temos controle pleno sequer sobre o nosso próprio funcionamento, como seria possível ter controle sobre os outros? Entender

que as nossas vontades e os nossos direitos não podem passar por cima dos demais garante uma quebra na corrente de ódio e intolerância, que, se praticada por todas e todos, pode talvez um dia se desdobrar num futuro melhor, mais justo e realmente pacífico.

O Baobá é uma das espécies de árvores mais antigas existentes, que possui o tronco mais grosso do mundo e que vive durante muito tempo, alguns chegando a mais de mil anos de idade. Produzem sementes grandes e numerosas. Dentro de si armazenam uma quantidade enorme de água, mas, mais ainda, estão recheados de histórias. Imagine viver mais de mil anos, quanta coisa não se deve ver em meio a isso? Eles devem isso às suas raízes, que começaram a brotar dentro de uma semente. Cada uma das sementes grandes e numerosas que brota dá início a um novo ciclo de resistência e permanência, de histórias que começam pequenas, mas tem a possibilidade de enraizar e durar ao longo de eras. Assim são as pequenas práticas cotidianas de melhoria, sementes vivas em constante crescimento que podem vingar ou morrer antes de brotar, mas que, se cuidadas e bem plantadas podem durar por muito tempo e render resultados frondosos, vistosos e resistentes de cooperação e progresso.

■ ONDE OS CAMINHOS SE CRUZAM

É preciso lembrar, no entanto, que ninguém vive dentro de uma bolha, e todos os caminhos que se entrecruzam em nossas vidas influenciam em todas as nossas relações. A quantidade de sol e água, o clima, o solo, tudo determina o tamanho das raízes. Uma sociedade racista em suas origens automaticamente será mais intolerante a religiões minoritárias oriundas de populações étnicas não dominantes, afinal de contas, não há como plantar cenouras e colher repolhos. No Brasil não é diferente. Os cultos afro-brasileiros e indígenas são muitas vezes demonizados, apresentados como mentiras ou histórias fictícias de sociedades menos evoluídas. A maior parcela da população, que professa cultos de origem cristã, possui seus direitos de liberdade de culto e expressão garantidos, mas e os demais? Como olhamos para aqueles caminhos que não percorremos, mas que de uma forma ou de outra se cruzam com os nossos? Com desprezo ou respeito? Com pena ou reconhecimento? Com arrogância ou com empatia?

Muitos cultos são interrompidos ou perturbados, objetos depredados e práticas (e pessoas que as praticam) publicamente ofendidas. Terreiros de candomblé e umbanda são recorrentemente queimados, oferendas são profanadas e imagens são quebradas. Por vezes, as pessoas praticantes têm sua integridade física (e psicológica) ameaçada por aqueles que não respeitam a sacralidade de suas cosmologias. Os cultos de origem indígena também, que como os de matrizes africanas estão sustentados na oralidade e no saber tradicional que passa de uma geração a outra, são profundamente feridos por imposições e catequizações forçadas, ao longo da história até a atualidade.

O artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (prevista na Constituição) determina que a educação religiosa nas escolas públicas deve assegurar “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil”. Para respeitar a diversidade é preciso conhecê-la, reconhecê-la, aprender sobre ela. O que sabemos sobre as religiões que não são a nossa própria? Aprendemos por meio de terceiros ou a partir do olhar de pessoas que de fato as praticam? Muitas vezes reproduzimos preconceitos inconscientemente, e nos deixamos levar pelo medo que vem não daquilo que as pessoas praticam, mas do que *nós* pensamos que elas praticam. O quão aberto estamos para saber mais sobre aquelas pessoas que pensam diferente de nós?

Contam os dizeres de um mito de raiz africana passado através da tradição oral até os dias de hoje que, no início de tudo existia uma única verdade no mundo. Apenas um grande espelho separava o mundo espiritual (Orun) e o mundo que vivemos (Aiyê). Tudo o que estava no primeiro plano era igualmente refletido no segundo, e ninguém precisava se questionar, pois o ‘espelho da Verdade’ garantia que tudo estivesse à vista. Porém, um dia uma jovem, acidentalmente, quebrou o espelho, que se espatifou em infinitos pedaços pelo Aiyê. A jovem ficou muito preocupada e foi falar diretamente com a energia suprema (Olorum) para pedir desculpas sobre o acontecido. Olorum então ouviu as desculpas, mas não se alarmou, declarando que dali em diante não haveria mais uma verdade única, pois, quem encontrasse um pedaço do espelho em qualquer parte do mundo já saberia que estava encontrando apenas uma parte da verdade, tendo em vista que o espelho reflete apenas a imagem do lugar em que se encontra.⁴ Por que não aprendermos a valorizar cada fragmento de verdade

4 Conto presente na obra: Diversidade religiosa e direitos humanos (Rezende Jr. et al., 2004).

em sua essência, sem precisar atacar e agredir as outras formas de refletir o mundo?

■ EU CREIO EM VOCÊ (E NA SUA SEMENTE)

Como construir um caminho mais justo que leve ao bem-estar de cada pessoa e o respeito na coletividade? Na minha opinião, é dando o braço a torcer. Se abrindo para o mundo, espiando para além do nosso fragmento de espelho. Ouça, aprenda, pergunte, pesquise, se informe e se importe. Olhe jardim do vizinho sem medo ou vaidade. Pode ser que você encontre coisas que jamais imaginaria.

Em um mundo cheio de tanta intolerância e caminhando a passos lentos, é difícil acreditar em uma mudança concreta, em alguma coisa para melhor. Crer, no que quer que seja, é sempre um desafio. Chegando até aqui só posso dizer que creio em você. No seu potencial de mudar o mundo, na sua capacidade de respeitar os demais seres, na sua força interna que pode ser convertida em mais energia boa e ações positivas e construtivas por esse mundo afora. Creio na sua capacidade de perceber quando algo não está certo e precisa ser melhorado, e também quando algo é diferente, mas deve ser respeitado e não violado. Creio no que pode haver dentro da sua semente, independentemente de onde ela vem, e nos bons frutos que ela pode gerar quando enraizar. Creio na sua capacidade de crer, seja nas mesmas coisas ou em algo diferente de mim, e principalmente na sua capacidade de entender que o mundo pode ser visto de muitas lentes, mudando em tudo a depender da nossa forma de olhar.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

FLEURI, Reinaldo Matias, HARDT, Lúcia Schneider, OLIVEIRA, Lilian Blanck de, RISKE-KOCH, Simone, & CECCHETTI, Elcio. **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver**. Blumenau: EdiFURB, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org>.

REZENDE JR, José, COUTO, Fernando de La Rocque, SEIDEL, Daniel. **Diversidade religiosa e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

A background illustration in a muted, earthy color palette. It depicts a person from the back, wearing a headpiece with large antlers. Several birds are perched on the antlers and around the person's head. The overall style is artistic and somewhat ethereal.

EVOLUÇÃO PARA TODES. DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO DE EVOLUÇÃO

Mariana Inglez & Lisiane Müller⁵

Como falar sobre evolução humana é contar sobre a história natural da nossa espécie, vamos começar refletindo: quem são as pessoas que pesquisam e escrevem a história da humanidade?

Quando você, leitora e leitor, fecha seus olhos, qual é a primeira imagem de cientista que lhe vem à mente? Por aqui podemos compartilhar que, ao longo da nossa formação, quando assistíamos aos documentários e palestras sobre arqueologia ou história natural, raramente mulheres e pessoas negras eram protagonistas. Como, juntas e juntos, podemos tornar as diferentes ciências mais diversas e com novas personagens liderando e contribuindo com a construção de conhecimentos para tantos problemas e perguntas ainda em aberto e sem respostas? Foi pensando nessas questões que surgiu o projeto Evolução para Todes.⁶

O Evolução para Todes é um projeto cofundado pelas autoras deste texto, em conjunto com a arqueóloga Eliane Chim. Há algum

5 Agradecimentos: Ao apoio do Instituto Serrapilheira e das agências financiadoras das autoras do projeto (CNPq, CAPES e FAPESP), assim como aos coordenadores e à equipe do LAAAE-USP e, em especial, à Eliane Chim, cofundadora do EPT.

6 Pesquisas internacionais demonstram que a utilização de palavras como, por exemplo, "e" no final pode gerar um impacto positivo na inclusão social de grupos "minoritários" na cultura ocidental. Esta discussão não está sendo feita apenas para a língua portuguesa, mas representa um debate global. Para ler mais sobre o assunto: Pérez, Efrén O. & Margit Tavits. "Language influences public attitudes toward gender equality." *The Journal of Politics*, v. 81, n.1, p.81-93, 2019.

tempo tínhamos vontade de compartilhar as áreas de estudo do Laboratório de Arqueologia e Antropologia Ambiental e Evolutiva da Universidade de São Paulo com um público diverso de crianças e jovens, de forma interessante e inclusiva. Por sermos três mulheres pesquisadoras, e uma de nós uma mulher negra, abordamos o fato de que sempre foi um incômodo reconhecer os estereótipos raciais e de gênero associados à imagem de quem é cientista no Brasil e, mais especificamente, encarar a pouca diversidade entre as pessoas dos principais grupos de pesquisa que estudam a história da humanidade. Por meio da produção de conteúdo para ampla divulgação e livre acesso em diferentes mídias, o *Evolução para Todes* teve e tem como objetivo contribuir com narrativas mais inclusivas para o ensino de evolução humana, construindo novos diálogos e incentivando a participação e a curiosidade, em especial de pessoas negras e mulheres, em nossas áreas de atuação.

Ainda no século 19, quando os estudos sobre a origem da espécie humana tiveram início, os pensadores, naturalistas e acadêmicos nas universidades eram, em sua grande maioria, homens brancos que viviam em um mundo ainda mais organizado a partir de uma lógica racista e colonialista, em comparação com nossas experiências hoje em dia. Essa mesma lógica influenciou a produção de conhecimento nas várias áreas de pesquisa científica, inclusive, nos estudos sobre *Evolução Humana*. Foi justamente entre esses pensadores que começou a ser estruturada a ideia de que existiriam raças humanas e uma hierarquia entre elas, o que há algum tempo já sabemos que não tem qualquer fundamento científico.

Impactando todas as estruturas socioeconômicas até hoje, um dos maiores problemas das desigualdades atuais surge justamente desse princípio equivocado sobre a existência de superioridade e inferioridade dentro da nossa própria espécie. Por muito tempo, estudiosos de origem europeia defenderam que pessoas brancas tinham maior capacidade cognitiva ou eram mais inteligentes do que, por exemplo, os ‘outros’ tipos humanos – termo utilizado para fazer referência aos povos indígenas, asiáticos e africanos. A ideia de que existem raças humanas e uma hierarquia entre elas é absolutamente refutada atualmente, tanto nas ciências biológicas quanto nas ciências humanas. Sabemos que existimos como espécie humana dentro de uma faixa de variações biológicas que vão caracterizar as diferentes populações humanas em nosso planeta.

Quando decidimos criar limites arbitrários para separar a humanidade em grupos, como as raças, não estamos refletindo divisões que existem na natureza.

É neste sentido que devemos olhar para os estudos sobre evolução humana de maneira mais diversa e inclusiva, lembrando dos erros graves cometidos no passado e entendendo como nos impactam ainda hoje. No Brasil, por exemplo, pessoas negras e indígenas ainda sofrem violações de direitos e são inferiorizadas por conta de princípios racistas e colonizadores. Pensar em representatividade e em valorização da diversidade física e cultural da nossa espécie é fundamental para juntas, juntos e juntas criarmos um mundo mais justo. Que esses princípios possam permear nossas reflexões ao longo dos próximos tópicos e sempre que pensarmos em Evolução Humana.

EVOLUÇÃO HUMANA: COMO SABEMOS O QUE SABEMOS?

Onde e como começa a história humana? Você sabia que nossos ancestrais surgiram milhões de anos depois da extinção dos dinossauros? Sim, é isso mesmo. As representações de pessoas convivendo com um *triceratops*, um *braquiossauro* ou com um *tiranossauro-rex* não passam de ficção. Dito isso, provavelmente você, ou alguém que você conhece, já se perguntou como é possível saber sobre eventos que aconteceram há centenas de milhares, ou milhões de anos, antes que existissem quaisquer documentos que registram os fatos de hoje em dia, como fotos e livros de registro, não é mesmo?

A construção de conhecimentos científicos pode ser comparada a um quebra-cabeça com muitas peças. Nas universidades e centros de pesquisa, cientistas de diferentes lugares do mundo compartilham a vontade de encontrar respostas para enigmas e soluções para problemas e perguntas que nos cercam e, por isso, podemos dizer que a construção de conhecimento é um processo coletivo. Para responder “de onde veio nossa espécie?”, juntamos as peças de um quebra-cabeça, que começaram a se espalhar pelo mundo a partir do continente africano. Chamamos essas peças de evidências científicas. Essas evidências são encontradas de diferentes maneiras,

como por meio de fósseis com milhões e milhares de anos, que variam de esqueletos a pegadas, de artefatos de pedra, de expressões artísticas e, até mesmo, por meio das células do nosso corpo. Com o encontro das várias áreas de conhecimento, diferentes evidências podem ser reunidas para formulação de hipóteses que visam descobrir, compreender e escrever nossa história evolutiva.

A Teoria da Evolução, considerada hoje uma das principais bases para todos os estudos das ciências biológicas, nos permite estudar como todas as formas de vida evoluem ao longo das gerações, o que inclui olhar para a evolução da nossa própria espécie. Aprendemos sobre a Teoria da Evolução nos livros de Ciências e Biologia, a partir dos trabalhos de naturalistas como Charles Darwin e Alfred Russel Wallace, no século 19. Após a publicação de “A Origem das Espécies por meio da seleção natural” por Darwin, em 1859, as produções científicas sobre evolução se expandiram ao longo dos últimos 150 anos, com a Teoria Evolutiva sendo complementada por descobertas envolvendo as mais diversas especialidades.

Figura 12: Diferentes especialidades procuram por evidências que nos ajudam a montar o quebra-cabeças que nos permite conhecer nossa história evolutiva.

Figura 12: Diferentes especialidades procuram por evidências que nos ajudam a montar o quebra-cabeças que nos permite conhecer nossa história evolutiva.



Crédito: Ilustração Coletivo Nóiz Anima para a animação “EPT: Nossa origem”.

Por mais que, muitas vezes, nós - da espécie humana - nos enxerguemos como seres vivos especiais e muito diferentes dos outros animais, a verdade é que surgimos e evoluímos assim como as outras espécies. Na evolução humana se aplicam os mesmos estudos e a mesma teoria que possibilita o estudo de todos os seres vivos do planeta. Nossa capacidade de pensamento simbólico, ou seja, nossa habilidade para criar símbolos e representar ideias, sentimentos, ou cultura, assim como nossa adaptabilidade aos mais diversos meios ambientes, permitindo nossa dispersão por todo o globo não nos torna superiores às demais formas de vida da Terra. Mais do que nunca sabemos que, das formas de vida unicelulares aos maiores animais do planeta, estamos conectadas/es/os e sabemos que a sobrevivência de uma espécie depende do equilíbrio com o todo: o aquecimento global causado por queimadas e desmatamento, assim como a poluição do ar, rios, mares e solo, também coloca em risco a sobrevivência da espécie humana, por exemplo.

Cientistas da Paleontologia, Arqueologia, Genética, Biologia, Geologia, Ciências Sociais, Ecologia, História, Física e Química, e outras tantas áreas de estudo, têm nos ajudado a entender os caminhos evolutivos pelos quais nos tornamos quem somos. Suas pesquisas nos ajudam a conhecer as origens das características que nos definem enquanto *Homo sapiens* e até sobre eventos mais recentes, como, mais especificamente, a nossa chegada ao território que hoje chamamos de Brasil.

Agora mesmo existem cientistas tentando entender o que chamamos de “história antiga” ou “história de longa duração”, termo utilizado para nos referirmos aos milhares de anos de história da humanidade. Como em uma viagem no tempo, cientistas estão tentando remontar o quebra-cabeça que nos permite compreender como surgiram, quem foram e como eram os povos humanos no passado, bem como quais eram seus modos de vida e como eles se relacionavam. Nos próximos tópicos, tentaremos dar uma breve acelerada nessa história, para que você também possa contar por aí o que nós, cientistas, já sabemos sobre as nossas origens.

Quadro 1: Paleontologia x Arqueologia

Essas duas ciências são frequentemente confundidas e muitas vezes sendo associadas aos mesmos profissionais. Abaixo descrevemos um pouco mais sobre cada uma delas:

A Paleontologia estuda os vestígios das formas de vida do passado que se preservaram no registro geológico, ou seja, os fósseis preservados em rochas e sedimentos. Paleontólogas (es/os) podem estudar as espécies incríveis de dinossauros, mas além disso, é possível estudar outros vestígios, como impressões de folhas, insetos presos em âmbar, rastros e pegadas, além de animais que variam de tamanhos microscópicos à nossa megafauna (já conhece animais como a preguiça-gigante, o tigre-dente-de-sabre ou o tatu-gigante que habitaram o Brasil mais de 10 mil anos atrás?).

Já a Arqueologia foca no estudo da história da humanidade e dos diferentes modos de vida das sociedades humanas, no passado e no presente. Para estudar as pessoas do passado a arqueologia busca vestígios como os próprios esqueletos humanos, ossos de animais associados ocupação humana (por exemplo, animais que faziam parte da dieta das sociedades estudadas), artefatos de pedra ou osso, ou expressões artísticas como os famosos grafismos rupestres.

Aqui no Brasil, a realidade das pesquisas arqueológicas e paleontológicas é bem mais diversa do que a apresentada pelos filmes de Hollywood, como Indiana Jones ou Jurassic Park. Nosso país tem uma riqueza enorme de registros, muitos ainda a serem descobertos e mais: diversos desses grupos de pesquisas ou das etapas de escavação em campo, são coordenados por paleontólogos e arqueólogos!



Eliane Chim e pinturas rupestres no Janelão, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG).

Foto: Ana Borella.



Mariana Inglez em escavação no sítio arqueológico Lapa do Santo (MG).

Foto: Marina Gratão.



Lisiane Muller coletando material paleontológico na Gruta dos Moura, em Aurora do Tocantins (TO).

Foto: Acervo pessoal

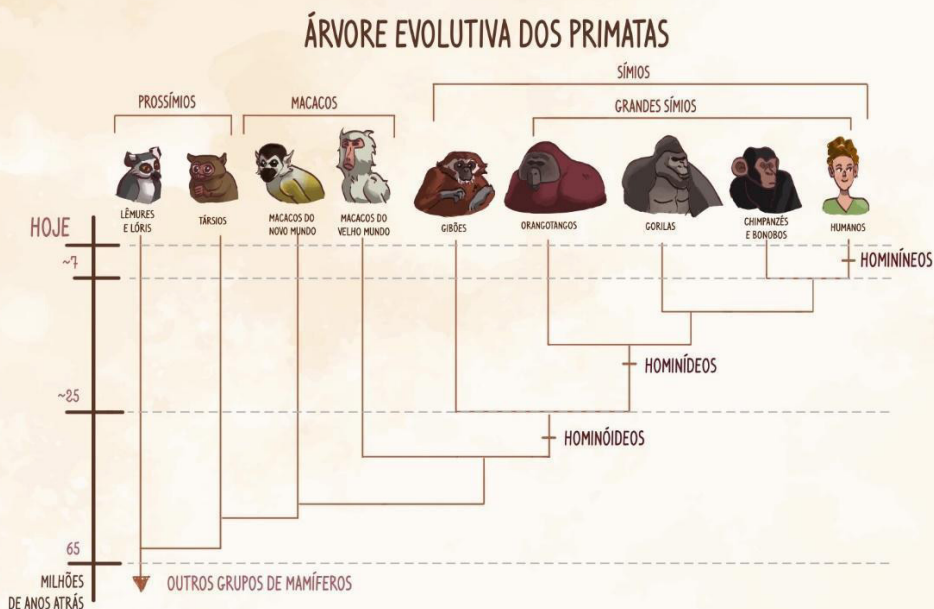
Para refletir: Apesar de raramente mulheres protagonizarem filmes ou documentários que abordam temas relacionados com pesquisas paleontológicas ou arqueológicas ou meio ambiente de maneira geral, nós estamos presentes nas universidades, nos laboratórios e nas etapas de campo das mais diversas áreas, no Brasil e no mundo.

■ UMA VIAGEM NO TEMPO: NOSSA ORIGEM AFRICANA

Você já deve ter escutado que a nossa espécie faz parte do grupo dos primatas no reino animal, certo? Sabemos sobre esse tipo de informação porque hoje já temos diversos registros arqueológicos e paleontológicos, além de dados genéticos, que nos permitem desenhar a nossa árvore evolutiva – um esquema gráfico onde, a partir da passagem do tempo, podemos ver o surgimento de cada uma das espécies da Ordem Primata. Um exemplo resumido você pode conferir na figura adiante.

Ao longo dos últimos 65 milhões de anos diferentes espécies de primatas evoluíram, e é a partir dessa árvore que sabemos um pouco sobre a origem de nossos primeiros ancestrais há milhões de anos e sobre nossas relações com as demais espécies extintas e viventes.

Figura 13: Cladograma ilustrado representando as relações e origens de espécies ao longo da evolução da Ordem Primata.



Crédito: Ilustração Coletivo Nóiz Anima para a animação "EPT: Nossa origem".

Figura 14: Localização dos ossos de humanos mais antigos de que se tem registro, com destaque para a região de Jerbel Irhold, no Marrocos, com datação de 300 mil anos atrás.



Crédito: Ilustração Coletivo Nóiz Anima para a animação "EPT: Nossa origem".

Talvez você já tenha ouvido expressões referindo-se ao continente africano como o “berço da humanidade” ou à África como nossa “grande mãe”. Tais expressões dialogam com o fato de que os fósseis de esqueletos humanos mais antigos, com as características morfológicas que definem nossa espécie, *Homo sapiens*, foram encontrados justamente nesse continente, em países como Marrocos, Etiópia, Sudão, Tanzânia, dentre outros, conforme ilustrado na figura anterior.

Vocês perceberam que no parágrafo anterior falamos em características morfológicas? As características morfológicas são os atributos físicos, aspectos presentes em nossos corpos que nos definem como *Homo sapiens*. Mas será que apenas esses traços morfológicos definem o que significa ser da nossa espécie? Como você definiria o que significa ser humano?

A nossa postura ereta ao caminhar sobre as pernas e os pés, chamada de bipedia, o aumento do volume do nosso cérebro quando comparado com outros primatas e a confecção e utilização de instrumentos de pedra lascada para atividades de alimentação, defesa e obtenção de outros recursos, por muitos anos foram vistas como características exclusivas da nossa espécie. No entanto, atualmente sabemos que outras espécies da nossa linhagem, hoje extintas, também possuíam tais características. Esse conhecimento possibilitou a compreensão de que esses aspectos foram adquiridos e compartilhados também por outras espécies. Portanto, atualmente a nossa

espécie é caracterizada e definida por nossas habilidades de pensar sobre questões simbólicas e abstratas e por nossa capacidade criativa. O pensamento simbólico e abstrato, assim como nossa criatividade são os únicos aspectos exclusivos da espécie *Homo sapiens*.

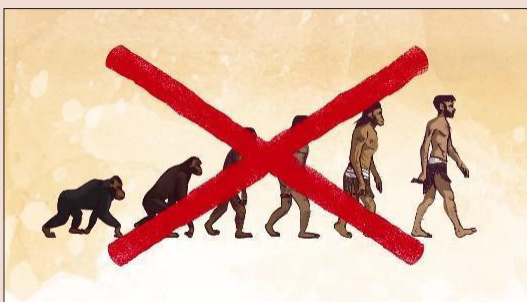
Embora a nossa capacidade criativa exista individualmente, a nossa grande diferença em relação a outros primatas é a nossa capacidade simbólica coletiva, ou seja, a construção coletiva de significados, como, por exemplo, o que chamamos hoje de “cultura”. Em comparação, por exemplo, com os chimpanzés – espécie vivente com a qual compartilhamos nosso último ancestral em comum com os demais primatas e, portanto, nosso parente mais próximo –, não é uma inteligência maior que faz com que a nossa espécie seja diferente, mas sim a capacidade de compartilhar intenções, criar colaborações mútuas e, principalmente, a nossa capacidade de registrar pensamentos, descobertas e inventos, possibilitando que eles sejam acessados e entendidos por outras culturas e passados para nossos descendentes. Artes, ciências, religiões e a capacidade de criar metáforas e analogias seriam todas expressões dessa capacidade. Um dos maiores especialistas em evolução humana no país, Professor Walter Neves, já abordou sobre este tema a partir do exemplo das roupas. Se, inicialmente, elas eram utilizadas para nos proteger de intempéries do clima e do meio ambiente, ao longo da nossa evolução adicionamos à sua utilização simbologias e significados coletivos, podendo marcar posições hierárquicas, status social, diferenciar estilos, épocas, peças utilizadas somente em ocasiões específicas, entre outras distinções.

Do ponto de vista biológico, raças humanas não existem ou, o que é ainda mais grave, também não existem hierarquias ou superioridades entre as diferentes populações. É importante, contudo, reconhecer que apesar disso, do ponto de vista social, existem impactos extremamente negativos e graves decorrentes do racismo e de ideias de superioridade racial branca, ainda impregnadas em instituições de países como o Brasil – onde violações de direitos humanos e as desigualdades impactam especialmente as populações negras e indígenas. Ou seja, do ponto de vista das lutas sociais, faz todo o sentido falar em luta por igualdade racial, por exemplo.

Agora que você já sabe que surgimos no continente africano, é importante saber contar por aí o que aconteceu depois. Nossa espécie, *Homo sapiens*, com as mesmas características anatômicas, ou seja, com o mesmo corpo que temos hoje, surgiu entre 300 e 200 mil anos atrás. No entanto, aquilo que nos define como

“humanos com comportamento moderno”, ou seja, o desenvolvimento de nossa capacidade cognitiva, nossas habilidades criativas e nosso pensamento simbólico coletivo só surgiu por volta de 50 mil anos atrás. A última grande transição evolutiva da nossa espécie, portanto, não aconteceu morfologicamente como se pensava, mas sim em nossa mente e na forma do funcionamento do nosso cérebro. Sabendo disso, vamos continuar essa história?

Quadro 2: Evolução Humana: Como as pessoas imaginam X Como devemos imaginar



Quando estudamos sobre evolução é comum vermos a imagem ao lado, onde um primata, parecido com um chimpanzé, se ergue para uma postura mais ereta até chegar a um *Homo sapiens* moderno, representado por um homem branco.

Imagem frequentemente associada com Evolução Humana.

Fonte: Ilustração do Coletivo Nôiz Anima para a animação *EPT: Nossa origem*.

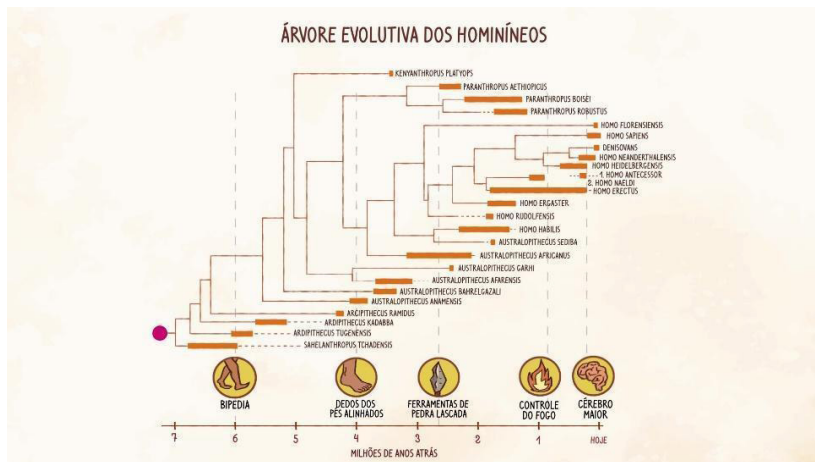
Qual o problema aí? É que a ilustração está cientificamente incorreta e as imagens são parte importante da comunicação científica. Elas passam informações que alimentam nossa subjetividade, permanecendo em nossa memória e interferindo em nossa interpretação de mundo.

O ponto principal a ser desconstruído na imagem acima é a ideia simplista de “transformação” do macaco em humano ao longo da nossa evolução. A evolução da nossa espécie envolve processos genéticos complexos, além de mudanças comportamentais em diversos gêneros e espécies ao longo de milhões de anos.

No esquema a seguir, podemos observar um pouco dessa complexidade: são várias as espécies que compõem a nossa árvore evolutiva ao longo dos últimos 7 milhões de anos. É possível também saber sobre a origem de algumas características importantes, como a bipedia - há 6 milhões de anos! Todas essas informações são baseadas em evidências científicas coletadas nas últimas décadas por grupos de estudos do mundo inteiro. Por isso, sempre que pensar em evolução humana imagine uma árvore com diversas ramificações simbolizando as muitas espécies envolvidas no nosso processo evolutivo.

Fonte: As autoras.

Figura 15: Árvore evolutiva com seus vários ramos conectando diferentes espécies, com destaque para o surgimento de características importantes ao longo do tempo.



Crédito: Ilustração Coletivo Nôiz Anima para a animação "EPT: Nossa origem".

DISPERSÃO PELO GLOBO, POVOAMENTO AMERICANO E CHEGADA AO BRASIL

Já sabemos que surgimos na África e entendemos um pouco mais sobre nossa anatomia e nosso comportamento, então podemos começar a viajar no tempo para retomar a jornada dos nossos ancestrais, saindo do continente africano. Essa longa viagem para o povoamento do planeta Terra, chamada de dispersão pelo globo, levou os seres humanos a povoarem todos os outros continentes, incluindo a América. Antes de tudo, vale a informação de que a nossa espécie *Homo sapiens* não foi a primeira da linhagem *Homo* a sair da África: uma das nossas espécies ancestrais, o *Homo erectus*, já tinha chegado à Ásia e ao Oriente Médio, por exemplo!

Figura 16: Dispersão da espécie humana a partir do continente africano.



Crédito: Ilustração Coletivo Nóiz Anima para a animação "EPT: Nossa origem".

Voltando à chamada “grande saída da África”, que aconteceu cerca de 70 a 50 mil anos atrás e levou à dispersão *Homo sapiens* pelo mundo inteirinho, é importante saber que, bem antes disso, pelo menos outras três tentativas de ir além das fronteiras da África já tinham sido realizadas:

Na primeira, há 200 mil anos, nossos ancestrais se aventuraram para além do continente africano pela estreita passagem entre o Egito e o Oriente Médio – conhecida como Península de Sinai. Registros fósseis indicando essa primeira saída da África foram encontrados na Grécia e em Israel. A segunda, por volta de 130 mil anos atrás, também feita pela mesma península, deixou registros arqueológicos em cavernas de Israel.

Grupos de pesquisas sugerem que, apesar destas duas primeiras empreitadas para fora do continente africano, elas não resultaram no povoamento da Europa e da Ásia. Já a terceira tentativa aconteceu em torno de 100 mil anos atrás, quando mudanças climáticas ocasionaram a formação de uma ponte de terra entre o Djibouti (um pequeno país africano que faz fronteira com a Etiópia e Somália) e o Iêmen (no sul do Oriente Médio), possibilitando uma passagem terrestre da África para o Oriente Médio. Após atravessar essa “ponte”, em uma viagem que durou milhares de anos, grupos

humanos provavelmente se dispersaram pela costa ao sul da Ásia, até chegar no sudeste Asiático. Também por questões climáticas favoráveis, esses grupos encontraram na Oceania uma massa terrestre que conectava o sudeste asiático e as ilhas de Sumatra, Bornéu e Java – chegando posteriormente à Austrália e à Nova Guiné (Teoria de Sunda-Sahul). Essa rota tem sido utilizada para justificar a presença de registros fósseis indicando a chegada de seres humanos na Austrália há +/- 50 mil anos.

Quadro 3: Notas sobre nossas primeiras viagens!



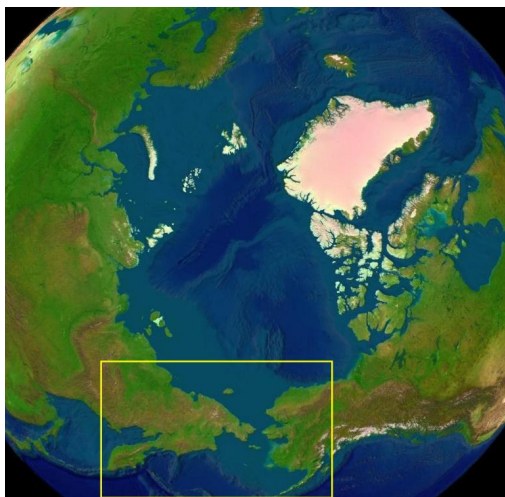
Ilustração: Coletivo Nóiz Anima para a animação
"Evolução para Todes: De onde viemos?"

Uma questão muito importante e que merece destaque é que as datas e as rotas de dispersão da nossa espécie (*Homo sapiens*) são constantemente atualizadas, pois as pesquisas sobre história da humanidade continuam sendo desenvolvidas, e a cada dia são realizadas novas descobertas! Nas últimas décadas, dezenas de artigos com novos achados, novas análises e novas interpretações têm nos ajudado a preencher as lacunas da história de nossa origem e dispersão pelo mundo – o que, de fato, tem sido um enorme quebracabeça para os cientistas.

Fonte: As autoras.

Apesar dessas primeiras evidências da presença humana fora do continente africano, os achados mais seguros e sólidos indicam que, possivelmente, foi apenas entre 70 e 50 mil anos a viagem que culminou na grande dispersão humana por todo o planeta Terra. Nos milhares de anos seguintes, especialmente a partir de 30 mil anos atrás, nossa espécie conseguiu ocupar a Europa, a Ásia, o Oriente Médio, a Austrália, chegando até os gelos da Sibéria, no extremo norte da Ásia. Foi ao chegar na Sibéria e encontrar uma ponte terrestre que unia os continentes asiático e americano, a chamada Beríngia, que os seres humanos puderam ocupar também as Américas.

Quadro 4: A Beríngia



A Beríngia é uma extensão continental que une o Alasca e a Sibéria em eventos de regressão marinha, ou seja, quando o nível do mar diminui. Tais eventos ocorrem durante as famosas “Eras do Gelo”, que cientificamente chamamos de glaciações. Durante uma glaciação a água do mar se acumula nos continentes na forma de gelo, ocasionando o rebaixamento do nível do mar, e, assim, no Norte da América surge a Beríngia, uma ponte de terra que possibilitou o deslocamento de diversas espécies de animais.

Fonte: Beríngia, por NASA. Domínio público, via Wikimedia Commons

A data do povoamento americano é um clássico e controverso tema na história da humanidade. Pesquisas realizadas na Serra da Capivara, no Piauí, e em Santa Elina, no Mato Grosso, levaram alguns pesquisadores a acreditarem que a América do Sul foi povoada, no mínimo, há 25 mil anos. Além disso, dados oriundos do México suscitam datas ainda mais antigas, ao redor de 30 mil anos atrás, com recentes pesquisas que encontraram pegadas humanas com cerca de 20 mil anos por lá. Como as buscas por evidências cada vez mais precisas continuam, o consenso atual entre a comunidade científica é de que as primeiras pessoas a habitarem o nosso continente chegaram na América do Norte há cerca de 25 mil anos atrás, povoando todo o continente, até chegar na América do Sul há pelo menos 15 mil anos.

No Brasil, entre os sítios arqueológicos mais conhecidos e que nos permitem pensar sobre a chegada dos seres humanos no continente, podemos citar Pedra Pintada (no Pará), Santa Elina (no Mato Grosso), Lapa do Boquete (no vale do rio Peruaçu, em Minas Gerais), a região arqueológica de Lagoa Santa (em Minas Gerais) e sítios da Serra da Capivara (no Piauí).

Figura 17: Localização de sítios arqueológicos brasileiros, importantes para o estudo do povoamento das Américas.



Crédito: Ilustração Coletivo Nóiz Anima para a animação "EPT: Nossa origem".

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que este texto tenha contribuído para expandir seus conhecimentos sobre Evolução Humana, nossa origem no continente africano e a dispersão de nossa espécie pelo globo, até o povoamento do território que hoje chamamos de Brasil. Nosso objetivo principal também foi reforçar a importância de pensarmos esses temas considerando o contexto em que as ciências naturais tiveram início na Europa, e a urgente necessidade de construirmos narrativas mais inclusivas também para contar a história da humanidade.

Às pessoas que chegaram até aqui, lembrem-se da importância de rompermos com padrões e estereótipos preconceituosos que, frequentemente, não refletem a realidade da diversidade humana. Precisamos de um esforço coletivo para lembrar, por exemplo, que não é possível contar a história humana sem falarmos da nossa origem no continente africano. Da mesma maneira, não podemos falar em evolução humana reforçando a imagem do 'homem' (branco) em nossas representações. Não incluir imagens e símbolos diversos e inclusivos para falarmos sobre as populações humanas para nossos

jovens e crianças pode reforçar ideais eurocêntricas e de hierarquias racial e de gênero, todas já extensamente refutadas pela ciência.

O fazer científico, como criação humana, também é influenciado por vieses históricos e, como cientistas no século XXI, defendemos a importância da diversidade e da inclusão em todas as áreas, o que se estende às universidades e aos centros de produção de conhecimento. Os esforços para a construção de imaginários mais inclusivos e diversos estão apenas começando, e este texto representa uma dessas tentativas. Como você, como docente ou estudante, pode contribuir nesse sentido?

Referências audiovisuais:

INGLEZ, Mariana; CHIM, Eliane; PEREZ, Raul. **De onde viemos?** | Série Evolução para Todes - Ep. 01. YouTube, 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=d_4hLpzRh1A&list=PLAudUnJeNg4sZlqcUD7p5WyOUPz09u5TC&index=1. Acesso em: fev. 2023.

MÜLLER, Lisiane; INGLEZ, Mariana; PEREZ, Raul. **Nossa origem** | Série Evolução para Todes - Ep. 02. YouTube, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rc2vA5UkMFY&list=PLAudUnJeNg4sZlqcUD7p5WyOUPz09u5TC&index=2>. Acesso em: fev. 2023.

A faint, artistic illustration in the background shows a person from behind, wearing a headpiece with large antlers. Several colorful birds are perched on the antlers and around the person's head. The overall color palette is warm, with shades of orange and red.

I AMAZÔNIA - A FLORESTA DAS GENTES

Camila Pereira Jácome

O que lhe vem à mente quando você pensa sobre a Amazônia? Uma floresta encorpada, com cobertura bem verdinha e rios sinuosos permeando as árvores? Uma floresta pulsando com movimentos e cores de onças-pintadas, tucanos, araras e peixes grandes e saborosos como o pirarucu? Essas são imagens corriqueiras em documentários e reportagens difundidas na mídia jornalística.

Nos últimos anos, entretanto, outras imagens têm concorrido com essa da Amazônia verde. Temos visto grandes áreas desmatadas para a exploração de madeira ou plantio de soja, a mata queimando em grandes labaredas. Enormes buracos de devastação causados pelos garimpos ilegais, cheios de lama tóxica de mercúrio, que escorrem para as águas antes límpidas, tornadas barrentas e endurecidas.

Nos últimos meses, o cenário tem se tornado mais desesperador, fruto das emergências e mudanças climáticas, causadas pelo capitalismo. Nossos rios que pareciam infindáveis, em sua abundância de águas, estão secando. As temperaturas elevadas e a ausência de chuvas, somadas a ação de grupos criminosos, de pessoas com interesses políticos e econômicos, produzem incêndios enormes e incontroláveis. O cenário é desolador, rios secos, bichos ilhados em poças de lama ou carbonizados pelo fogo.

Mas, e as pessoas da Amazônia? O que lhe vem à mente quando você pensa sobre as pessoas da floresta?

Quadro 5: Para defender a Amazônia

“O mundo olha para essa Amazônia com olhar de satélite por cima, só consegue enxergar o verde e a beleza dos rios. Mas as vidas dessas pessoas aqui embaixo não conseguem ser olhadas. Elas têm sido impactadas e ninguém cuida das pessoas. As pessoas querem proteger as árvores, o rio, mas não cuidam das pessoas que cuidam das árvores e dos rios. A gente precisa inverter os olhares, porque a vida dessas pessoas é mais importante, porque são elas que conseguem manter a floresta em pé. São elas que conseguem proteger o rio a partir desse modo de vida, de respeito com a natureza, com o meio ambiente, a fauna, a flora, tudo o que nos cerca, porque a gente compreende também que somos parte, que nós somos ela, que a gente está conectado em todos os sentidos da vida.”

(Transcrição de vídeo publicado por Vanda Witoto em 2022 no Instagram - Reprodução redes sociais)



Crédito: Arte de Thay Rodrigues, 2020.

A noção de que são os povos da floresta que a mantêm em pé, que cuidam dos rios e favorecem a biodiversidade, é fundamental para entender a Amazônia do presente. E a Amazônia do passado também. Pesquisas arqueológicas indicam que essa relação de cuidado e produção de biodiversidade da Amazônia é muito antiga, datando de 14 mil anos, pelo menos. A produção de biodiversidade ocorre quando ações humanas contribuem para o aumento da diversidade de espécies (vegetais, animais, fungos) em um ecossistema.

Ainda que se use expressões de ampla definição como “povos indígenas da Amazônia”, ou “povos da floresta”, não se engane, não pense em uma unidade social única e homogênea. Uma das principais características dos povos originários da Amazônia é a sociodiversidade. Ou seja, há diferentes sociedades com características próprias, com especificidades linguísticas, históricas e tecnológicas.

De acordo com o IBGE, em 2010 no território brasileiro, havia 305 povos indígenas, em um total de 896.917 pessoas indígenas, e com 274 línguas faladas. No Censo de 2022, houve um aumento substancial de pessoas indígenas declaradas, subindo para 1.693.535 pessoas. Os dados do Censo de 2022 sobre diversidade étnica e linguística ainda não foram publicados pelo IBGE até o presente momento. Apesar das diferenças étnicas, esses povos compartilham uma forma de explicar e se relacionar com os outros seres que vivem no mundo, o que a antropologia chama de ontologia. A ontologia ameríndia é radicalmente diferente da europeia, do conhecimento ocidental, que, a partir da teoria evolutiva, diferencia os humanos de outros animais e coloca nossa espécie como a única que produz cultura. Para os indígenas é o inverso. A noção indígena que explica a diferenciação entre humanos e animais estabelece a humanidade como condição anterior, e não a animalidade, como no pensamento ocidental. Antes todos eram humanos, incluindo aqueles que hoje têm aparência de animais, e por isso todos também têm cultura. Por exemplo, o arqueólogo Igor Rodrigues ouviu de Poriciwi Wai Wai, indígena do norte do Pará, que um ninho de passarinho não é um emaranhado de palhas para botar e chocar ovos, o ninho é a casa-rede da ave, tecida com muita habilidade, tal como a casa e a rede indígena.

Essa forma de pensamento e entendimento do mundo faz com que as pessoas indígenas se relacionem com os outros seres com muito mais respeito e cooperação, de modo radicalmente distinto da maneira ocidental e capitalista de lidar com a ‘natureza’ como

recurso a ser controlado e explorado. Essa ontologia é a base para pensarmos a formação dessa relação milenar entre povos indígenas e a floresta, onde habitam também povos plantas, povos bichos, povos espíritos, povos pedras e muitos outros.

Figura 18: Japiim tecendo seus ninhos



Fonte: Pierre Pouliquin (2006).

Disponível em: https://www.flickr.com/photos/pierre_pouliquin/405227286

Neste texto vamos discutir como os povos indígenas contribuem, há milênios, para o que o mundo reconhece hoje como Amazônia, a maior e mais rica floresta do planeta. Vamos ver alguns indícios da antiguidade da ocupação ameríndia na floresta, a formação de grandes aldeias do passado, a relação desses povos com as plantas e produção de biodiversidade. Também vamos mostrar como a resistência desses povos é fundamental para a sobrevivência da Amazônia.

A OCUPAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA: FRAGMENTOS DE HISTÓRIAS ARQUEOLÓGICAS

Povos originários habitam a Amazônia há pelo menos 14 mil anos e, ao longo desse tempo, suas ações foram transformando e enriquecendo a biodiversidade da floresta.

A data mais antiga para a ocupação indígena da Amazônia vem de uma caverna na cidade de Monte Alegre (PA), bem próxima à cidade de Santarém, de onde escrevo este texto. O lugar é conhecido como Pedra Pintada, e lá foram encontradas muitas pinturas em vermelho, amarelo e preto, feitas nas paredes. São figuras que lembram pessoas humanas, algumas com máscaras e/ou cocares, onças e aves, entre outros seres. A vista de lá para o rio Amazonas é de tirar o fôlego. Nesse lugar foram feitas escavações arqueológicas que encontraram vestígios de ferramentas líticas e restos de alimentos, posteriormente datados com mais ou menos 14 mil anos de idade.

Figura 19: Mapa de localização da cidade de Santarém (PA), do sítio arqueológico de Taperinha (Santarém, PA) e da Caverna de Pedra Pintada (Monte Alegre, PA).
Notar que a cidade de Santarém está na foz do Rio Tapajós, de água azul escura no canto à esquerda, onde se encontra com o rio Amazonas, de águas amarronzadas.



Fonte: Disponível no *Google Earth*.

Figuras 20a e 20b: Pinturas rupestres da região de Monte Alegre (PA). Foto a, pinturas da Caverna da Pedra Pintada e, Foto b, pinturas da Pedra do Pilão, outro sítio arqueológico próximo.



Crédito: Fotos de Anne Rapp Py-Daniel.

Figuras 21a e 21b: Diversidade das paisagens amazônicas em Monte Alegre. Acima, área com vegetação de cerrado na região dos sítios arqueológicos de Monte Alegre. Abaixo, horizonte visto por quem está próximo à Caverna da Pedra Pintada. Ao fundo, a várzea do rio Amazonas.



Crédito: Fotos de Anne Rapp Py-Daniel.

Os habitantes mais antigos da Pedra Pintada deixaram vestígios que indicam uma dieta alimentar bastante diversificada, baseada na pesca, na caça de animais terrestres e aquáticos, e no consumo de diferentes espécies vegetais. Os restos de alimentação de fauna e flora indicam que essas pessoas buscavam alimentos em diferentes áreas, na várzea do rio, nas zonas de florestas alta e nas áreas de campo aberto, uma espécie de cerrado comum na região de Monte Alegre.

Se pegarmos a balsa em Monte Alegre e atravessarmos para a margem direita do Rio Amazonas, bem ali perto, temos um outro importante lugar com evidências de ocupação indígena muito antiga, chamado Taperinha. A Taperinha é um sambaqui amazônico, uma plataforma artificial construída principalmente com conchas, rica em vestígios alimentares e objetos arqueológicos em cerâmica e lítico. Os sambaquis amazônicos ou concheiros, como muitas vezes são chamados, ocorrem em diversas regiões, do baixo Amazonas até a sua foz, próxima à ilha de Marajó. Os concheiros são construídos por amontoados de conchas de moluscos de água doce e/ou salgada, e o seu formato é de pequenos morros arredondados que vão até, aproximadamente, 6 metros de altura e 80 m² de área.

Os fragmentos de vasilhas cerâmicas encontradas em Taperinha têm quase 8 mil anos de antiguidade e correspondem à cerâmica mais antiga de todas as Américas. É muito mais antiga que as primeiras cerâmicas feitas na Europa, por exemplo a mais antiga da Inglaterra tem cerca de 3 mil anos. Na região do litoral atlântico do Pará também encontramos outros concheiros, no entanto, estes têm datações mais recentes que Taperinha, ainda que também muito antigas, com 5 a 4 mil anos de idade.

Figura 22: Conchas e fragmentos de vasilhas cerâmicas arqueológicas em Taperinha (Santarém, PA)



Crédito: Fotos de Anne Rapp Py-Daniel.

Figura 23: Sítio Arqueológico de Taperinha (Santarém, PA).



Crédito: Fotos de Anne Rapp Py-Daniel.

Se tomarmos o barco subindo o Amazonas, chegamos em outro importante afluente, o Madeira. Ali onde nascem os rios Madeira e Guaporé também foram confirmadas ocupações indígenas muito antigas, desde mais ou menos 10.500 anos atrás. Ao que tudo indica, de acordo com diversas pesquisas de arqueologia, a ocupação inicial da Amazônia não foi um evento isolado em um único lugar, mas um processo amplo e diversificado em diferentes ambientes. A Amazônia não é uma massa verde homogênea, dentro dela há distintos ecossistemas e bacias hidrográficas, e a existência de antigos locais de habitação, os sítios arqueológicos, nesses diversos ambientes, mostra que os povos indígenas do passado tinham diferentes formas de buscar e produzir seus alimentos. Além de vestígios alimentares, outras evidências da vida cotidiana indígena encontradas nesses lugares são ferramentas de pedra e madeira, restos de fogueiras, de habitações e fragmentos de vasilhas cerâmicas. A presença de restos de vegetais como tucumã, buriti e bacaba indica o consumo dos frutos dessas palmeiras há mais de 10 mil anos, e sugerem que essas espécies já poderiam estar sendo manejadas desde então.

Figura 24: Sementes de buriti carbonizadas encontradas no sítio Caverna da Pedra Pintada. Cada quadrado na imagem mede 1cm.



— 1 cm

Crédito: Foto de Myrtle Pearl Shock.

Figura 25: Frutos do buritizeiro



Crédito: Foto de Takiwasi, CC BY-SA 4.
Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0>, via Wikipédia Commons.

Figura 26: Semente de bacaba carbonizada encontrada no Sítio Teotônio, bacia do rio Madeira, Rondônia



— 1 mm

Crédito: Foto de Myrtle Pearl Shock.

Figura 27: Frutos da bacabeira



Crédito: Foto de Lüdenscheidt, CC BY-SA 4.0.

Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0>

No alto rio Madeira também foram encontrados concheiros, tal como Taperinha, datados em quase 6 mil anos. Mas eles têm um diferencial, neles se encontram as primeiras terras pretas da Amazônia, estudadas por uma equipe do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos da Universidade de São Paulo. As terras pretas são solos antropogênicos, ou seja, solos naturais transformados pela ação de manejo humano (queimadas, acúmulo de lixo etc.) que os tornam muito férteis. Essas terras foram e são continuamente usadas para roçados de povos tradicionais e ribeirinhos.

Figura 28: Parede de escavação arqueológica (perfil estratigráfico) no sítio Hatahara, Iranduba (AM), próximo a Manaus.

Notar que o solo mais abaixo tem coloração mais clara, indício de não ter sido modificado por ação humana, enquanto mais acima fica muito mais escuro, de origem antropogênica, e no meio dele se identificam muitos fragmentos cerâmicos.



Crédito: Foto Val Moraes (2008).

Figura 29: Outro perfil de escavação arqueológica no mesmo sítio. Notar os muitos fragmentos cerâmicos evidenciados e a terra preta na parede da escavação



Crédito: Foto de Val Moraes (2008).

Com o passar dos milênios, as ocupações indígenas se multiplicaram por todas as regiões da Amazônia. As pesquisas de arqueologia interpretam que esse processo foi acompanhado de uma diversificação cultural entre os povos, o que seria percebido pela arqueologia por meio da constatação das diferentes formas de fazer objetos (em pedra ou cerâmica).

■ AS CIDADES INDÍGENAS ANTIGAS DA AMAZÔNIA

Pesquisas de demografia histórica indicam que, antes da invasão europeia, milhões de pessoas viviam na Amazônia. Por volta do ano de 1.500 havia aldeias indígenas tão populosas nos rios Xingu e Amazonas quanto verdadeiras cidades. Algumas dessas aldeias-cidades foram destruídas, e o espaço seguiu sendo ocupado pelos colonizadores. É o caso de Santarém, no Pará, uma cidade de origem indígena muito antiga, com quase 5 mil anos de história contínua.

A arqueologia consegue identificar essas aldeias antigas e estimar seu tamanho através de técnicas de mapeamento, escavação, datação, análises de solo e topografia, entre outras. O vestígio mais persistente das aldeias antigas, além das próprias terras pretas, são os fragmentos de vasilhas cerâmicas. A cerâmica, material criado a partir da queima de argila, é usada para fazer vasilhas, bancos e estatuetas. Ela é muito durável e resistente ao clima, e, mesmo que se quebre em muitos pedaços, há técnicas de análise e reconstituição do artefato até algo muito próximo do original.

Figura 30: Etapas da manufatura de cerâmica feita por uma ceramista do povo Wai Wai.



Acima, vemos o preparo de massa de argila, a massa pronta e a modelagem do fundo da vasilha.



Na sequência, acima, a aplicação do primeiro rolete de argila, após isso a peça é posta para secar, depois começa a ser alisada com fragmento de cuia, para ficar com as paredes bem finas.

Reinicia, na sequência abaixo, a superposição de roletes para fazer a parte superior da vasilha, novamente ela é alisada internamente com o fragmento de cuia e depois polida externamente com uma pedrinha.



Por fim, a queima das vasilhas é feita com casca de árvores.

Crédito: Fotos de Cooni Wai Wai (2019)

A longa história dos povos indígenas na Amazônia mostra uma constante produção de diversidade material, nos objetos e tipos de ocupações (sítios arqueológicos). A arqueologia tem considerado que essa variedade material possa ter relação com as diferenciações culturais e linguísticas entre os povos indígenas no passado. Esses processos foram muito complexos, envolvendo imbricadas relações entre pessoas, aldeias e povos.

As cerâmicas arqueológicas da Amazônica costumam chamar atenção visualmente, pois são variadas quanto às formas (morfologia) e à decoração (com pinturas, desenhos em relevo etc.). A partir de aproximadamente 1.300 anos atrás, há uma diversificação enorme de formas de fazer esses objetos em cerâmica por toda a bacia do Amazonas.

Figura 31: Cerâmicas Maracá e Aristé. A esquerda, cerâmica zoomorfa Maracá, identificada no Estado do Amapá. À direita cerâmica Aristé, vaso antropomorfo com pintura policromada.



Crédito: Fotos de Maurício de Paiva, NuPArq/IEPA.

Figura 32: Cerâmicas Pocó. À esquerda, cerâmica do Acervo do Instituto Mamirauá em Tefé (AM) e à direita, cerâmica do Acervo Casa de Cultura da Prefeitura de Oriximiná (PA).



Crédito: Foto direita de Dayo Nascimento (2022) e foto esquerda de Igor Rodrigues (2013)

Quando olhamos para o amplo território amazônico como um todo, notamos que há áreas onde determinados tipos de cerâmica ocorrem com frequência, e outras que não têm esses registros. Por exemplo, a cerâmica Marajoara, com pelo menos 1.600 anos de idade, ocorre majoritariamente no arquipélago de Marajó, na foz do Amazonas. Mas, apesar de ser originária de Marajó, encontramos cerâmicas semelhantes a ela em locais como o litoral do Amapá. Isso tem sido interpretado pela arqueologia como fruto da relação entre os povos dessas duas áreas, por exemplo, trocas, parcerias,

parentesco, compartilhamento de línguas, práticas culturais, cosmologias etc. Se ampliarmos nosso foco e olharmos novamente para a região de Santarém, a 600 km de Marajó, notamos que as cerâmicas desses dois lugares são muito diferentes entre si. A arqueologia interpreta essa diferenciação como expressão de culturas distintas. Apesar disso, notamos pontos de conexão. Por exemplo, os famosos muiraquitãs, esculturas de sapinhos, aparecem nos dois lugares, mas de maneiras distintas. Os muiraquitãs no Tapajós ocorrem na sua forma mais frequente e conhecida, esculturas de batráquios (sapos ou rãs) em rocha cristalina, muitas vezes esverdeada. Um uso dessas peças aparece sugerido nas estatuetas de mulheres da cerâmica do Tapajós, nelas vemos os muiraquitãs como enfeites de cabelo e pingentes de colar. Já em Marajó, os muiraquitãs ocorrem como pequenas modelagens feitas em cerâmica.

Figura 33: Cerâmicas da Tradição Polícroma da Amazônia. À esquerda, cerâmica do Instituto Mamirauá em Tefé (AM), e à direita, cerâmica do Sítio São Raimundo do Miriti (AM).



Crédito: Fotos de Marjorie Nascimento (2008).

O que a recorrência do muiraquitã, em lugares tão distantes entre si, quer dizer? Não conhecemos exatamente sua função e seu simbolismo no passado, mas entendemos que há uma força na figura dos sapos, seja em rocha, seja em cerâmica, que poderia

ser compartilhada entre os moradores do Tapajós e do Marajó. É interessante notar que os muiraquitãs persistem importantes ainda hoje, continuam sendo feitos e usados como amuletos de proteção ou sorte no amor, em muitos lugares do Pará.

Figura 34: Cerâmicas marajoara, Ilha de Marajó/PA. À esquerda e ao centro, duas peças características, urnas funerárias com representações de feições humanas, chamadas de antropomórficas, do acervo Penn Museum e do MASP. À direita, tanga em cerâmica, possivelmente de uso feminino.



Crédito: Fotos (da esquerda para direita): Foto de Marie-Lan Nguyen (2011), CC BY 2.5 <https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/>, via Wikimedia Commons. Marie-Lan Nguyen (2011), CC BY; fotografia Desconhecido - User:Dornicke, 2019-04-23., CC BY-SA 4.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=79802867>; Dornicke, published 2015-01-10., CC BY-SA 4.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=75591858>.

Figura 35: Cerâmica tapajônica de Santarém (PA). Vasilha com corpo em forma de jacaré e figura antropomórfica assentada sobre o rabo do animal.



Fonte: Foto de Ader Gotardo, Acervo MAE USP

Figura 36: Vaso cariátide, com três figuras femininas segurando o fundo da vasilha decorada com figuras de urubus-rei, de Santarém (PA).



Crédito: Foto de Keiliane de Lima Bandeira, Acervo Centro Cultural João Fona.
Cerâmica arqueológica tapajônica, Santarém (PA).

Figura 37: Estatueta feminina. Muitas estatuetas como essa são ocas, dentro delas eram colocadas pedrinhas ou sementes e faziam barulho quando movimentadas.



Crédito: Foto de Wagner Silva, Acervo MAE USP.

Figura 38: O Muiraquitã lítico, Santarém (PA).
Acervo Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú (UFOPA).



Crédito: Fotos de Camila Jácome e Gabriel da Silva Corrêa.

Figura 39: Frente e costas de estatueta cerâmica de uma mulher sentada, segurando um pote, Santarém (PA).
Na parte de trás da cabeça aparecem os pequenos muiraquitãs enfeitando o cabelo.



Crédito: Foto de Glenn Shepard, MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi,
Reserva Técnica Mário Ferreira Simões

Figura 40: Os muiraquitãs cerâmicos na atualidade. Oficina de produção de cerâmica conduzida por Mestre Elves Costa, um dos ceramistas mais experientes da cidade de Santarém (PA). Da esquerda para a direita: oficina de cerâmica em escola no interior de Santarém (PA); muiraquitãs durante a secagem; muiraquitãs já queimados.



Crédito: Fotos de Enna Costa, acervo Mestre Elves Costa.

Algumas vasilhas de cerâmica tinham como função preparar alimentos, incluindo as plantas. Uma das plantas consideradas mais importantes na atual alimentação indígena é a mandioca, que já era consumida no passado. A percepção ocidental e capitalista considerou que a mandioca, assim como o milho, seriam plantas fundamentais para os povos indígenas do passado, pois têm alto rendimento, ou seja, produzem muito a cada safra. Apesar de elas terem entrado, sim, no cardápio indígena de antigamente, elas não eram a base da dieta. A dieta desses povos sempre foi muito diversificada. A mandioca é um tubérculo manejado por pessoas há pelo menos 10 mil anos, e por isso, atualmente tem muitas variedades. Existem cerca de 500 variedades regionais apenas no rio Negro. Essa diversidade muito possivelmente está relacionada às trocas entre as pessoas no passado, especialmente mulheres, que iam incorporando em seus roçados variedades de plantas vindas de outros lugares.

Figura 41: Grandes aldeias circulares são comuns entre os povos indígenas da região do Xingu. Aldeia Ipatse (Parque Indígena do Xingu), povo Kuikuro.



Crédito: Foto de Pedro Biondi/ABr, CC BY 3.0 BR. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/deed.en>, via Wikimedia Commons.

Mais ou menos por volta de 1.000 anos atrás, houve um aumento generalizado no tamanho das aldeias, que podemos ver pelo tamanho dos sítios arqueológicos. Isso tem sido relacionado com um processo de adensamento demográfico. As aldeias ficaram mais populosas, e alguns autores, como Eduardo Góes Neves, têm interpretado este quadro como um modo de urbanidade amazônica. As primeiras discussões sobre urbanismo antigo na Amazônia começaram em pesquisas na região do Xingu. Lá foram identificados grandes sítios arqueológicos, com casas organizadas de forma circular, voltadas a uma praça central, semelhante à forma como os povos indígenas do Xingu fazem.

O arqueólogo Eduardo Góes Neves tem insistido que esse não é um caso isolado, mas que existem muitos sítios grandes em diversas regiões da Amazônia, como em Santarém, na região próxima à cidade de Manaus, em Llanos del Moxos (Bolívia) e áreas do Acre e Rondônia. Ele argumenta que nestas regiões há indícios de aldeias muito populosas que duraram muito tempo, inclusive conectadas

com outras aldeias por estradas. Para a arqueologia, a identificação desses sítios urbanos se faz com aferição via mapeamento, escavação, datação, imagens de satélite, drone, entre outras tecnologias. Além disso, é comum o uso de fontes etno-históricas do período colonial.

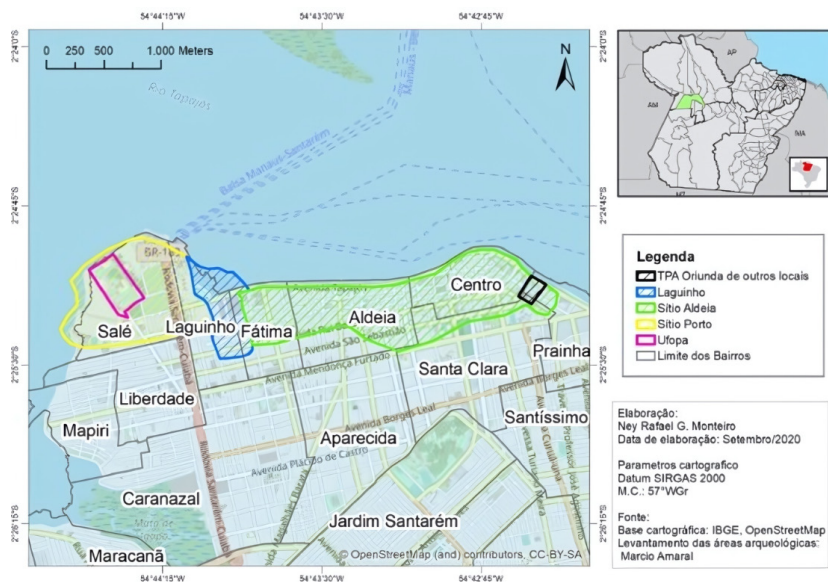
Figura 42: Geoglifos no Acre. Sítios arqueológicos que mostram construções de grandes plataformas com terra e formas muito regulares e interconectadas.



Fonte: Foto de Maurício de Paiva, NuPArq/IEPA.

Tomaremos aqui novamente o exemplo de Santarém. A cidade colonial foi fundada em 1661 pelo Padre Bettendorff, para catequizar os indígenas Tapajó e muitos outros povos que viviam aqui no entorno, como Tupinambá, Arapiuns e Borari. Mas essa data não corresponde à real antiguidade das ocupações indígenas em Santarém, que estão sob asfalto da cidade de hoje. Se considerarmos a extensão da mancha de terra preta com vestígios arqueológicos, temos um sítio arqueológico de cerca de 200 hectares de área, o que seria equivalente a quase 200 campos de futebol. Nele foi e ainda é encontrada uma alta densidade de materiais cerâmicos líticos, vestígios de alimentação (partes de plantas carbonizadas, ossos de peixes, mamíferos e quelônios). Muitos outros materiais eram usados na construção das casas e estruturas da cidade, como madeira e palha, mas por serem perecíveis estão sujeitos a degradação mais rápida.

Figura 43: Mapa de localização dos sítios arqueológicos Porto e Aldeia, na área urbana de Santarém (PA).



Fonte: Mapa de Ney Rafael Gomes Monteiro a partir de levantamento de Márcio Amaral.

Figura 44: Matriz Nossa Senhora da Conceição, no centro de Santarém (PA). A igreja foi construída sobre a antiga aldeia indígena, denominada de sítio arqueológico Aldeia.



Fonte: Foto de Rômulo Ferreira, CC BY 2.0. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0>, via Wikimedia Commons.

Figura 45: Obra pública na Praça Rodrigues dos Santos, expondo o sítio arqueológico Aldeia. Na foto é possível notar o solo escuro com fragmentos cerâmicos

do sítio arqueológico Aldeia.



Crédito: Foto de Raoni Valle (2022)

As datações da cidade de Santarém indicam ocupações indígenas contínuas por oitocentos anos, entre 1.200 e 400 anos atrás, somente interrompida pela invasão de europeus. Mas como seriam essas cidades dos indígenas ancestrais no Tapajós? Através da arqueologia se reconstitui partes desse cenário, no qual notamos uma organização bem estruturada e estratégias arquitetônicas para driblar as enchentes anuais do rio Tapajós. As casas eram preferencialmente próximas do rio, onde estava a fonte de água e pescado, mas, para evitar que fossem alagadas pela cheia anual, eram construídas sobre bases elevadas de terra, assim ficavam mais altas em tempos de enchentes. As casas na aldeia-cidade possuíam cozinhas externas, muito semelhantes às das aldeias e comunidades atuais. Também havia áreas separadas para determinadas atividades, com locais específicos para sepultamentos de pessoas, que ocorriam dentro de vasilhas cerâmicas; áreas para oficinas, onde se produziam as ferramentas líticas e os muiraquitã. Além disso, encontramos também vestígios que podem indicar como o lixo produzido era tratado: buracos onde o refugo era queimado com

fragmentos de cerâmica e posteriormente enterrado. Isso é muito semelhante à forma tradicional de tratar o lixo sólido presente até hoje nas comunidades e periferias das cidades amazônicas.

Quantas pessoas viveriam na Santarém antiga? Muitas. As estimativas são que no século XVII, à época da fundação da cidade colonial, cerca de 6 mil indígenas já viviam em Santarém. Este seria o maior contingente demográfico do Brasil colonial. Para termos uma ideia, a população da cidade do Rio de Janeiro no mesmo século alcançava cerca de 1500 pessoas.

■ AMAZÔNIA, POMAR E ROÇA INDÍGENA

Tão antiga quanto as datas obtidas para os objetos e sítios arqueológicos, é a relação das pessoas com as plantas. A Amazônia é um dos centros mundiais de domesticação de plantas. A domesticação de plantas se dá por diversas ações humanas que produzem modificação morfológica, bioquímica e/ou genérica de espécies. A diferenciação entre variedades domesticadas e silvestres de plantas é percebida pelas mudanças na taxa de crescimento, tamanho das sementes, frutos, folhas ou tubérculos, além do de seus sabores e de suas toxinas.

Diversas plantas que estão presentes na nossa vida atualmente são resultantes de domesticação feita por indígenas na Amazônia, tal como a mandioca, cacau, mamão, abacaxi, pimenta, batata doce, tabaco, amendoim, guaraná, entre outras. Hoje, a mandioca hoje é uma das principais bases da alimentação amazônica e não apenas indígena. A mandioca é base da produção de farinha, tucupi, tapioca, ingredientes de muitos pratos do nosso cotidiano. A mandioca foi uma das plantas sequestradas pelos colonizadores europeus, que a levaram para Europa e outros continentes, e hoje ela cumpre um importante papel na nutrição de muitos povos da África, por exemplo.

Mas além da Amazônia ser um centro de domesticação de vegetais, os povos indígenas daqui estabeleceram outra relação com as plantas, que pode ser descrita como manejo. Um exemplo disso é o açaí, que em língua Tupi significa ‘a palmeira que chora’. O açaí é um dos alimentos mais importantes da Amazônia. Aqui ele não é um lanche nutritivo que se toma gelado antes ou depois da academia, é uma refeição completa consumida com farinha e peixe frito. Apesar desse

fruto ser tão importante e utilizado, não existe um açaí domesticado, não há modificação genética nessas plantas. Há, porém, uma relação direta entre os açaizais e o manejo de comunidades do passado e do presente, verificável pela relação constante de proximidade com sítios arqueológicos. Assim como o açaí, inúmeras outras plantas são encontradas assim, em “pomares” dentro da floresta. Portanto, a floresta não é uma paisagem natural, mas também fruto do manejo milenar de diversos povos indígenas, sendo bastante coerente chamá-la de agrofloresta amazônica.

Figura 46: Palmeiras de açaí no fundo de casa em uma comunidade ribeirinha da Amazônia.



Crédito: Foto de Frank Krämer (2004) Wikimedia Commons

Figura 47: Processamento do açaí em comunidade na Flona de Tefé (AM).



Porém, a produção gradual e contínua de diversidade produzida pela ação intencional de povos indígenas combinando fatores naturais, tem diminuído desde o início da colonização europeia da Amazônia. A redução populacional dos povos indígenas implica diretamente na redução da diversidade da floresta, como já apontou a arqueóloga Laura Furquim. Portanto, todos os processos de exploração e produção impostos à Amazônia, como o agronegócio, a exploração mineral e de madeira, colocam em risco toda a biodiversidade e agrodiversidade construída ao longo de milênios.

As comunidades indígenas do passado e os povos tradicionais do presente inter-relacionam os locais de moradia, as roças com plantas domesticadas e as áreas de manejo de plantas silvestres (não domesticadas), como os açaiçais, castanhais e outras. Quando uma aldeia era abandonada, as áreas de roça e manejo também eram abandonadas e iam sendo encobertas por outras espécies nativas, tornando-se então floresta. Nessas roças e pomares abandonados se misturavam, e ainda se misturam, plantas cultivadas e plantas silvestres. Assim a floresta foi e é continuamente alterada pelas ações das pessoas.

RETOMADA LUTA E RESISTÊNCIA DOS POVOS DA FLORESTA

Nos livros tradicionais de história é comum encontramos menções à ‘extinção’ de um povo indígena. Por exemplo, os Tapajós que viviam na região da atual cidade de Santarém quando os portugueses aqui invadiram, são dados como extintos desde o século XIX. Tais explicações não dão conta da resiliência e resistência dos povos indígenas, que insistem em manter vivas suas identidades e tradições. Os ‘extintos’ Tapajós estão muito vivos agora em 2023. Existem 13 povos indígenas vivendo aqui na região do baixo Tapajós. Eles estudam, trabalham e lutam pelas verdadeiras riquezas do Tapajós, sua água limpa, a floresta em pé e a proteção aos conhecimentos tradicionais.

Como vimos, antes da invasão europeia estava em curso a produção de biodiversidade e sociodiversidade na Amazônia. A

violência da colonização produziu irreparáveis perdas ambientais e culturais. As terras tradicionais que guardam as histórias vividas pelos povos indígenas, foram tomadas e renomeadas: Santarém, Belém, Manaus, Porto Velho, Boa Vista, Macapá, Rio Branco ..., mas antes era tudo terra indígena.

Apesar da truculência do processo colonial, há um movimento muito vivo, que vem se fortalecendo cada dia mais: a retomada das identidades indígenas. Muitas comunidades que, pela violência colonial e repressão da máquina de Estado, deixaram de se reconhecer como indígenas, têm bradado aos quatro ventos sua história e origem. A luta pelo reconhecimento de suas identidades indígenas também passa pelo direito à terra, com a demarcação de seus territórios, assim como o direito aos territórios livres de mineração, garimpo, hidroelétricas ou invasores não indígenas. Nesse processo muitas línguas e práticas abandonadas por imposição e medo também têm sido retomadas. A retomada traz, ainda, os pajés e seus sonhos; são eles, com seus conhecimentos, que podem segurar a queda do céu e adiar o fim do mundo, como nos ensinam Davi Kopenawa e Ailton Krenak.

O movimento de retomada das identidades indígenas alcança (e disputa), hoje, um território que por muitos séculos foi negado a esses povos, a universidade. Por meio de políticas reparadoras das desigualdades de acesso ao ensino superior, como o acesso afirmativo étnico-racial e socioeconômico, estudantes indígenas, quilombolas, negros e pobres têm ingressado na universidade e mudado a cara da produção acadêmica. Na arqueologia, os primeiros estudantes indígenas de graduação e pós-graduação já formados têm divulgado, em publicações e eventos, outras formas de fazer e pensar a arqueologia da Amazônia e outras regiões, formas radicalmente distintas daquelas ocidentais. Os conhecimentos sobre plantas, relações com animais e com os espíritos da floresta têm sido incorporados nas análises sobre lugares antigos (sítios arqueológicos) e suas coisas (objetos arqueológicos). Por exemplo, o arqueólogo Jaime Xamen Wai Wai mostra que para acharmos as aldeias antigas, não precisamos olhar para o chão, à procura de terra preta e cacos de cerâmica, mas para cima, observando os tipos de árvores e pássaros que lá habitam. Certas espécies de árvores, assim como a espessura de seus troncos, são os vestígios das aldeias abandonadas.

Na Amazônia, além dos indígenas, há outros povos, como os

quilombolas e povos ribeirinhos ou beiradeiros, que vivem em comunidades próximas aos rios. Também há muitos descendentes de trabalhadoras e trabalhadores que vieram do Nordeste nos ciclos de exploração da borracha. As identidades amazônidas atuais, são múltiplas e diversas, assim como foram no passado. E foram se constituindo em redes de conexão entre povos distintos, mas com práticas de viver muito próximas, que mantêm a floresta viva. Esse modo de viver, ou melhor, de bem viver como nos ensinam os povos indígenas de Abya Yala (América), conecta pessoas com plantas, rios e animais. Na Amazônia, a prática do bem viver começou há pelo menos 14 mil anos, com os habitantes originários dessas terras e continua nas vidas de todos os povos da floresta. Para mantermos esse patrimônio cultural, histórico e natural que é a floresta amazônica, precisamos ouvir as sábias palavras de Ailton Krenak: “o futuro só pode existir se olharmos o passado, o futuro é ancestral”.

Figura 48: Chico Mendes, representante dos seringueiros e símbolo da resistência dos Povos da Floresta. Na foto ele mostra o processo de extração do látex da seringueira, em Xapuri.



Crédito: Foto de Miranda Smith (1988) Wikipédia Commons.

Material de apoio para docentes sobre arqueologia e povos indígenas da Amazônia

Página do Youtube do Curso de Livre de Arqueologia da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), diversos vídeos curtos de até 20 minutos sobre temas abordados no texto. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/cursolivredearqueologiaamazonicaufam/videos>.

Perfil de divulgação no Instagram do Projeto Janelas Abertas para a Biodiversidade do Baixo Amazonas, pesquisa sobre os sambaquis amazônicos: Disponível em: <https://www.instagram.com/projetojabba/?hl=bg>.

Instituto Socioambiental, portal de internet dedicado à defesa da diversidade socioambiental brasileira, com várias páginas sobre povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>.

Instituto Iepé, portal de internet de ONG que se dedica a contribuir para o fortalecimento cultural, político e desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas em território brasileiro localizadas no Planalto das Guianas. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/>.

Comissão Pró-Índio de São Paulo, portal de internet de ONG com atuação histórica no indigenismo brasileiro, que teve papel atuante na Constituinte e na defesa de povos tradicionais na luta contra megaprojetos que trazem impactos aos territórios desses povos, como hidrelétricas e mineração. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>.

Conselho Indigenista Missionário, portal de internet de organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos no Brasil) que há 45 anos atua em defesa dos povos indígenas do Brasil. Disponível em: <https://cimi.org.br>.

Referências

BARRETO, Cristiana. O que a cerâmica marajoara nos ensina sobre fluxo estilístico na Amazônia? In: BARRETO, C., LIMA, H. P. BETANCOURT, C. (orgs.) **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese** /. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016.

DENEVAN, William Maxfield. Estimating Amazonian Indian Numbers in 1492. **Journal of Latin American Geography**, v. 13, n. 2, 2014, p. 207-221. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24395921?seq=1>. Acesso em: 30 jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1353/lag.2014.0036>.

PEREIRA, Edithe, BARRETO, Cristiana, RAPP PY-DANIEL, Anne, MORAES, Claide de Paula, ARENZ, Karl, NASCIMENTO, Hannah. Monte Alegre: uma história de longa duração. **Arqueologia nas Escolas: Histórias da Amazônia**. Belém, MPEG, 2018. 62 fls.

RAPP PY-DANIEL, Anne *et al.* Uma Santarém mais antiga sob o olhar da arqueologia. **Arqueologia nas Escolas: Histórias da Amazônia**. Belém, MPEG, 2018. 57 fls.

FURQUIM, Laura. A floresta é um livro aberto. In: BRITOS, Anai G. Vera, CHIZZOLINI, Bianca Barbosa, PITOMBO, Rafaela Coelho de Moraes (Orgs.). **Verdejar ante a ruína: escritos para cultivar novos mundos**. São Paulo: Anai Graciela Vera Britos, 2021. PDF

FURQUIM, Laura; WATLING, Jennifer; SHOCK, Myrtle; NEVES, Eduardo. G. O testemunho da arqueologia sobre a biodiversidade, o manejo florestal e o uso do fogo nos últimos 14.000 anos de história indígena. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, MAGALHÃES, Sonia Barbosa, ADA, Cristina (Orgs.). **Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. Eduardo G. Neves, coordenador da seção 6. – São Paulo: SBPC, 2021. 85 p.

HECKENBERGER, Michel J.; PETERSEN, James B.; NEVES, Eduardo G. (1999). Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. **Latin American Antiquity**, v. 10, n. 4, p. 353- 376.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características gerais dos indígenas no resultado do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. Censo Demográfico 2022. **Indígenas primeiros resultados do universo indígena**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEVIS, Carolina *et al.* Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. **Science**, v. 355, n. 6328, p. 925-931.

LIMA, Anderson Márcio Amaral. A Ecologia de Assentamentos, Interações Sociais Ameríndias e o Contexto Geográfico dos Muiraquitãs no Baixo Amazonas. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL) v.15, n. 30, p.121-141, 2018.

LOUREIRO DIAS, Camila, BOMBARDI, Fernanda A., COSTA, Eliardo G. da. Dimensão da População Indígena Incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: Uma Ordem de Grandeza. **Revista de História** (DH, FFLECH, USP. (São Paulo), n.179, a08619, 2020.

NEVES, Eduardo Góes. A Cidade de Todos os Tempos. **National Geographic Brasil**, São Paulo, Brasil, 23 nov. 2015.

MORAES, Claide de Paula. **Amazônia ano 1000**: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais. Tese de doutorado, São Paulo, MAE/USP 2013.

MORAES, Claide de P., LIMA, Anderson Márcio Amaral, SANTOS, Rogério Andrade dos. Os Artesãos das Amazonas: a diversidade da indústria lítica dos Tapajó e o

Muiraquitã. In: ROSTAIN, Stephen (org.). **Actas 3er del Encuentro Internacional de Arqueología Amazonica**. 2013.

RAPP PY-DANIEL, Anne, ARENZ. Karl, MORAES, Claide P, CAMPOS, Vitória.S., CRIADO, Maurício R. (2017) **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**. Belém: MPEG.

RODRIGUES, Igor M. Mariano; COSTA, Rodrigo L.; SILVA, Fabíola A. Perspectivas arqueológicas e etnográficas sobre tecnologias perecíveis: uma introdução. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 3, p. 3-14, 2021.

RODRIGUES, Igor M. Mariano. **Tramas da Tecnologia**: etnoarqueologia da variabilidade dos trançados dos povos do Mapuera. 565f. Dissertação (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SCHAAN, Denise P ; ALVES, Daiane T. (Org.) . Um Porto, muitas Histórias. Arqueologia no Porto de Santarém. 1. ed. Belem: Supercores, 2015. v. 1. 161p .

WAI WAI, Cooni, JÁCOME, Camila Pereira. A cerâmica waiwai: transformações e continuidades. **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**, v. 37, p. 204-229, 2021.

WAI WAI, Jaime Xamen. **Etnografia e História das Aldeias Antigas do Rio Kikwo, Pará, Brasil**. 137f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

WATLING, Jenn, *et al*. Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production center. **PLOS ONE**, v. 13. DOI: 10.1371/journal.pone.0199868. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199868>. Acesso em: 6 set. 2020.

A faint, stylized illustration in the background shows a person from behind, wearing a necklace and having antlers on their head. Several colorful birds are perched on the antlers and around the person's head.

| SAMBAQUIS SÃO UM MONTE DE COISAS

*Beatriz Ramos da Costa
Graciele Tules Almeida
Bruna Cataneo Zamparetti*

Em vários lugares do mundo, como África, América do Norte, Europa, Japão, Ilhas da Oceania, além das Américas existem montes artificiais de conchas que foram construídos por seres humanos do passado, ou que foram conformados como montículos pelos rejeitos de alguma população. Eles também são arqueológicos, e suas idades variam entre 100 mil anos de idade, na costa da África do Sul, a 300 anos no Senegal, na costa oeste do continente africano.

O termo sambaqui se estabeleceu na primeira metade do século XX, em oposição ao conceito de concheiros naturais que são formados por colônias de bivalves em uma determinada profundidade de lâmina de água salgada e que morreram em massa por ocasião das variações do nível do mar, tanto de descida como de subida, ocorrida ao longo do largo tempo geológico. Os cientistas dos anos 1900 debatiam a questão de existir concheiros que não fossem naturais, resultantes da morte de inúmeros bivalves cujas carcaças permaneciam acumuladas no local em que viveram, mas sim artificiais e resultantes atividades humanas que deslocaram elementos diversos de seus locais naturais.

Por meio de pesquisas de campo em alguns exemplares de concheiros naturais e artificiais, se esclareceu a existência dos dois tipos. Atualmente, o termo sambaqui virou praticamente um sinônimo de concheiro artificial. Entretanto, há grandes diferenças culturais, temporais e sociais entre os povos que construíram concheiros nas

várias regiões do mundo. Pesquisas dos século XXI têm avançado no sentido de compreender as diferenças, semelhanças e possíveis conexões entre os diferentes construtores de concheiros localizados na própria América do Sul, por exemplo.

Os povos indígenas construtores dos sambaquis costeiros habitaram a baixada do litoral atlântico desde o norte do Espírito Santo do Brasil até o norte do estado do Rio Grande do Sul. São conhecidos mais de 900 desses morros artificiais ao longo da costa brasileira. Vamos observar as alterações que os povos construtores de sambaquis realizaram na paisagem, as possíveis origens desses povos, a interrupção da construção de sambaquis, os tipos de peças arqueológicas que são relacionadas a estes povos e questões sociais como gênero e estrutura social. O ambiente marinho é um nicho ambiental que possui abundantes recursos importantes para a sobrevivência humana. Entretanto, em todo o mundo os registros arqueológicos mais antigos estão localizados em zonas de planalto e relacionados à exploração de recursos terrestres ou de origem continental, como flora e fauna de rios e corpos d'água doce.

Aqui na América do Sul os registros mais antigos da presença humana também estão no planalto. O complexo arqueológico da Serra da Capivara, no sul do Piauí, e o da Cidade de Pedra, no município de Santa Elina, em Mato Grosso, alcançam 40 mil anos de idade.

Na baixada litorânea da costa atlântica, o sítio arqueológico com a datação mais antiga registrada até o momento é o Estaleiro 1EC, com 10.600 anos de idade. Localizado no município de São Francisco do Sul, no Norte de Santa Catarina, o Estaleiro 1EC corresponde à ocupação de um povo indígena que, apesar de percorrer a baixada litorânea, explorava recursos terrestres e continentais, não marinhos.

Neste texto vamos observar as alterações que os povos construtores de sambaquis realizaram na paisagem, as possíveis origens desses povos, a interrupção da construção de sambaquis, os tipos de peças arqueológicas que são relacionadas a estes povos e questões sociais como gênero e estrutura social.

■ SAMBAQUIS E ALTERAÇÃO DA PAISAGEM

Construídos sobre diferentes superfícies, os sambaquis têm alturas e formas distintas umas das outras. Alguns são pequenos, com cerca de 50 cm de altura, e 4 metros de diâmetro, outros têm até 26 metros de altura e mais de 200 metros de diâmetro. Tais morros artificiais são construídos por meio da sobreposição de diversos elementos, em especial conchas e resíduos de festins funerários. Os sambaquis também podem conter muitos sepultamentos.

Figura 49: Sambaqui Garopaba do Sul I – Jaguaruna/SC, construído sobre elevação de dunas.



Crédito: Foto Acervo Grupep-Arqueologia Unisul, 2012.

Figura 50: Sambaqui Cubatão I – Joinville/SC, construído sobre terrenos arenosos relativamente plano.

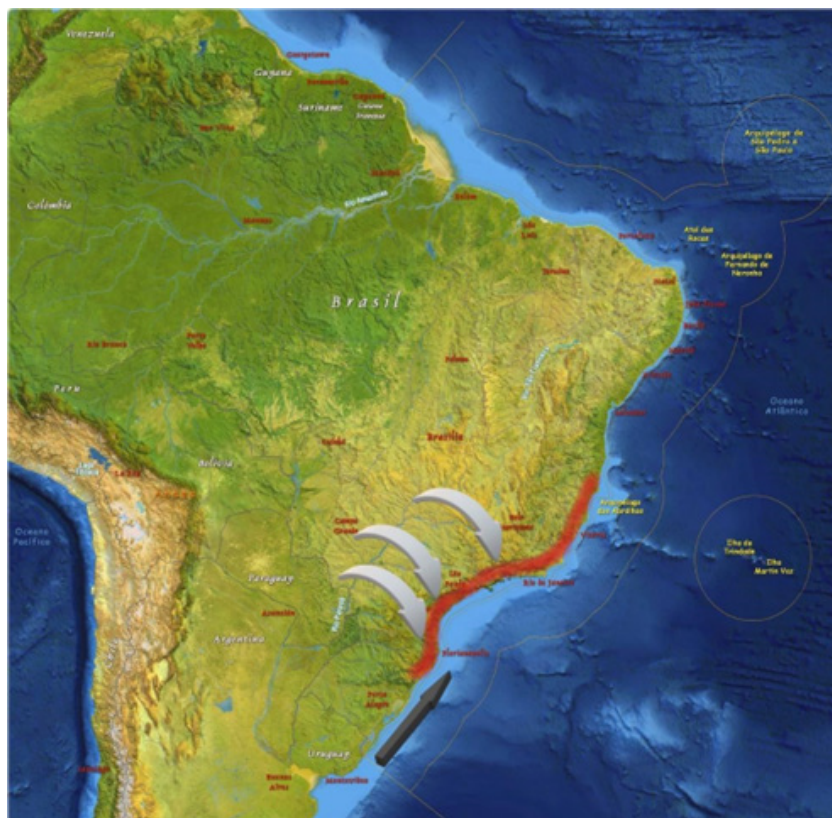


Crédito: Foto Acervo Acervo MAS].

Há duas grandes correntes de hipóteses sobre a origem geográfica dos construtores de sambaquis. Uma entende que as sociedades sambaquianas já estavam plenamente adaptadas ao ambiente marítimo e, portanto, seriam populações que migraram de outras zonas também litorâneas. Os registros desse movimento teriam sido destruídos pela subida do nível do mar ou submersos.

Outra corrente sugere que uma população indígena “continental” se estabeleceu na região e se adaptou ao ambiente marinho. Algumas pesquisas defendem que esses povos chegaram à região em um ou mais fluxos populacionais provenientes do interior do continente (setas brancas no mapa) e que acessaram a baixada costeira pelas serras da região de Cananéia, no sul de São Paulo ou pelo Vale do Itajaí, no norte de Santa Catarina. Outras cogitam uma possível chegada de grupos caçadores pela zona da plataforma continental hoje submersa (setas pretas no mapa). Entretanto não há dados consistentes, com mais de 8.000 anos de idade, que confirmem esta proposta.

Figura 51: Hipóteses sobre a origem dos povos construtores de Sambaquis.



Fonte: Alterado pelas autoras a partir de Guia Geográfico - Mapas do Brasil.
Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/imagem-brasil.htm>.

Como se trata de um modo de viver que perdurou por, pelo menos, oito milênios, é difícil estabelecer o momento em que os povos indígenas do litoral deixaram de se identificar entre si. O fato é que sambaquis, como monumentos funerários, deixaram de ser construídos por volta de pouco mais de mil anos atrás. Mais uma vez, há diferentes hipóteses para este fenômeno, que envolvem o processo de desestruturação ou remodelamento da sociedade sambaquieira, marcado por eventos ambientais e culturais.

Entre os eventos ambientais destaca-se a alteração na salinidade dos corpos d'água, devido a mudanças no nível relativo do mar durante o Holoceno e o impacto dessa alteração sobre os bancos de moluscos. Outro elemento ambiental é a possibilidade de que a coleta exploratória de moluscos levou à exaustão deste recurso. Tal

possibilidade pode ser observada arqueologicamente na diminuição no tamanho médio das valvas dos moluscos coletados e depositados nos sambaquis ao longo do tempo.

Em relação aos eventos culturais, destacam-se duas vertentes de investigação, uma que envolve o contato com outros povos do interior (Jê), outra que foca na alteração da própria sociedade sambaquiana, ao longo do tempo, devido a atividades como o manejo da vegetação. Estas vertentes comumente estão associadas, como veremos a seguir.

O contato dos povos construtores de sambaquis com indígenas do planalto teria se dado por meio da migração a partir do interior do território. Os grupos interioranos, mais exatamente aqueles vinculados ao tronco linguístico Macro-Jê, em seu processo de expansão territorial, tiveram contato com os indígenas sambaquianos no litoral, estabelecendo a completa desestruturação do seu modo de vida. Este processo pode, inclusive, ter ocorrido de forma belicosa.

A presença dos povos Jê no litoral pode ser percebida a partir dos locais de assentamento, onde um conjunto cerâmico característico é encontrado em sítios costeiros, principalmente nas camadas que ficam apenas um pouco abaixo da superfície dos sambaquis. Este material é caracterizado principalmente pela superfície alisada e paredes pouco espessas, em vasilhas predominantemente de médio e pequeno porte.

Por outro lado, alguns estudos têm demonstrado que pode não haver apenas diferenças entre as camadas mais antigas dos sambaquis e as mais recentes, que contam com a presença de cerâmica. Destacam-se estudos que apontam a continuidade da genética humana e do compartilhamento de outros elementos da cultura material entre os povos pescadores do litoral e construtores dos sambaquis, e os indígenas até então habitantes do planalto.

Também há estudos que investigam a importância de produtos de origem vegetal, com a possibilidade de manejo de plantas. A atividade de manejo é distinta da que gera domesticação das espécies vegetais por não causar dependência da ação humana para a reprodução, mas também é responsável pela alteração da paisagem e da composição florística de um bioma.

Alguns desses aspectos relacionados ao manejo de plantas poderiam estar relacionados a outro evento, ocorrido em um momento ao final do período de construção dos sambaquis, quando da migração para

o litoral de populações Guarani. Em torno de mil anos atrás teria sido estabelecido o contato entre Guaranis e os descendentes do encontro entre sambaquieiros (pescadores do litoral) e os povos Jê (horticultores do planalto).

CULTURA MATERIAL E SOCIEDADE DOS POVOS CONSTRUTORES DE SAMBAQUIS

Os materiais encontrados nos sambaquis denotam a intrínseca relação dos povos sambaquieiros com a exploração do ambiente aquático. O conjunto artefactual orgânico é composto por materiais diversos, como fibras, pontas e anzóis ósseos, dentes de animais. O material lítico confeccionado por polimento e abrasão é relacionado, sobretudo, ao processamento de sementes e materiais vegetais como lâminas de machado, enxós, bastões, mãos-de-pilão, amoladores, polidores e quebra-coquinhos. Já o material lítico confeccionado por lascamento, como as lascas de quartzo, ainda não tiveram sua funcionalidade determinada, mas se presta a cortar e raspar uma diversidade de elementos. Também são encontrados adornos confeccionados com conchas e dentes de animais, e esculturas elaboradas a partir de material rochoso e ósseo, como os zoólitos e zoósteos.

Figura 52: Lâminas de machado em rocha.



Crédito: Foto Acervo MASJ.

Figura 53: Em sentido horário: Pontas de artefatos em osso de fauna, anzol em osso de fauna, dentes de fauna.



Crédito: Fotos do Acervo MASJ.

As esculturas denominadas zoólitos foram encontradas em diversos sambaquis ao longo de todo o litoral sul do país. Se destacam por sua beleza e técnica de elaboração, sendo confeccionadas em rochas diversas, mas principalmente basalto. Elas representam, em sua maioria, a fauna local, como peixes, jacaré, golfinhos, aves, tatus, baleia, entre outros. Os zoósteos, por sua vez, são esculturas confeccionadas em ossos de animais, principalmente de baleia, também com representações da fauna local.

Os sepultamentos de sambaquieiros frequentemente são acompanhados de tralha mortuária e restos do festim fúnebre, compostos geralmente por restos faunísticos e alimentares. Os processos fúnebres iniciavam com a abertura da cova, podendo ser preparada com o arranjo de conchas, areia e argila, onde seriam depositados os corpos. Cada cova poderia comportar um ou mais indivíduos. A cova era coberta por outra camada de conchas, prosseguindo com a construção dos sambaquis. Alguns indivíduos foram enterrados com utensílios, corantes e adornos, enquanto outros não apresentaram tralha mortuária, indicando possivelmente diferenciação e

hierarquização social, como também, a estreita vinculação com a individualidade dos mortos. Quando se observa o perfil estratigráfico de um sambaqui, a ocorrência de restos alimentares e de demarcação por estacas indicam a realização de ritual funerário.

Figura 54: Exemplos de zoólitos.



Crédito: Fotos do Acervo MASJ

A implantação dos sambaquis na paisagem apresenta-se estrategicamente articulada para o aproveitamento de ambientes aquáticos, instalados nos diferentes compartimentos da planície costeira, como as margens de lagoas, lagunas, canais, ilhas e rios, locais propícios para a exploração da fauna marinha, lacustre e

manguezais, abundante nessas feições ambientais. Geralmente, os sambaquis estão organizados em conjuntos de sítios, sugerindo questões relacionadas ao controle e domínio do território.

Ao longo de todo o litoral catarinense se produziu uma série de datações que demonstram a profundidade temporal da ocupação e aspectos de sedentarização relacionados aos sítios, influenciada pelo contínuo rebaixamento do nível relativo do mar a partir de 5100 atrás. Ao mesmo tempo, a ocupação da faixa costeira apresenta especificidades em diferentes aspectos, relacionados à diversidade morfológica e aos materiais e locais para implantação, para os diferentes compartimentos do litoral Centro, Norte e Sul catarinense.

Entretanto, mesmo com o avanço das pesquisas em diferentes frentes, produzindo dados e interpretações sobre esses povos, ainda há várias questões e aspectos sobre sua organização social que não foram esclarecidos e que são importantes para a compreensão de seu modo de vida. Entre esses aspectos podemos apontar a presença ou não de processos de hierarquização e heterogeneidade, diferenciação e gênero, usos e concepções rituais, redes de relações que conectavam comunidades pescadoras distintas por meio das pessoas, palavras, objetos, alimentos e recursos, formando intercâmbios regionais e interdependência entre coletivos altamente especializados.

Há pesquisadoras/es que sugerem que apenas uma sociedade altamente hierarquizada seria capaz de mobilizar a energia do grupo para erigir os grandes monumentos funerários, interpretando-os como arranha-céus do passado. A intenção na construção das edificações seria justamente elevar-se em relação à área circundante, colocando-se em um nível superior física e metaforicamente .

Por outro lado, há pesquisadoras/es que sugerem justamente que um caráter mais igualitário da sociedade é o que mobilizaria o grupo a realizar as tarefas relacionadas à construção dos grandes morros artificiais. A igualdade seria demonstrada pela pouca diferenciação entre os corpos masculinos e femininos sepultados e a presença de enterramentos com tralha funerária com diferentes graus de elaboração no mesmo espaço fúnebre.

Buscando verificar indicadores de diferenciação social e gênero, foram analisados esqueletos e acompanhamentos funerários presentes no sambaqui Corondó (São Pedro D'Aldeia, Rio de Janeiro). As

pesquisas confirmaram a presença de indivíduos, tanto jovens quanto adultos, com diferentes conjuntos de tralhas mortuárias, além de elementos que sugerem um aumento da quantidade e elaboração dos acompanhamentos femininos ao longo do tempo, o que pode sugerir diferenças em prestígio e papéis sociais.

Os primeiros trabalhos no Brasil que se debruçaram sobre o tema do gênero tinham como premissa o dimorfismo sexual e a correlação binária de sexo (masculino/feminino) e gênero (homem/mulher). Só recentemente essas noções vêm sendo questionadas, num processo preambular, de desaprendizagem dessas concepções ocidentais. Dessa forma, os resultados dos estudos que, até o momento, apontam considerável igualdade de papéis sociais de homens e mulheres entre os povos construtores de sambaquis, poderão vir a ser importantes em futuras pesquisas sobre gênero e sexualidade em contextos indígenas muito antigos.

■ REFLEXÕES FINAIS

Neste texto apresentamos algumas informações sobre os sambaquis, tipo de ocupação indígena antiga encontrada em quase todo o litoral brasileiro. Trata-se de espaços que fazem referência a esta terra antes da colonização europeia. Por meio do estudo da cultura material encontrada nos sambaquis podemos conhecer um tanto dos grupos humanos que aqui viveram, bem como os ambientes com que essas populações se relacionavam, percebendo inclusive mudanças ambientais, sejam essas em decorrência de causas naturais ou antrópicas. Vimos também a composição dos sambaquis, destacando a diferença de tamanho e uso existentes.

Nos sambaquis é possível encontrar uma diversidade de artefatos, em sua maioria relacionados à exploração do ambiente aquático. O conjunto artefactual é composto por materiais orgânicos diversos, como fibras, pontas e anzóis ósseos, dentes de animais, bem como materiais líticos como lâminas de machados, eixos, mão-de-pilão e pilão, entre outros. Outro artefato que se destaca são as esculturas de animais feitas em material lítico (zoólito) ou em osso (zoósteos).

Alguns dos artefatos mencionados foram encontrados como parte da tralha funerária dos sepultamentos evidenciados nesses espaços. Os sepultamentos humanos possuem diferenças quanto à

posição e aos festins funerários, o que poderia nos indicar estratigrafia social ou mesmo expressar relações de gênero. Todavia até o presente momento, a cultura material encontrada e as pesquisas realizadas não evidenciam diferenciações como essas.

Os sambaquis compõem o nosso rico e diverso patrimônio cultural, sendo espaços de memória de uma história indígena de longa duração do território brasileiro. Pesquisar e difundir o conhecimento produzido acerca desses espaços contribui para a valorização e reconhecimento desse passado.

Os sambaquis, como outros sítios arqueológicos, são protegidos na esfera federal pela Lei nº 3.924/61, bem como cadastrados e preservados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional – Iphan. Todavia, apenas dispositivos legais não são suficientes para a proteção desse legado. Acreditamos que o uso dos sítios para fins didáticos, por meio de visitas guiadas, produção de conteúdo educativo, ações educativas junto às escolas e comunidade, abertura de espaços de escuta com as comunidades circunvizinhas, seja um caminho longo, mas efetivo para a preservação. Os sambaquis são um amontoado de “coisas” que nos ajudam a entender a sociedade sambaquiana. Dentre essas tantas coisas, eles são parte da nossa história.

Referências

BECK, Anamaria. **A variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral de Santa Catarina**. 1972. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BONOMO, M., et al., A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and litoral zone or southern Brazil. In: **Quaternary International**, 2014. Pp. 11 - 13. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>.

BROCHIER, Laércio L. **Controles geoarqueológicos e modelos morfoestratigráficos: implicações para o estudo das ocupações pré-históricas na costa sul-sudeste do Brasil**. 2009.130f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação e Arqueologia; Universidade de São Paulo, São Paulo.

CALIPPO, Flávio. R. **Sociedade sambaqueira, comunidades marítimas**. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação e Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEBLASIS, Paulo, *et al.* Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e Arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Revista Arqueología Suramericana**, n. 3, p. 29-61, 2007.

ESCÓRCIO, Eliana; GASPAR, Maria Dulce. Indicadores de diferenciação social e de gênero dos pescadores-coletores que ocuparam a Região dos Lagos – RJ. Cadernos do LEPAARQ. **Textos de Antropologia, Arqueologia e Etnologia**, n. 3, p. 47-65, 2005.

FURQUIM, Laura; JÁCOME, Camila P. Teorias de gênero e feminismos na Arqueologia Brasileira: do dimorfismo sexual à primavera queer. *Revista de Arqueologia Pública*, v.1, n. 13, 2019.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaquis**: arqueologia do litoral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GASPAR, Maria Dulce HEILBORN, Maria Luisa; ESCÓRCIO, Eliana. **A sociedade sambaqueira vista através de sexo e gênero**. R. Museu Arq. Etn., São Paulo, n. 21, p. 17-30, 2011.

KLOKLER, Daniela Magalhães. **Construindo ou deixando um sambaqui?** Análise de sedimentos de um sambaqui do litoral meridional brasileiro: processos formativos, região de Laguna, SC. 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação e Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo.

KLOKLER, Daniela. Magalhães. **Food for Body and Soul**: Mortuary ritual in shell mounds (Laguna-Brazil). 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação e Antropologia, Universidade do Arizona (Tucson -EUA).

LESSA, Andrea, SCHERER, Luciane Z. O outro lado do paraíso: novos dados e reflexões sobre violência entre pescadores-coletores pré-coloniais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v.18, p. 89-100, 2008.

LIMA, Tania Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 44, p. 270-327, 2000.

OKUMURA, Mercedes. **Diversidade morfológica craniana, micro--evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira**. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação e Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

OPITZ, Gabriela. **Coisas que mudam**: os processos de mudança nos sítios conchíferos catarinenses e um olhar isotópico sobre o caso do sítio Armação do Sul, Florianópolis/SC. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação e Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo.

PEZO-LANFRANCO, Luis, *et al.* Middle Holocene plant cultivation on the Atlantic Forest coast of Brazil. **Royal Society Open Science**, v. 5, n. 9, 2018.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, p. 210-234, 2017.

TENÓRIO, Maria Cristina. Identidade cultural e origem dos sambaquis. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, MAE/USP, São Paulo, v. 14, p. 169-178, 2004.

VILLAGRÁN, Ximena. O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisão da arqueologia da costa sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica Jê. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 23, p.: 139-154, 2013.

WESOLOWSKI, Verônica. **Cáries, desgaste, cálculos dentários e micro-resíduos da dieta entre grupos pré-historiadores do litoral norte de Santa Catarina: é possível comer amido e não ter cárie?** Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2007

A background illustration in a muted, earthy color palette. It depicts a person from the back, wearing a headpiece with large antlers. Several birds are perched on the antlers and around the person's head. The overall style is artistic and somewhat ethereal.

A CONSTRUÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA E OS USOS DO PASSADO

Michelle Borges Pedroso

Quando começamos a estudar a Grécia antiga precisamos ter em mente que a “Grécia antiga”, a “Antiguidade”, o “clássico”, o “mundo antigo” e tantos outros conceitos associados a esse passado grego foram criados em contextos específicos. Ao longo do tempo, o período da história grega que hoje chamamos de “Grécia antiga” foi sendo construído e se tornando parte das narrativas históricas europeias ocidentais. A visão sobre as populações gregas nem sempre foi a mesma, ela foi se transformando e se adaptando até se cristalizar na imagem da Grécia antiga que conhecemos e aprendemos na escola.

Os primeiros estudos que os europeus fizeram sobre a Grécia antiga mostravam que, há muitos e muitos anos, diversas populações estiveram em contato no mar Mediterrâneo. Com o passar do tempo, essas populações antigas se relacionaram (às vezes de forma pacífica, às vezes de forma conflituosa) e se transformaram de diferentes modos. Quando estudamos mais profundamente alguns aspectos das artes, religiões e línguas das populações dessas regiões, encontramos indícios dessas antigas interações.

Os povos gregos (assim como vários outros povos) vivenciaram mudanças sociais, culturais, políticas etc., a partir das relações com outros grupos que estavam ao seu redor. Sabemos que as populações mediterrâneas não viveram isoladas.

Mas a imagem que temos sobre as pessoas da Grécia antiga é um pouco diferente. Nós aprendemos que os gregos começaram o mundo civilizado e que os europeus foram os seus sucessores. A filosofia, a política, as artes e muitas outras coisas teriam nascido pelas mãos dos homens gregos e continuado se desenvolvendo pelas mãos dos homens europeus. A história grega contada pelos europeus quase sempre apresenta a Grécia antiga como um mundo masculino e branco a partir do qual teriam surgido as culturas europeias ocidentais.

Apesar de nós não estarmos no Ocidente, por causa da colonização europeia, os nossos sistemas de ensino e as nossas formas de pensar foram moldadas por essas narrativas europeias.

QUANDO ESSA IMAGEM DA GRÉCIA ANTIGA SURTIU?

A imagem da Grécia antiga como conhecemos e aprendemos surgiu na Europa Ocidental, por volta dos séculos XVIII e XIX, quando os europeus começaram a recontar a própria história e a intensificar a exploração das populações e dos territórios americanos e africanos.

Durante o século XIX, com o fortalecimento da dominação europeia sobre as Américas e as Áfricas e com o crescimento dos discursos racistas e colonizadores, iniciaram os processos de negação e de apagamento das contribuições deixadas por outros povos na cultura grega. O objetivo era mostrar que as origens europeias estavam relacionadas a uma cultura pura e poderosa, e que os europeus não tinham ligações com outras populações vistas como inferiores. Eles se apresentavam como superiores às demais populações (assim como a seus antepassados gregos) e assumiam que deveriam levar a civilização e o progresso a outras partes do mundo.

COMO ERA A IMAGEM DA GRÉCIA ANTIGA ANTES?

Até mais ou menos o século XVIII, os estudos sobre a Grécia antiga e o Mediterrâneo falavam sobre as relações e conexões entre

os diferentes povos mediterrâneos. Eles mostravam elementos da cultura grega que estavam associados às interações com outros povos. Esses trabalhos descrevem, por exemplo, que a introdução de elementos como o alfabeto estava relacionada aos contatos das populações gregas locais com povos vindos de outros lugares. Assim, o alfabeto estava relacionado às populações fenícias e assim por diante.

De acordo com esses estudos, a cultura grega foi formada por múltiplas interações e trocas que aconteceram ao longo do tempo entre as diferentes culturas das populações locais e de outras partes do mar Mediterrâneo. Apesar das várias evidências das contribuições e das trocas durante a formação da cultura grega, uma versão da história que mostrava os gregos como superiores e criadores de uma cultura pura começou a ser escrita e ensinada.

■ OS USOS DO PASSADO MATERIAL GREGO

Por volta do século XVIII e XIX, com o surgimento dos Estados-nações europeus (ou países europeus), tem início um processo de construção das histórias dessas sociedades, de investigação do passado e das origens dos povos europeus. As reflexões, teorias e estudos do período apontavam que a história da Europa Ocidental começava na Grécia antiga.

Influenciados pelos pensamentos racistas e colonialistas do período, alguns estudiosos passaram a negar e apagar as contribuições de outros povos na cultura grega para mostrar que as origens europeias estavam conectadas a uma cultura superior e pura, e que não tinham relações com populações inferiores. Mas eram os próprios europeus que diziam quais populações eram superiores ou inferiores, pois o nível de desenvolvimento da humanidade era medido pelas comparações e definições que eles mesmos faziam acerca de cultura, progresso, civilização etc. Em comparação com outros povos antigos, os gregos eram vistos como superiores, como responsáveis pela elaboração de pensamentos complexos, de organizações políticas avançadas, de formas de arte sofisticadas e grandiosas e de muitas outras coisas. Para os homens europeus, no passado os homens gregos haviam dominado a região e as populações do mar Mediterrâneo.

Durante o século XIX, os materiais arqueológicos foram usados para explicar a ancestralidade europeia grega e para criar as conexões entre os gregos antigos e os europeus. A partir de interpretações de textos antigos e objetos antigos, os europeus construíram pensamentos políticos, filosóficos, artísticos etc. e passaram a se afirmar como herdeiros e sucessores desse passado grego. A explicação para a superioridade europeia resultava da seguinte lógica: se no passado os gregos eram politicamente, artisticamente e culturalmente superiores, logo os europeus ocidentais (seus descendentes) também eram superiores.

No século XIX, esse discurso de superioridade europeia justificava a dominação das sociedades africanas e americanas que eram classificadas como primitivas e inferiores. Os discursos racistas do período foram apoiados em ideias de superioridade racial, intelectual, cultural, política e econômica para os europeus diminuïrem as populações que estavam escravizando e exterminando em outros continentes.

■ A MUDANÇA NAS PERSPECTIVAS

A partir da segunda metade do século XX, os movimentos políticos e sociais têm impactado cada vez mais as sociedades e os estudos dentro das universidades. Diferentes grupos começaram a questionar a história protagonizada por homens brancos e europeus e a reivindicar seus lugares na história.

As críticas desses grupos mostravam que os discursos europeus dominavam todas as esferas da sociedade (política, religiosa, artística, científica etc.). Nas universidades, grande parte dos estudos eram feitos a partir de perspectivas europeias e desvalorizavam outras culturas. Os homens europeus viam muitas pessoas e populações como objetos de estudo e não como indivíduos e protagonistas das próprias histórias.

A partir desse período, as narrativas começaram a se multiplicar e os estudos ganharam novas vozes e novos rostos. Essas novas pessoas passaram a contar as suas histórias. Elas também começaram a estudar as histórias do seu povo, de outros povos e de outros indivíduos. Esses novos estudos buscaram incluir e valorizar diferentes indivíduos, culturas e saberes. Através deles nós passamos a conhecer as diversas histórias de mulheres negras, indígenas e

brancas, de homens negros e de tantas outras pessoas que haviam sido apagadas e inferiorizadas pelos discursos europeus.

■ AS CORES DA GRÉCIA ANTIGA

As ilustrações da Grécia antiga quase sempre apresentam um mundo sem cores, mas apesar de estarmos acostumados com essas imagens de templos e esculturas completamente brancas, hoje nós sabemos que elas não eram assim.

As pesquisas arqueológicas mostram que originalmente as esculturas gregas eram coloridas. Elas eram pintadas com várias cores, mas com o passar do tempo (muitas vezes por causa da ação da natureza) essa coloração foi desaparecendo.

Figura 55: Templo da deusa Atena, conhecido como Partenon, na acrópole de Atenas, Grécia. O templo foi completado entre os anos 447 e 432 a.C. Na imagem, a reconstituição digital de suas cores originais.



Crédito: Jordi Payà from Barcelona, Catalonia, CC BY-SA 2.0.
Fonte: Wikipédia Commons

Desde as escavações na Grécia, no século XVIII, as evidências arqueológicas já mostravam traços de pinturas nas esculturas em mármore. Naquela época os estudiosos chegaram a interpretações diferentes e a existência das cores foi ignorada. A ideia de que as esculturas eram brancas prevaleceu e continuou viva por muito tempo. Com o passar das décadas, a existência das cores nas esculturas gregas gerou debates entre as pesquisadoras e os pesquisadores, e muitas evidências que surgiram foram ignoradas para preservar a imagem de que o mundo grego era branco.

Em 1980, novas técnicas e testes científicos foram criados e usados para estudar as cores das esculturas antigas. A partir do projeto de pesquisa do arqueólogo Vinzenz Brinkmann e da arqueóloga Ulrike Koch-Brinkmann o mundo grego passou a ser visto em cores. O projeto resultou em uma exposição (“Deuses em Cor”) com réplicas coloridas que mostram ao público como essas esculturas teriam sido no passado. Após anos de pesquisas, hoje nós sabemos que tanto as esculturas feitas em mármore quanto as esculturas feitas em bronze eram coloridas. De acordo com algumas interpretações, a pintura era usada para tornar as figuras mais vivas e para tornar as personagens e os detalhes mais visíveis.



Figura 56: Réplica de estátua de Artemis com suas cores originais. Museu Ashmolean, Universidade de Oxford, Inglaterra.

Crédito: © Enrique Íñiguez Rodríguez (CC-BY-SA).
Fonte: Wikipédia Commons

O uso das cores era uma tradição presente em várias populações antigas do mar Mediterrâneo, a existência dessas esculturas gregas coloridas exemplifica essas trocas e diálogos culturais que aconteceram nesta região. Alguns povos, como os egípcios, possuem muitos exemplos de esculturas e arquiteturas coloridas. Assim, os gregos teriam se inspirado nas artes dessas outras populações para a criação das suas artes iniciais.

■ AS ESCULTURAS GREGAS E A BELEZA PADRÃO

Ao longo dos séculos, as esculturas gregas foram importantes para a construção dos pensamentos artísticos e estéticos europeus. A ausência de cores foi um elemento fundamental, pois era considerada como demonstração da sofisticação e da superioridade do espírito artístico grego.

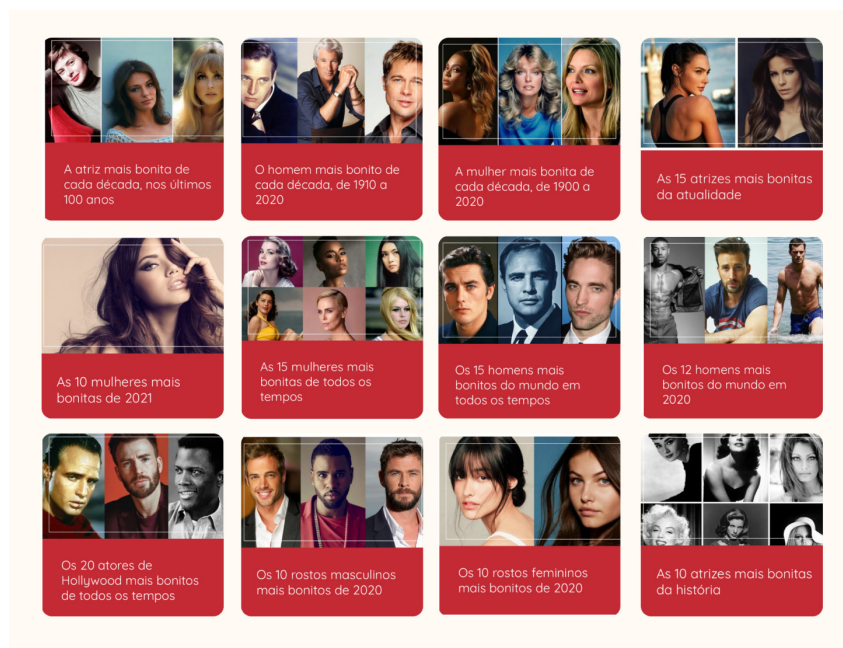
A cor branca dos mármore e as formas dos rostos e corpos das esculturas gregas e romanas inspiraram artistas e movimentos artísticos. Elas também serviram de base para o estabelecimento dos padrões de beleza europeus.

Os europeus dos séculos XVII, XVIII e XIX valorizavam a brancura da pele e as características faciais e físicas que, para eles, representavam as pessoas gregas e romanas do passado. Muitas populações que não se encaixavam nesse ideal de beleza foram diminuídas e classificadas de formas negativas.

A colonização europeia introduziu e enraizou esses pensamentos e valores estéticos em várias populações. Eles moldaram o gosto, a mentalidade e as relações das pessoas. Apesar das mudanças e transformações políticas, sociais e culturais, muitos desses padrões de beleza europeus ainda permanecem ativos e fortes em diversas sociedades.

No Brasil, por exemplo, a permanência dessa estética europeia branca pode ser observada de diferentes formas: na desvalorização de características e de pessoas que não se assemelham ao ideal de beleza europeu; nos comentários racistas e pejorativos sobre a aparência de pessoas negras; na pouca representatividade de rostos e corpos não-brancos no cinema, televisão, propagandas, revistas etc.

Figura 57: Quantas pessoas negras aparecem entre as pessoas bonitas do ano, da década ou de toda a história? Qual é o tipo de beleza que vemos repetidamente ao longo do tempo? Na imagem vemos alguns exemplos dessas listas disponíveis na internet com classificações da beleza de mulheres e homens.



Fonte: Revista Bula, manchetes de matérias/reprodução da internet.

■ COMO OS GREGOS SE VIAM?

Alguns estudos mostram que nos textos antigos os gregos não eram descritos como brancos. Para as pesquisadoras e os pesquisadores, não existia no vocabulário grego uma palavra regular para caracterizarem a própria cor. Assim como, também não existiam conceitos como ‘raça’ ou expressões como ‘raça branca’ dentro do pensamento grego.

O conceito de ‘raça’, usado para a classificação da humanidade pelas características físicas (principalmente pela cor da pele), é um conceito moderno e não foi inventado até o século XVIII. Da mesma forma, a ideia de que os europeus ocidentais formavam uma única ‘raça branca’ também é moderna e foi desenvolvida aos poucos até se cristalizar no século XIX.

De acordo com o Dicionário de Inglês Oxford, os primeiros exemplos do uso dos termos ‘raça branca’ ou ‘povo branco’ na língua inglesa aparecem depois de 1600, quando os europeus estavam envolvidos na colonização e no tráfico de pessoas africanas escravizadas. Isso parece acontecer também em outras línguas europeias.

OS VASOS ÁTICOS E AS REPRESENTAÇÕES DE OUTRAS POPULAÇÕES

Os vasos áticos são vasos em argila que foram produzidos nas oficinas de Atenas. Eles são uma fonte importante para os estudos de aspectos da sociedade, da cultura, da mitologia, da arte etc. Neles encontramos uma variedade de decorações e de representações com diferentes personagens (gregas, não-gregas, mitológicas, reais) que fizeram parte das histórias gregas ao longo dos séculos.

Entre essas diversas personagens encontramos figuras que podem ser associadas às populações africanas. A presença dessas personagens indica que essas populações estiveram presentes no mundo grego e fizeram parte das narrativas e das mitologias gregas.

Alguns exemplos dessas representações podem ser vistos nos vasos áticos em forma de cabeça. Esses vasos eram feitos a partir de moldes e muitas vezes tinham pequenas dimensões. Cada tipo de vaso tinha um uso diferente. Por exemplo, os cântaros eram usados para beber vinho; as enócoas eram usadas para servir vinho e os aríbalos eram usados para guardar perfumes ou óleos.

Nesses pequenos objetos a construção das personagens era feita a partir de vários elementos (características faciais, cor da pele e cabelos). O nível de detalhamento desses rostos de homens e mulheres indicam que as populações africanas eram bem conhecidas no mundo grego. As figuras têm lábios volumosos, a pele pintada em preto e os cabelos feitos com vários pontos em relevo para simular uma textura crespa. Os objetos com figuras femininas possuem também outros detalhes como sobrancelhas, brincos e às vezes elas estão representadas sorrindo.

Figura 58: Vaso grego usado para guardar óleos ou perfumes (aríbalo) em forma de cabeça de um homem africano. Material: argila. Altura: 9,2 cm.
Data: cerca de 480 - 430 a.C. Museu de Arte Walters, Baltimore, Estados Unidos.



Crédito: Foto do Acervo do ©The Walters Art Museum.

As personagens africanas aparecem nesses vasos de duas maneiras: em cabeças individuais ou combinadas com cabeças de outras personagens como mulheres gregas, por exemplo. Esses vasos em forma de cabeça tinham um aspecto tridimensional e pareciam pequenas esculturas.

Como mostram algumas pesquisadoras e pesquisadores, muitas imagens de personagens africanas no mundo grego foram classificadas pelos estudiosos como grotescas ou caricatas. Essas classificações refletem a mentalidade europeia que associava as pessoas negras a algo inferior. Poucas imagens de personagens africanas aparecem entre modelos artísticos ou entre os exemplos de arte grega, mas as evidências mostram que elas fizeram parte desse universo cultural e visual. De acordo com alguns estudos, nesses vasos em forma de cabeça não há evidência de que para as pessoas gregas essas figuras tinham significados negativos e pejorativos. Assim, a partir de exemplos como esses, as pesquisadoras e os pesquisadores têm mostrado que as imagens de pessoas africanas nem sempre estão relacionadas ao contexto da escravidão, e que precisamos investigar mais seus papéis e suas histórias. Apesar das populações africanas terem sido exploradas e escravizadas pelas populações europeias, essa não é a única história que existe sobre essas pessoas, existem infinitas histórias dessas populações que podem e precisam ser contadas.

Referências

BBC NEWS BRASIL. **Como mito de estátuas gregas brancas alimentou falsa ideia de superioridade europeia.** YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dIH8TQsg_KU. Acesso em: fev. 2023.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como ferramenta para o colonialismo e para hegemonia europeia (em inglês, traduzido por Fábio Adriano Hering). In: FUNARI, Pedro Paulo (org.). **Repensando o Mundo Antigo**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005, p. 13-31.

BOARDMAN, John et al. **História da Arte: Grécia**. Barcelona: Folio, 2008. Traduzido por Angela Zarate, Francisco Manhães e Maria Júlia Braga.

BRINKMANN, Vinzenz. The Polichromy of Ancient Greek Sculpture. In: LAPATIN, Kenneth; PAZANELLI, Roberta; SCHMIDT, Eike (eds.). **The Color of Life: Polychromy in Sculpture from Antiquity to the Present**. Los Angeles: J. Paul Getty Museum; Getty Research Institute, 2008, p. 18-39.

CANDIDO, Maria Regina. A África Antiga sob a ótica dos clássicos gregos e o viés africanista. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 2018, p. 20-38.

DEE, James H. Black Odysseus, White Caesar: When Did 'White People' Become 'White'? **The Classical Journal**, v. 99, n. 2, 2003, p. 157-167.

FREDRICKSON, George. **Racism: A Short History**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

NADAL, Paco. **Você teria visto o Partenon (e seis outros monumentos famosos) assim há 2.500 anos**. El País, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/22/elviajero/1521736953_217603.html. Acesso em: fev. 2023.

RIBEIRO, Loredana; LEITE, Lucio Costa; PASSOS, Lara de Paula. **A igualdade é branca**. YouTube, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nF-nDG4yzVqU>. Acesso em: fev. 2023.

SNOWDEN, Frank. **Before Color Prejudice: the Ancient View of Blacks**. Massachusetts; Londres: Harvard University Press, 1983

SNOWDEN, Frank. Iconographical Evidence on the Black Populations in Greco-Roman Antiquity. In: BINDMAN, David; GATES, Henry Louis (eds.). **The Image of the Black in Western Art: From the pharaohs to the fall of the roman empire**. Massachusetts; Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2010, p. 141-250.

I SOBRE AS AUTORAS E AUTOR

BEATRIZ RAMOS DA COSTA, graduada em História (UERJ), mestra (UFRJ) e doutora (UFPel) em Arqueologia. Tem por objetivo na vida contribuir para um mundo com menos sofrimento. Acredita que o estudo da Arqueologia ajuda cada um de nós a conhecer a si mesmo como indivíduo. Entende que somos, ao mesmo tempo, elementos de uma sociedade, que compartilhamos a humanidade e que somos um só com o universo. Também gosta de cachorros vira-latas e chocolate.



BRUNA CATANEO ZAMPARETTI, graduada em História (UNISUL), mestra em Ciências da Linguagem (UNISUL) e doutoranda em História (UFSC). Adentrou ao universo da pesquisa com sua curiosidade e inconformismo diante de verdades impostas e pensamentos acríticos. Formada em uma família incentivadora do seu desenvolvimento, quando criança, “catava” conchinhas nos grandes sambaquis que compunham a paisagem dos quintais praianos catarinenses. Acolhendo a sua criança investigadora, dedicou parte da jornada a compreender conceitos complexos e comunicá-los de forma que outras pessoas também possam os entender. Por fim, gosta de viajar, maratona séries e degustar bebidas fermentadas de cevada.





CAMILA PEREIRA JÁCOME, formada em História, mestra em Artes e em Antropologia, doutora em Arqueologia. Filha da Dona Neuza, mãe de Kawana e Sidartha. Arqueóloga e professora da UFOPA, nascida em Minas Gerais e moradora da beira do Tapajós. Gosta de gente, de planta, bichos livres (especialmente as onças e os urubus) e de cerâmica. Acredita que ensinar arqueologia é também fazer arqueologia e que a educação muda o mundo e a gente.



EMERSON SOUZA, professor de Sociologia da maior rede pública de educação do Brasil, a de São Paulo. Indígena Guarani Nhandeva que vive entre a metrópole paulista e a aldeia Curt Nimuendaju, na região de Bauru. Faz parte de uma nova geração de pesquisadores. Mestre e Doutorando em Antropologia Social (USP).



GRACIELE TULES DE ALMEIDA, graduada em História (UNIVILLE/UNIASSELVI), especialista em Arqueologia (UNIVILLE), Gestão de Pessoa (FACEL-MBA) e Geoprocessamento e Fotografia (UNYLEAD), mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade (UNIVILLE). Quando criança passava horas sozinha no quintal da casa de sua mãe construindo cidades inteiras nos montes de terra que encontrava, hoje, escava os “quintais” alheios buscando encontrar vestígios do passado, seus significados e com eles constrói narrativas arqueológicas que acredita contribuir para a melhoria do mundo. Além disso, é admiradora de metal e psicodelia. Ávida leitora de todos os gêneros literários, também desbrava diversos gêneros científicos.

LARA DE PAULA PASSOS, mulher negra setelagoana, nascida em 1995. Arqueóloga e multiartista em tempo integral, trabalha artisticamente com videoperformance, declamação de poesia, elaboração de projetos gráficos, cursos de declamação, escrita criativa e colagens. Autora do livro “Nuvilíneas” (Alecrim Edições, 2021) e da História em Quadrinhos (HQ) Por Um Fio (Kitembo edições do futuro, 2021), ilustrada por Will Rez. É mestra e doutoranda em Antropologia - Área de concentração em Arqueologia - pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia PPGAn-UFGM, onde pesquisa crítica feminista da ciência e colonialidade na arqueologia. A partir da Arqueopoesia, propõe novas possibilidades de atravessamentos entre os universos arqueológicos e poéticos, e encara a escrita como uma ferramenta política de cura ancestral.



LISIANE MÜLLER, cientista multimídia dedicada a desenvolver projetos criativos para divulgar ciência. Bioarqueóloga e mestra em Ciências (Biologia Genética) pela USP, atua também na área de Ciência de Dados (USP-Esalq). Seu trabalho integra Arqueologia, comunicação e tecnologia, com o objetivo de repensar a forma como os estudos sobre o passado são divulgados no Brasil. Apaixonada por expedições arqueológicas e escavações desde a infância, acredita que a ciência deve ultrapassar os muros da academia e alcançar um público mais amplo. Atualmente, está focada em projetos voltados à democratização da ciência, com ênfase em inovação, dados, geoarqueologia, produção multimídia e programação.





LOREDANA RIBEIRO, graduada (UFMG) e mestra (UNICAMP) em História, doutora em Arqueologia (USP), mineira no coração e pelotense na prática. Professora universitária (UFPel), usa as ciências para falar de gênero, feminismos, descolonialidade, vida, tolerância, respeito e oportunidade. Coordenadora do AMAA (Acervo Multimídia de Arqueologia e Antropologia), uma plataforma digital voltada à divulgação científica, socialização de acervos e patrimônios e disponibilização de materiais paradidáticos. Antes, durante e depois de tudo isso é mãe de Francisco Maria, pessoa perfeita.



MARIANA INGLEZ, formada em Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010) e mestra em Ciências (Biologia / Genética) pelo IB-USP (2015). Atuou desde a graduação nas áreas de Bioarqueologia e Bioantropologia, realizando as etapas de escavação, cura e análise de esqueletos humanos. Em seu mestrado aprofundou-se no estudo da influência de processos microevolutivos na morfologia craniana humana. Trabalhou como professora de Ciências e Biologia na rede pública de ensino do Estado de São Paulo (2011-12); como bioarqueóloga em consultoria na região do Médio Xingu (2013-14); e como antropóloga forense, via PNUD e Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República (CMDP-PR), no caso da Vala Clandestina de Perus, buscando identificar desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira (2014-18). Atualmente, como doutoranda no LAAAE-USP, estuda o processo de transição nutricional em comunidades ribeirinhas da Amazônia (com estágio no Departamento de Antropologia da The Ohio State University - Columbus, OH, EUA). Por fim, é cofundadora e coordenadora do projeto “Evolução para Todes” de divulgação científica, que tem como objetivo aproximar um público mais amplo de temas em arqueologia, evolução humana, antropologia e das pesquisas de nossa equipe, considerando também as pautas de inclusão racial e gênero, entendidas como fundamentais para tornarmos a academia mais diversa. Bolsista CNPq e CAPES (Print-USP) e Grantee do Instituto Serrapilheira.

MICHELE BORGES PEDROSO, bacharela e mestra em História da Arte. Arqueóloga em formação, atualmente desenvolve a pesquisa de doutorado “Contatos no Mediterrâneo: as representações das populações negras na Grécia Antiga” orientada pela Profa. Dra. Haiganuch Sarian e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2019/05729-5).





ISBN 978-65-983951-5-5



9

786598

395155